Repositório Institucional da UFPI

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL - RI/UFPI

1. Identificação do material bibliográfico:

[ ]Tese [X]Dissertação [ ]Monografia [ ]TCC Artigo [ ]Livro

[ ]Capítulo de Livro [ ]Material Cartográfico ou Visual [ ]Música

[ ]Obra de Arte [ ]Partitura [ ]Peça de Teatro [ ]Relatório de pesquisa

[ ]Comunicação e Conferência [ ]Artigo de periódico [ ]Publicação seriada

[ ]Publicação de Anais de Evento

2. Identificação do Trabalho Científico:

Curso de Graduação: _____

Programa de pós-graduação: Em História do Brasil

Outro: _____

Autor(a): João Paulo Rodrigues de Carvalho

E-mail: prof.joão.paulo.historia@gmail.com

Orientador (a) Francisco de Assis de Sousa Nascimento

Instituição: UFPI

Membro da banca: Túlio Henrique Pereira (MEMBRO EXTERNO)

Instituição: URCA

Membro da banca: Johny Santana de Araújo

Instituição: UFPI

Membro da banca: _____

Instituição: _____

Membro da banca: _____

Instituição: _____

Membro da banca: _____

Instituição: _____

Titulação obtida: Mestre (Mestrado)

Data da defesa: 28/03/2023

Título do trabalho: O movimento estudantil em Teresina (1975-1985): resistência e militância

Agência de fomento (em caso de aluno bolsista): Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí - FAPEPI

3. Informações de acesso ao documento no formato eletrônico:

Liberação para publicação:

Total: [X]

Parcial: [ ]. Em caso de publicação parcial especifique a(s) parte(s) ou o(s) capítulos(s) a serem publicados:_____

.....

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Em atendimento ao Artigo 6º da Resolução CEPEX nº 264/2016 de 05 de dezembro de 2016, autorizo a Universidade Federal do Piauí - UFPI, a disponibilizar gratuitamente sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral ou parcial da publicação supracitada, de minha autoria, em meio eletrônico, no Repositório Institucional (RI/UFPI), no formato especificado* para fins de leitura, impressão e/ou *download* pela *internet*, a título de divulgação da produção científica gerada pela UFPI a partir desta data.

Local: Teresina Data: 24/05/2023

Assinatura do(a) autor(a): João Paulo Rodrigues de Carvalho

* **Texto** (PDF); **imagem** (JPG ou GIF); **som** (WAV, MPEG, MP3); **Vídeo** (AVI, QT).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ- UFPI
PRÓ- REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS- CCHL
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA DO BRASIL

JOÃO PAULO RODRIGUES DE CARVALHO

O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM TERESINA (1975-1980): RESISTÊNCIA E MILITÂNCIA

TERESINA

2023

JOÃO PAULO RODRIGUES DE CARVALHO

O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM TERESINA (1975-1980): RESISTÊNCIA E MILITÂNCIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História o Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História do Brasil, orientado pelo Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento.

TERESINA

2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Representação da Informação

C331m Carvalho, João Paulo Rodrigues de.
O movimento estudantil em Teresina (1975-1980) : resistência e militância / João Paulo Rodrigues de Carvalho. -- 2023.
94 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina, 2023.
"Orientador: Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento"

1. História - Teresina. 2. Movimento Estudantil. 3. SIAN. 4. Regime Civil-Militar. I. Nascimento, Francisco de Assis de Sousa. II. Título.

CDD 981.22

Bibliotecária: Francisca das Chagas Dias Leite – CRB3/1004

JOÃO PAULO RODRIGUES DE CARVALHO

O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM TERESINA (1975-1980): RESISTÊNCIA E MILITÂNCIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História o Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História do Brasil, orientado pelo Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento.

Aprovado em: ____/____/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento

Universidade Federal do Piauí – UFPI

Prof. Dr. Johny Santana de Araújo

Examinador(a) / Universidade Federal do Piauí – UFPI

Prof. Dr. Túlio Henrique Pereira

Examinador(a) / Universidade Regional do Cariri - URCA

Dedico a Deus, primeiramente, ao meu filho, João Miguel, que é minha vida, ao meu pai, guerreiro que sempre me deu apoio, e à minha adorável avó, pois foi e é minha mãe, sempre estando comigo e me ensinando a ser uma pessoa melhor.

Agradecimentos

Ao pensar nesta parte do trabalho, passei uns dias refletindo sobre as pessoas que realmente fizeram parte da minha caminha de vida e que me incentivaram para chegar até aqui. Através desta singela página, agradeço:

Ao meu filho João Miguel, que com cada sorriso seu me fez continuar este trabalho, pois cada momento ao seu lado me trouxe e me traz inspiração. Sou grato por me ensinar o que é o amor de verdade;

Ao meu pai, que, mesmo com seu jeito meio duro com as palavras, sempre me apoiou em todos os momentos;

À paciência e à sutileza da orientação do professor Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento, que me deram apoio e estimulo para que eu continuasse a escrever o trabalho;

Ao professor Dr. Johny Santana de Araújo, que sempre acreditou em mim, me deu bons conselhos e me fez acreditar que eu posso ser um Historiador nato;

Ao meus amigos Albano Junior, Ronny e Neilor, que sempre, mesmo em certos momentos estando longe, acreditaram no meu potencial e me incentivaram a nunca desistir;

À dona Virginia Cury, funcionária da Coordenação do Curso de História, que desde o inicio da minha graduação até o mestrado me aceitou na coordenação como seu "filho do curso", me dando conselhos, palavras de apoio, bons cafés e conversas acolhedoras;

Ao professor Dr. Fonseca Neto, que me autorizou a citar partes da sua entrevista dada ao Núcleo de História Oral da Universidade Federal do Piauí, além de me conceder boas conversas;

Agradeço também à FAPEPI pela bolsa de estudos que me permitiu executar este projeto de pesquisa.

No caminho, com Maiakóvski

[...] Tu sabes,
conheces melhor do que eu a velha história.
Na primeira noite eles se aproximam
e roubam uma flor do nosso jardim.
E não dizemos nada.
Na segunda noite, já não se escondem:
pisam as flores, matam nosso cão,
e não dizemos nada.
Até que um dia, o mais frágil deles
entra sozinho e nossa casa,
rouba-nos a luz e, conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.
E já não podemos dizer nada [...]

RESUMO

A pesquisa apresentada nesta dissertação tem como objetivo central estudar o movimento estudantil secundarista e universitário em Teresina durante os anos de 1975 a 1980. De forma específica, serão analisadas a ligação dessa experiência de militância com a UNE, bem como as representações jornalísiticas do movimento estudantil contidas nos jornais *O Dia* e *O Estado.* Para tal, a investigação se valerá da revisão bibliográfica sobre a temática escolhida e de um conjunto de relatórios obtidos através de pesquisa exploratória realizada nos arquivos do SIAN (Sistema de Informação do Arquivo Nacional), como documentos do Dops (Delegacia de Ordem Política e Social) e do SNI (Serviço Nacional de Informação), acionados como instrumentos que viabilizam a análise do movimento estudantil no recorte estudado.

Palavras–chave: História. Movimento Estudantil. Regime Civil-Militar. SIAN.

Lista de Abreviaturas e Siglas

AI – 1 – Ato Institucional 1

AI – 5 – Ato Institucional 5

ACB – Ação Católica Brasileira

ACO – Ação Católica Operaria

APEP – Associação dos Professores do Estado do Piauí

APML – Ação Popular Marxista Leninista

AP – Ação Popular

ASIs – Assessorias de Segurança e Informações

CA's – Centros Acadêmicos

CAMDE – Campanha da Mulher pela Democrácia

CCEP – Centro Colegial dos Estudantes Piauienses

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DEE's – Diretórios Estaduais dos Estudantes

DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DNE – Diretório Nacional dos Estudantes

DSI's – Divisões de Segurança e Informações

ENE – Encontro Nacional dos Estudantes

FAFI – Faculdade de Filosofia

FUFPI – Fundação Universidade Federal do Piauí

GEG – Grupo de Estudos Gerais

IPM – Inquérito Policial Militar

IFPI – Instituto Federal do Piauí

JEC – Juventude Estudantil Católica

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitaria Católica

ME – Movimento Estudantil

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MCI – Movimento Comunista Internacional

MCB – Movimento Comunista Brasileiro

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

NHOIDB – Núcleo de História Oral do Instituto Dom Barreto

NHO – Núcleo de História Oral

OBAN – Operação Bandeirantes

PSD – Partido Social Democrático

SIAN – Sistema de Informação do Arquivo Nacional

SNI – Serviço Nacional de Informação

SRB – Sociedade Rural Brasileira

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UPES – União Piauiense dos Estudantes Secundaristas

USP – Universidade de São Paulo

UEES – União Estadual dos Estudantes

Sumário

Introdução..... 11

1. Aspectos sobre o movimento estudantil no brasil: Regime Civil-Militar e o ME.....19

1.1. Movimento estudantil: início, ideias, luta, repressão no cenário brasileiro.....22

1.2. O Movimento de 1968: "Mais Forte e Mais Reprimido" e o Movimento pós-1968.....25

1.3.O contexto das Universidades e o Regime Militar: busca do controle da conjectura estudantil e seus aspectos gerais.....31

1.4. Antes da década de 1960: articulação sobre o conservadorismo político e a preocupação com a justiça social.....38

2. Avante estudantes: o movimento estudantil em teresina (1975-1985).....43

2.1. Teresina: palco do movimento estudantil.....44

2.2. Os dossiês reveladores: as entrelinhas do movimento estudantil.....45

2.3. Memória de um movimento estudantil em Teresina: depoimentos de ex-participantes do ME teresinense.....61

2.4. As percepções sobre o movimento estudantil em Teresina através de dois olhares.....69

3. O movimento estudantil em Teresina nas linhas e nas entrelinhas dos jornais o dia e o estado (1979-1980) 73

3.1. As considerações sobre o ME no jornal "O Dia" 73

3.2. O ME e o jornal "O Estado" 81

Considerações Finais.....88

Referências.....91

Fontes.....91

Referências Bibliográficas.....91

Introdução

Inicialmente, a vontade de trabalhar a temática do movimento estudantil surgiu à mente quando da participação do autor nos atos organizados por estudantes em Teresina nos anos de 2011 e 2012. Durante as passeatas em uma das principais avenidas do centro da cidade, vieram à memória o tempo do regime militar, a importância desse movimento naquela época e como essa importância perdura até os dias atuais.

Partindo dessa experiência, a pesquisa elegeu como recorte espacial a cidade de Teresina, que surge em 1852 com a finalidade de sediar a nova da capital do Piauí, e como recorte temporal o período entre o ano de 1975 e o inicio da década de 1980, pois é a partir de 1975 que se inicia o processo de reorganização do movimento estudantil, consolidado, por fim, na década de 1980. Essa trajetória é sistematizada pela autora Jordana de Souza Santos (2009) em sua obra intitulada *"A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar",* onde aponta que:

> O início dos anos 70 para o ME foi uma fase de reorganização, assim como para toda esquerda brasileira. As organizações da Esquerda Revolucionária passaram por um período de revisão em que colocavam questões sobre como encaminhar a luta armada e como analisar corretamente a realidade brasileira a fim de que a revolução se concretizasse (SANTOS, 2009, p.106).

Sendo esse um periodo de constante tensão e repressão contra aqueles que se opuserem ao governo da época, a mesma autora discorre que:

> Neste quadro de intensa repressão, de enfraquecimento do ME e falência das organizações revolucionárias, os estudantes tentaram se reorganizar em torno das entidades representativas como os Centros e Diretórios Acadêmicos. Foram mantidas as lutas pelas mudanças no âmbito educacional, mas sem as manifestações de rua; eram poucos os que se aventuravam em empreitadas diretas com a polícia, ficando a luta contra a ditadura restrita ao debate e à publicação de panfletos informativos e de oposição ao regime (SANTOS, 2009, p. 106).

Identificando no movimento estudantil brasileiro um dos mecanismos que possibilitaram a permanências das lutas políticas contrárias ao regime dos ditadores militares, este trabalho se estrutura a partir da intenção de conceder espaço no debate acadêmico para sujeitos que ousaram construir entidades de revelia à autoridade repressora, fabricantes de um circuito que permitiu dar vazão a discursos, anseios e projetos revolucionários em uma época onde a perseguição e a violência faziam parte do cotidiano político brasileiro.

Desse modo, o trabalho optou por analisar o Movimento Estudantil em Teresina através de um conjunto de referências bibliográficas sobre o tema, além de utilizar arquivos

encontrados no SIAN[1], em jornais e operacionalizar fontes de caráter oral, sobre as quais Alberti (2005) aponta que:

> A história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente (ALBERTI, 2005, p. 155).

Além das fontes orais, há a utilização de jornais que possibilitam um olhar sobre os contornos do movimento estudantil na capital, mostrando suas manifestações em prol de seus interesses que, em suma, eram contrárias ao Regime Civil-Militar. Acerca dessa modalidade de fontes, Tania Regina de Luca (2005) aponta que os jornais são de muita utilidades aos pesquisadores, pois:

> O estatuto da imprensa sofreu deslocamento fundamental ainda na décadade 1970: ao lado da História da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica. A tese de doutoramento de Arnaldo Contier, Imprensa e ideologia em São Paulo (1973), já indicava esse caminho ao valer-se da Linguística e da Semânticapara estudar o vocabulário político-social presente num conjunto de jornais publicados entre o fim do Primeiro Reinado e o início da Regência(1827 e 1835) e identificar os matizes da ideologia dominante num momento de acirrada disputa pelo controle dos quadros políticos e burocráticos da nação recém-independente (LUCA, 2005, p. 118).

Esse tipo de fonte será utilizada de forma auxiliar à documentação oficial produzida pelo governo brasileiro e que se encontra disponível no SIAN. Este material será analisado com o intuito de investigar questões atreladas aos Dops e ao SNI[2]. No que tange a algumas de suas concepções conjunturais, o Movimento Estudantil do final da década de 60 até a metade da década de 70 apresenta um caráter de movimento social e político. Acerca dos contornos dessa experiência de luta coletiva, Antônio José Medeiros (1996) aponta que:

> Só florescem movimentos sociais onde se forma uma sociedade civil como espaço em que grupos e classes sociais diferentes confrontam e acomodam seus interesses e ideais e onde essa mesma sociedade, em pluralidade, se afirma como o solo em que se funda o estado legitimo. (MEDEIROS, 1996, p. 102).

Com isso, fundamenta-se que o Movimento Estudantil se formou como resposta a problemas políticos e ao desmonte educacional que estavam ocorrendo no país, em especial aqueles que sucederam ao Golpe Civil-Militar de 1964, acontecimento que precipitou uma

[1] Sistema de Informação do Arquivo Nacional.
[2] Documentação disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp

série de confrontos discursivos e pragmáticos entre os múltiplos agentes que compunham a sociedade brasileira do período. Ocorrendo em nível nacional, esses embates ficam maiores a partir do ano de 1968, acalorando especialmente a juventude dos principais centros urbanos do país. Para o autor Zuenir Ventura (1988), os jovens no ano de 1968 participaram dos acontecimentos que tomavam lugar no Brasil de uma forma intensa, sem precedentes, relatando que:

> [...] Poucas – certamente nenhuma depois dela [geração de 68] – lutaram tão radicalmente por seu projeto, ou por sua utopia. Ela experimentou os limites de todos os horizontes: políticos, sexuais, comportamentais, existenciais,sonhando em aproxima-los todos. (VENTURA, 1988 p. 14).[4]

Para Antonio José Medeiros (1996), no Piauí, como no restante do Brasil, apenas o movimento estudantil conseguiu manter-se organizado frente às investidas repressoras da ditadura, resistindo aos projetos que visavam diminuir a atuação política estudantil. Com isso, o ambiente educacional tornou-se o principal centro de resistência ao regime autoritário e o alvo por excelência das intervenções diretas e indiretas dos órgãos governamentais de fiscalização. Exemplo dessa dinâmica de existência entre o combate e a proibição foi a União Piauiense dos Estudantes Secundaristas (UPES), onde os secundaristas viram sua entidade, dirigida por estudantes "de certa idade", tutelada pelos órgãos de segurança.

Buscando entender melhor a atuação do ME[3] em Teresina, é pertinente considerar os indicadores demográficos e sociais da cidade durante o recorte da pesquisa, pois é fundamental enteder o contexto que enredava os estudantes teresinenses à época de sua atuação. De acordo com Antonio Cardoso Façanha (2003), em 1970, a cidade de Teresina:

> Possuia uma população total de 220.487 habitantes (hab.) com 181.062 hab. residindo na zona urbana o que equivale a 82,11%. nessa década teresina continuava a destacar-se no contexto estadual, beneficiada pela construção da hidroelétrica de boa esperança que contribuiu para dinamizar o setor industrial no estado. na cidade, os setores da construção civil, da cerâmica, de confecções, de bebidas, alimentício, de pasteurização, de colchões e móveis se expandiram por toda a cidade, refletindo o "milagre econômico" brasileiro (FAÇANHA, 2003, P. 03).

Apontando os dados da população da capital na década de 1970, bem como alguns fatos sobre ela, o autor ainda estende a exposição também para a década de 1980, afirmando que:

[3] Movimento Estudantil.

> A organização interna da cidade vai ficando cada vez mais complexa, tendência que intensifica-se na década de 1980, marcada pelo surgimento de novos atores e pela consolidação de 4 processos espaciais iniciados nas décadas anteriores. Teresina, em 1980, já tem uma população total de 377.174 hab. com 339.042 hab. residindo na zona Urbana o que equivale a 89,74% (FAÇANHA, 2003, P. 03).

Assim, os dados da capital Teresina no periodo do recorte temporal da pesquisa como um todo permitem visualizar o andamento cotidiano desse núcleo urbano, bem como localizar a capital piauiense dentro de uma dinâmica específica de funcionamento. Nessa cidade, o movimento estudantil, encabeçado por grêmios e associações afins, era visto pelas autoridades como uma organização de pessoas "subversivas", sendo suas manifestações sumariamente classificadas como comunistas. Em Teresina, um exemplo dessa taxação é o autor Jesualdo Cavalcante, ex-presidente do grêmio estudantil no Colégio Liceu Piauiense, além de ter presidido a União Piauiense dos Estudantes Secundaristas (UPES). Segundo João Batista Vale Junior (2010):

> A escala do processo de radicalização que se deu a partir da aproximação da UNE e da UBES[8] com movimentos, entidades e agremiações partidáriasque expressavam o ideário de esquerda foi sentido, no ambiente social piauiense, como motivo para o reforço da vigilância e alerta em relação à salvaguarda dos valores políticos tradicionalmente cultivados na mesma, contra o que sentia ser a ameaça da subversão desagregadora do espirito cívico e dos valores familiares. (VALE JUNIOR, 2010, p. 119).

A partir dos autores acima citados, é perceptível que o movimento estudantil piauiense engendrou articulações para alcançar seus interesses reivindicados, tendo que lutar contra o regime que foi instalado no país, encontrando na UBES[4] seu principal orgão combativo, auxiliado por aqueles que faziam parte da camada universitária, atuantes através da UNE – União Nacional dos Estudantes. Destaca-se, portanto, que o movimento está ligado a suas relações com o meio que o cerca, trazendo uma história a longo prazo. Ao relatar essa temática, é possível perceber através da documentação escolhida as questões do âmbito político atreladas às mudanças que afetam uma sociedade marcada pelo autoritarismo. Acerca dessa particularidade, René Remond (2003) discorre que

> A história, cujo objeto precipuo é observar as mudanças que afetam a sociedade e que tem por missão propor explicações para elas, não escapa ela própria à mudança. Existe, portanto uma história da história que carrega o rastro das transformações da sociedade e reflete as grandes oscilações do movimento de ideias (REMOND, 2003, p. 13).

[4] União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

Em Teresina, o movimento foi intenso, como nos demais locais do Brasil, apresentando uma conjuntura de mobilização, que através de movimentos estudantis e entidades que se articularam para que se tivesse uma manifestação em prol aos seus interesses de uma sociedade "democrática".

Por meio da metodologia aplicada ao trabalho, que se nortará pelo uso da revisão bibliográfica e da análise de fontes documentais e bibliográficas, serão investigados os acontecimentos históricos que englobam este período da História do Brasil, trazendo para o debate a atuação dos Movimentos Estudantis em Teresina e suas manifestações contra o Regime Civil-Militar. Ainda que a violência orientada pelo militarismo na capital fosse menos física que em outros centros urbanos, os que eram considerados subversivos sentiam na pele a incerteza sobre a sua situação futura.

Esejando debater de forma satisfatória os objetivos propostos, a pesquisa se estruturou em duas etapas. A primeira etapa está relacionada ao levantamento de referências bibliográficas que sejam relevantes para o desenvolvimento da temática escolhida, como pensamentos de teóricos sobre o assunto. Através dos estudos sobre a temática foi possível obter uma concepção militante sobre o ME, trazendo ao leitor os aspectos articuladores da temática, enfatizando como se operacionalizaram as articulações do movimento em Teresina. Desta forma, um dos autores que remetem à essa acepção é Jesualdo Cavalcante Barros, personalidade que discorre sobre as vivências que passou no grêmio estudantil que integrou durante o período do Regime Civil-Militar, destacando suas articulações para conseguir concretizar os interesses do movimento estudantil do qual fora participante.

Nessa percurso, alguns trabalhos foram fudamentais para localizar as propostas e atuações do movimento estudantil teresinense com as nuances sociais e políticas da sua época. Um desses trabalhos é a dissertação de mestrado de Ana Rosa Sudário (2008), intitulada de "*Falas, Imagens, Escritos e Risos*: Uma História e Memoria do Movimento Estudantil Universitário em Teresina (1979-1984)", que destaca o percurso do movimento estudantil universitário teresinense e suas articulações contra o Regime Civil-Militar. Segundo a autora Marylu Oliveira (2007), em seu livro *Contra a Foice e o Martelo*, discorre que qualquer tipo de reclamação, reivindicação, manifestação, protesto, poderia serconfundido como atos comunistas (OLIVEIRA, 2007, p.35), apontando que a participação em movimentos populares, militância no movimento estudantil e pratica politica partidária, de uma forma mais populista, eram atos ou ações subversivas (OLIVEIRA, 2007, p.36).

Com isso, a pesquisa tem o intuito de levantar dados sobre o ME, no que tange a sua militância e resistência em Teresina, buscando saber se esse era visto pelas autoridades como

subversivo e potencialmente comunista ou se seus atos eram vistos como passivos em relação ao Governo da época. Tendo sua representatividade através de entidades estudantis, como exemplo a CCEP[5] e o DCE[6], a análise será posta em relação a essas entidades "representativas".

A segunda etapa, por sua vez, se debruçou sobre as fontes em busca de perceber as nuances temporais e eventuais do ME através de recortes de dois jornal da capital, o *O Dia* e *O Estado*, bem como os arquivos coletados do SIAN e duas entrevistas feitas com pessoas que fizeram parte do Movimento Estudantil. A relevância desta pesquisa é percebida na discussão de como era o comportamento e a militância destes jovens estudantes contra o Regime Civil-Militar. Para se ter uma ideia da importância desta temática, Maria Aparecida de Aquino aponta, em seu livro *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978)*, que:

> As notícias censuradas referentes à mobilização dos estudantes começam a aparecer a partir de março de 1974. Dizem respeito basicamente à reclamações dos alunos contra as condições de ensino (particularmente no ensino superior), envolvendo, inclusive, críticas às reitorias das universidades pelas dificuldades que, geralmente, criam para a participação dos alunos nas decisões a serem tomadas nos *campi*. Além disso, surgem protestos dos alunos contra o aumento das anuidades e o preço das refeições cobradas nos restaurantes estudantis (AQUINO, 1999, p.77).

Isso denota que as questões das notícias que se atrelavam aos estudantes começaram a aparecer em 1974, sendo que antes disso já era noticiado em jornais nacionais e estaduais as conjunturas dos movimentos estudantis, sendo que algumas delas envolviam críticas às reitorias das Universidades. Assim, é de suma importância para este trabalho abordar os estudos biográficos das personalidades envolvidas na trajetória do ME. Então, percebe-se que a pesquisa tem a intenção de discorrer sobre o Movimento Estudantil em Teresina, através de uma busca das fontes na SIAN, de matérias do Jornal *O Dia*, da revisão de literatura sobre o movimento e de entrevistas disponibilizadas por pesquisas acadêmicas já feitas com pessoas que fizeram parte dos movimentos estudantis durante o recorte dessa pesquisa, analisando por suas biografias o trajeto do ME no processo de efetivação de seus requerimentos e projetos.

Destarte, a decisão de trabalhar com essa temática corresponde à tentativa de propiciar ao leitor uma visão sobre a atuação do movimento estudantil em Teresina durante determinado recorte do período ditatorial, trazendo, ainda, o comportamento deste em relação ao Regime Civil-Militar. A partir de 1975 até os anos iniciais da década de 1980, a rigidez dos presidentes militares não aceitava nenhum tipo de manifestação popular que fosse

[5] Centro Colegial dos Estudantes Piauienses.
[6] Diretorio Central dos Estudantes.

contrária aos seus interesses, a exemplo daquelas encabeçadas pelos movimentos estudantis que, de certa forma, eram contra as opressões desses governos.

Assim essa abordagem é de suma relevância para se observar uma breve conexão com o passado e remeter ao leitor como eram ativos os estudantes dessa época em relação aos seus interesses defendidos por suas atuações militantes. Além disso, observando através deles uma iniciativa de combate contra à repressão perpetrada pelos militares, pois estes tinham uma visão de quem tivesse algum aspecto ou fosse simpatizante de um pretenso comunismo deveria ser preso, censurado, perseguidos e, até, morto. A fim de dimensionar as estratégias de mobilização do moviemento estudantil piauiense, é importante, ainda, observar a ligação destes movimentos com os demais que ocorriam nacionalmente, como a mais influente das Militâncias Estudantis que era a UNE – União Nacional dos Estudantes, bem como UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas).

Segundo o autor Jesualdo Cavalcante Barros, em sua obra *Tempos de contar - oque vi e sofri nos idos de 1964*, o ensino educacional em Teresina na primeira metade da década de 1960 limitava-se em apenas três estabelecimentos, o Liceu Piauiense, oficialmente denominado de Colégio Estadual Zacarias de Góes e Vasconcelos, a Escola Normal Antonino Freire e a Escola Industrial do Piauí, hoje o IFPI (BARROS, 2006, p. 115). Barros (2006) ainda discorre que na época funcionava no Liceu apenas um grêmio estudantil, o Grêmio Cultural Zacarias de Góes, sempre dirigido por alunos do diurno. Segundo o autor, em março de 1958, "nos primeiros dias de aula, achamos que tal de pendência deveria cessar e resolvemos partir para acriação de nosso próprio grêmio, entidade que congregasse exclusivamente os alunos do noturno" (BARROS, 2006, p. 117). Esta colocação de Barros (2006), destaca que um pouco antes da década de 1960 e da década de 1970 havia articulações de grêmios estudantis, conformando um tipo de experiência juvenil que não surgiu para responder à ditadura brasileira, mas que se adaptou às conjunturas temporais do período de regência militar.

Desse modo, este trabalho busca definir como inquietação motora a análise do olhar dos estudantes sobre o regime Civil-militar, os pensamentos idealistas que os influenciaram, bem como os ideais de interesses coletivos do ME teresinense. A fim de alcançar os objetivos propostos, esse trabalho será composto pela conjunção de três capitulos, sendo o primeiro com intitulado *Aspectos sobre o Movimento Estudantil no Brasil*: Regime Civil-Militar e o ME, tendo este quatro tópicos: o primeiro, intitulado de *Movimento estudantil:* início, ideias, repressão no cenário brasileiro, o segundo com o título de *O movimento de 1968:* Mais forte e mais reprimido e o movimento pós-1968; o terceiro com o nome de *O contexto das*

universidades e o regime militar: busca do controle da conjectura estudantil e seus aspectos gerais e o quarto tópico se chama *Antes da década de 1960*: articulação sobre o conservadorismo político e a preocupação com a justiça social. Este capítulo será destinado para o debate acerca da formação e atuação do movimento estudantil em nível nacional, base para o desenvolvimento de mobilizações regionais, das quais a experiência teresinense constitui parte.

O segundo capitulo é intutulado *Avante estudantes:* o movimento estudantil em Teresina (1975-1985), e é composto de quatro tópicos, sendo o primeiro intitulado de *Teresina:* palco do movimento estudantil, que conta um pouco da história de Teresina desta época; já o segundo é chamado de *Os dossiês reveladores:* as entrelinhas do movimento estudantil, abordando os relatos de movimentos considerados subversivos em Teresina e a ligação deste com os outros estados. O terceiro, por sua vez, se chama *Memória de um movimento estudantil em Teresina*: depoimentos de ex-participantes do ME teresinense. O quarto e último é intitulado de *As percepções sobre o movimento estudantil em Teresina através de dois olhares*.

O terceiro e último capitulo apresenta o nome de *O movimento estudantil em Teresina nas entrelinhas dos jornais O Dia e O Estado dos anos de 1979 e 1980* e está dividido em dois tópicos, sendo o primeiro chamado de *As considerações sobre o ME no jornal O Dia*, que relata as atitudes deste movimento na capital, e o segundo tópico intitulado de *O ME e o jornal O Estado*, espaço voltado para a discussão de matérias sobre alguns movimentos da classe estudantil.

1. ASPECTOS SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL: Regime Civil-Militar e o ME

Em 1964, o presidente João Goulart foi deposto do cargo por um grupo de militares como resposta ao agravamento das tensões socias e políticas ocasionadas pelo trajeto que o governo de Jango estav trilhando até aquele momento. O trecho a seguir corrobora com essa perspectiva à medida que afirma que

> Em 1964, em meio às tensões sociais e à pressão externa, precipitaram-se os acontecimentos. Em 13 de março, o presidente discursou na Central do Brasilpara 150 mil pessoas, anunciando reformas como a encampação de refinariasparticulares de petróleo. Em 19 de março, realizou-se, no Rio de Janeiro, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada pela Campanha da Mulher pela Democracia (Camde)[7] e a Sociedade Rural Brasileira (SRB)[8], entreoutras entidades. A marcha tinha como objetivo mobilizar a opinião pública contra a política desenvolvida pelo governo de Jango, que conduziria, de acordo com seus opositores, à implantação do comunismo no Brasil. Em 25 de março ocorreu a Revolta dos Marinheiros, quando marinheiros e fuzileirosnavais contrariaram ordens do ministro da Marinha e foram, posteriormente, anistiados por Goulart, acirrando as tensões entre seu governo e os setores militares. No dia 30 de março, o presidente compareceu a uma reunião de sargentos, discursando em prol das reformas pretendidas pelo governo e invocando o apoio das forças armadas. Em 31 de março de 1964, o comandante da 4ª Região Militar, sediada em Juiz de Fora, Minas Gerais, iniciou a movimentação de tropas em direção ao Rio de Janeiro. A despeito dealgumas tentativas de resistência, o presidente Goulart reconheceu a impossibilidade de oposição ao movimento militar que o destituiu (ARQUIVO NACIONAL, 2006, p. 6).

A situação política estava tão acirrada naquele momento que o próprio presidente reconheceu a impossibilidade de se opor ao movimento militar. Após o a derrubada de Jango, o poder ficou nas mãos de uma junta militar provisória, que foi chamada de Comando Supremo da Revolução, que tinha como objetivos principais reestabelecer a ordem pública perdida sob a regência de Jango, repensar os projetos de cunho social, pôr a economia em crescimento novamente e conte o "crescimento do comunismo". Assim, em 9 abril deste mesmo ano, o

[7] Movimento feminino católico organizado em 1962 no Rio de Janeiro (então estado da Guanabara) para se opor ao governo João Goulart. Foi extinto no início da década de 1970. A Camde foi criada por Amélia Molina Bastos, irmã de Antônio Mendonça Bastos, membro do Serviço Secreto do Exército. Com sede na igreja de Nossa Senhora da Paz, no Rio de Janeiro, o movimento promovia campanhas anticomunistas através de comícios e da distribuição de panfletos, além de dedicar-se a trabalhos assistenciais junto à população favelada do estado. A Camde era apoiada pelo jornal carioca *O Globo,* e mantinha também estreita vinculação com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES).

[8] A Sociedade Rural Brasileira (SRB) foi fundada em maio de 1919, por iniciativa do agrimensor e industrial Eduardo da Fonseca Cotching, filho de um cientista inglês enviado ao Brasil pela rainha Vitória. Na época, o Brasil vivia um período de prosperidade incomum devido à demanda europeia por produtos primários, após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Comando Supremo estabeleceu o Ato Inconstitucional nº 1. que assinalava a realização de eleições indiretas para presidente da República, a suspensão temporária da estabilidade dos funcionários públicos, a suspensão da imunidade parlamentar e cassação de mandatos eletivos, a suspensão dos direitos políticos por dez anos, o fortalecimento do poder do presidente República, que poderia apresentar projetos de lei e emendas constitucionais que deveriam ser votadas em trinta dias ou seriam aprovadas por decurso de prazo e a decretação do estado de sítio sem aprovação parlamentar (ARQUIVO NACIONAL, 2008, p. 11-12)[9].

Após a insituição do AI-1, começaram perseguições políticas sistemáticas em relação aos indivíduos e organizações que eram contrárias ao Regime Civil-Militar. Um dos alvos principais foram as entidades civis, a exemplo da União Nacional do Estudantes (UNE):

> Após o golpe, iniciaram-se as perseguições políticas, com a queima do prédioda União Nacional dos Estudantes (UNE)... No mesmo mês, instaurou-se o Inquérito Policial Militar (IPM), que possibilitava a perseguição aos adversários do regime (ARQUIVO NACIONAL, 2008, p. 12).

No dia 11 de abril, o Congresso elegeu o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco como presidente da República e José Maria Alkmin, do Partido Social Democrático (PSD), como vice-presidente. Em 15 de abril de 1964, com a posse de Castelo Branco, iniciou-se uma longa sucessão de governos militares no país (ARQUIVO NACIONAL, 2008, p. 12).

O governo de Castelo Branco (1964-1967) foi marcado pela criação de um aparato legal que procurou legitimar o progressivo endurecimento do regime. As sucessivas manifestações de oposição aogoverno resultaram em intervenção em sindicatos, extinção de entidades de representação estudantis, invasão de universidades, detenções e prisões indiscriminadas (ARQUIVO NACIONAL, 2008, p. 16). Como consequência, nas ruas, os estudantes chegaram a entrar em confronto direto com os militares. Como característica que perduraria durante a quase integralidade do regime ditatorial, os governos seguintes ao de Castelo Branco demontraram igual ou, geralmente, maior afeição à prática política assegurada pela violência. O ápice da repressão aos movimentos sociais foi o governo do general Costa e Silva (1967-1969), segundo governo militar. Acerca dele, aponta o livro *Os presidentes e a ditadura militar* (2008), editado e organizado pelo Arquivo Nacional, que:

> Em 15 de março de 1967 foi empossado na presidência, e em agosto de 1969afastou-se do cargo em virtude de uma trombose cerebral, sendo substituído por uma junta militar. Faleceu no Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1969... A derrota do governo no episódio Moreira Alves e a intensificação dasmanifestações contra o regime militar

[9] https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes-/Ospresidenteseaditaduramilitar.pdf

> levaram à promulgação, ainda em 13 dedezembro, do ato institucional nº 5 (AI-5), que ampliou os poderes presidenciais, possibilitando: o fechamento do Legislativo pelo presidente da República, a suspensão dos direitos políticos e garantias constitucionais, a intervenção federal em estados e municípios, a demissão e aposentadoria de funcionários públicos, entre outras medidas. O fechamento do Congresso foi acompanhado pela cassação de diversos parlamentares (ARQUIVO NACIONAL, 2008, p. 23-24).

Continuando a truculência do governo Costa e Silva, em 30 de outubro de 1969, novamente através de eleições indiretas, toma posse na presidência do país o general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), autor da emenda constitucional nº 1 que

> [...] Se denominou "Constituição da República Federativa do Brasil" e incorporou as medidas de exceção previstas no ato institucional nº 5 (AI-5). Operíodo foi marcado pelo recrudescimento da repressão política, da censura aos meios de comunicação e pelas denúncias de tortura aos presos políticos (ARQUIVO NACIONAL, 2008, p. 32).

Os movimentos estudantis que já sofriam duras repressões desde o início da ditadura, sentiram a perseguição ideológica e física chegar ao ápice com a legislação dos governos Costa e Silva e Médici. Nesse contexto, a UNE e a UBES se encontravam na ilegalidade, resultando no declínio do movimento estudantil de modo geral a partir de 1968, situação que se estendeu até o início da década de 1970. Em 1974, o general Médici deixa o cargo de presidente, sendo sucedido pelo também general Ernesto Geisel (1974-1979). Junto com o câmbio de governo, modifica-se também a postura do movimento estudantil que, saindo do, declínio pode voltar a se reorganizar, criando forças para lutarem de forma mais aguerrida pelos seus ideais. Tal situação foi possibilitada pelas conjunturas que emergiram com o novo governo, pois o governo Geisel foi marcado, desde seu início, pelo processo denominado pelo próprio presidente como de *distensão lenta, gradual e segura*, com vistasà reimplantação do sistema democrático no país (ARQUIVO NACIONAL, 2008, p. 38).

Foi através da distensão lenta, gradual e segura que os estudantes viram uma "esperança" para voltarem à legalidade e se reorganizarem de forma sucinta, lutando pelos seus interesses coletivos. Deatendo a trajetória dos presidentes militares foi possível destacar a relação deste com os movimentos estudantis, assinalando uma constante posição de repressão e marginalização dessas experiências juvenis. Adiante, veremos como se deu o movimento estudantil e os ideais que defendia, permitindo compreender como esse "fenômeno" atuou durante o Regime Civil- Militar.

1.1. Movimento estudantil: início, ideias, luta, repressão no cenário brasileiro

O movimento estudantil nasce dos anseios dessa classe, para disseminar seus ideais e representar os varios segmentos do estudantado brasileiros. Segundo os dados fornecidos pela UNE (União Nacional dos Estudantes)[10], o movimento estudantil no Brasil tem seus primórdios em 1901 com a criação da Federação dos Estudantes Brasileiros, entidade pioneira, mas que teve pouco tempo de atuação. Já em 1910, é realizado o I Congresso Nacional de Estudantes, em São Paulo. Após a Revolução de 1930, a politização do ambiente nacional levou os estudantes a atuarem firmemente em organizações como a Juventude Comunista e a Juventude Integralista[11], entidades que apresentavam visões de mundo antagônicas. Apesar desse início precoce, o movimento estudantil só passará a ter um caráter de luta constante pelos ideais da classe de maneira organizada a partir do de 1937, quando surge a UNE. Isso é atestado pelo que conta o livro *Movimento estudantil no Brasil* (1982), do autor Antônio Mendes Junior, que relata o processo de formação da UNE:

> Inicia-se em 1937, com a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE).Pela primeira vez articulava-se uma entidade de caráter nacional e, o que é mais importante, com objetivos claramente políticos. Daí para frente, em todosos grandes momentos da vida nacional, os estudantes jamais deixaram de estarpresentes pela voz da UNE e, em inúmeras oportunidades, formaram uma vanguarda nas grandes lutas do período (MENDES JUNIOR, 1982, p.10).

Assim, tem início as lutas desta classe de forma política, feitas pelos ideais libertários que o movimento possuía e que se dava através da UNE. Segundo Mendes Junior (1982), existiram duas fases de combate estudantil antes de se ter uma atuação organizada dos estudantes, sendo a primeira uma fase pautada na atuação individual, que foi dada pela Federação dos Estudantes Brasileiros, e a segunda fase que foi chamada de atuação coletiva, realizada através de organizações. De modo consecutivo, uma terceira fase já representaria uma atuação organizada como reusltado direto do surgimento da UNE. Seria possível, ainda, destacar uma quarta e última fase, de caráter clandestino, cuja a análise será privilegiada poe essa pesquisa. Segundo Mendes Junior (1982), esse momento

> Trata-se de um período curto, de apenas três a quatro anos, mas de uma intensidadee de uma densidade de acontecimentos muito dignos de apreciação. Inicia-se com a adoção do Ato Institucional nº 5 pelas autoridades militares quemergulhou o país no

[10] A UNE é a entidade máxima dos estudantes brasileiros e representa cerca de seis milhões de universitários de todos os 26 Estados e do Distrito Federal. A entidade funciona como um espaço e um veículo de lutas sociais e bandeiras do movimento estudantil do Brasil. A UNE lutou, por exemplo, pela aprovação do Plano Nacional de Educação no Congresso Nacional, uma batalha pelo investimento de 10% do PIB em educação pública. Quer a regulamentação do ensino superior privado e se posiciona contra a desnacionalização da educação.
[11] Trecho retirado do site: http://www.une.org.br/memoria/ 21 de junho de 2021 às 21:16.

> mais negro período de repressão de que se têm noticia nanossa história (MENDES JUNIOR, 1982, p. 10-11).

Essa fase se incia em 1968, quando a UNE entra de vez na ilegalidade. Com isso, seus congressos as suas reuniões e congressos passaram a existir na ilegalidade. Nesse contexto, ocupa a presidência da UNE, Aldo Arantes[12], que pertencia a corrente política denominada Ação Popular (AP)[13]. A Ação Popular tratava-se de uma dissidência de esquerda da antiga Juventude Universitária Católica (JUC)[14], que sofrera um processo de radicalização política, deslocando-se para posições mais revolucionarias e entrando em conflito com o clero (então) conservador e burocrata (MENDES JUNIOR, 1982, p. 60-61). Isso mostra que até os movimentos católicos estavam se voltando para ideais de esquerda. Mendes Junior (1982) aponta que ao quadro de repressão foi adicionada a famigerada Lei Suplicy[15], de autoria do ministro da Educação do mesmo nome, que buscava substituir as organizações políticas existentrs por outra controladas indiretamente pelo Ministério da Educação. Por ironia, esta lei acabou sendo um motivo de luta que propiciou o início da reorganização dos estudantes (MENDES, 1982, p. 76).

O auge das lutas do Movimento Estudantil, assim como também de sua repressão, se dá no ano de 1968, momento do estopim para que esse "passasse da radicalização das palavras à radicalização dos atos" (MENDES, 1982, p. 81-82). Sobre essa conjuntura Mendes Junior (1982) aponta que:

> Bastava que houvesse um estopim, para que o movimento estudantil passasse da radicalização das palavras à radicalização dos atos. E houve estopins; não um, mais dois. O primeiro foi a morte de Edson Luis Lima Santos, covardemente assassinado pela polícia quando jantava no restaurante estudantil do calabouço, no Rio de Janeiro... era o dia 28 de março de 1968. O segundo estopim foi o desencadeamento na Europa (na França, principalmente) da rebelião estudantil, que chegou a abalar alicerces

[12] Nasceu em Anápolis, 20 de dezembro de 1938, iniciou sua militância política no movimento estudantil secundarista no Liceu de Goiânia, na Universidade foi integrante da Juventude Universitária Católica (JUC), foi presidente da UNE, entre 1961 e 1962, sendo que a partir de 1965 foi coordenador da Ação Popular. Foi deputado Federal quatro vezes, hoje atende como o presidente do PCdoB estadual.

[13] Foi uma organização política de esquerda extraparlamentar, criada em junho de 1962, a partir de um congresso em Belo Horizonte, resultado da atuação dos militantes estudantis da Juventude Universitária Católica (JUC) e de outras agremiações de Ação Católica Brasileira.

[14] Foi um movimento católico reconhecido pela hierarquia eclesiástica em 1950 como setor especializado da Ação Católica. Tinha como objetivo difundir os ensinamentos da igreja no meio universitário. Chegou a existir com diversas formas e designações numa série de países, ligada à Juventude Estudantil Católica Internacional (JECI) e mais tarde também ao Movimento Internacional de Estudantes Católicos (MIEC).

[15] O novo regime político organizado em abril de 1964 tinha no movimento estudantil um forte elemento de antagonismo, razão por que o governo procurou substituir as entidades estudantis existentes, regidas pelo Decreto Café Filho, de 1955, por outras, controladas direta ou indiretamente pelo Ministério da Educação. O instrumento legal dessa tentativa de controle foi a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy, devido ao nome do ministro da Educação que a patrocinou, Flávio Suplicy de Lacerda.

> governamentais. Tendo nas mãos as obras do filosofo alemão Hebert Marcuse (Ideologia da sociedade Industrial, Eros e Civilização), os estudantes Europeus – comunistas, trostsquistas, maoístas, anarquistas e todos os outros matizes políticos que se possa imaginar – uniram-se numa unânimecondenação do "sistema" (MENDES, 1982, p. 81-82).

As notícias dos eventos franceses chegaram ao Brasil. Com elas, o clima de repressão violenta instaurada depois da morte de Edson Luís e a vontade de lutar contra a ditadura levaram os estudantes à ação (MENDES, 1982, p. 82). Outro autor que discorreu sobre os aspectos do movimento estudantil, especificamente no ano de 1968, foi Zuenir Ventura (1988), que fala dos jovens que participaram dos acontecimentos que ocorriam no país de uma forma intensa, sem precedentes na história nacional. Para o autor:

> [...] poucas – certamente nenhuma depois dela [geração de 68] – lutaram tão radicalmente por seu projeto, ou por sua utopia.Ela experimentou os limites de todos os horizontes: políticos, sexuais, comportamentais, existenciais, sonhando em aproxima-los todos. (VENTURA, 1988, p. 14).[13]

Isso mostra que as gerações de estudantes de 1968 lutaram radicalmente para defender seus ideais, mesmo que isto custasse caro para eles. Com isso, torna-se visível que eles lutaram de forma intensa em prol do desejo de modificar favoravelmente a conjuntura do movimento estudantil. Na imprensa, as notícias sobre o ME vão aparecer de forma mais incisiva no ano de 1974, em especial aquelas cujo o tema fosse a censura da juventude estudantil. Esse aspecto é destacado por Maria Aparecida de Aquino, na obra intitulada *Censura, Imprensa, Estado autoritário (1968-1978):* o exercício do cotidiano da dominação e da resistência, o Estado de São Paulo e movimento (1999), que afirma que:

> As notícias censuradas referentes à mobilização dos estudantes começam a aparecer a partir de março de 1974. Dizem respeito basicamente à reclamaçõesdos alunos contra as condições de ensino (particularmente no ensino superior), envolvendo, inclusive, críticas às reitorias das universidades pelas dificuldades que, geralmente, criam para a participação dos alunos nas decisões a serem tomadas nos campi. Além disso, surgem protestos dos alunoscontra o aumento das anuidades e o preço das refeições cobradas nos restaurantes estudantis (AQUINO, 1999, p. 77).

No que tange à citação, denota-se que as notícias em relação às censuras sofridas pelo movimento estudantil enfatizam as tentativas do regime militar em silenciar e desautorizar as reivindicações da comunidade estudantil. Com isso, é possível analisar que o ME foi se consolidando como uma entidade que resistia ao Regime Civil-Militar. Assim, à medida que

a opressão se acentuou a partir do Ato Insitutcional 5, acentuou-se também a posição de resitência do ME em relação à ditadura, ponto que será debatido no próximo sub-item.

1.2. O Movimento de 1968: "Mais Forte e Mais Reprimido" e o Movimento pós-1968

O auge da repressão do Movimento Estudantil foi em 1968. No âmbito nacional, os estudantes estavam lutando pelo desejo de expressar seus ideais. Isso é debatido em um parágrafo da dissertação de mestrado de Idelmar Gomes Cavalcante Júnior, intitulada *Juventude em Movimento*: um estudo sobre a constituição do movimento estudantil como uma categoria histórica (2007), no qual o autor narra que

> [...] 1968 tornou-se singular por causa da disposição com que os estudantes enfrentaram a violenta repressão policial, que constantemente aparecia para coibir os protestos de rua. Se por um lado, a polícia usava cassetetes, bombas de gás lacrimogênio e até armas de fogo, os estudantes, do seu lado, respondiam a agressão com paus, pedras e, caso aparecesse à cavalaria, bolinhas de gude para derrubar os cavalos, tática que teriam inspirado a impressa da época a considerar o movimento estudantil umaverdadeira "guerrilha urbana" (CAVALCANTE JÚNIOR, 2007, p. 27).

Isso mostra que os estudantes estavam lutando pelos seus ideais libertários e que isso ficou não só restrito ao ano de 1968. Por mais que tenha sido o ano de maior conflito entre as partes, os anos que se seguiram também, pois os estudantes não paravam de correr atrás de liberdade de expressão, ainda que fossem duramente reprimidos. Quando o então presidente general Costa e Silva, implantou no seu governo o AI-5, Cavalcante Júnior avalia que:

> O governo militar, por sua vez, com a posse de Costa e Silva, estava divididoentre as propostas de abertura e de endurecimento do regime, esta defendida pela linha dura como um importante fator de estabilidade. Ao longo de 1968,no entanto, ele acaba cedendo aos mais radicais, pavimentando assim, o caminho para o AI-5, usando como pretexto, os protestos dos estudantes, ou melhor, a necessidade de combatê-los. Por esse motivo, sempre que puderam,os militares provocaram os estudantes, incitando-os a radicalização em suas manifestações, pois quanto mais perturbação da ordem, como preferiam representar os protestos estudantis, maiores seriam as razões para justificar o fechamento do regime (CAVALCANTE JÚNIOR, 2007, p. 33).

Nesta nota podemos ver que o AI-5 foi o que reprimiu de vez os ideais dos movimentos estudantis e sendo possível encontrar momentos nos quais os próprios militares provocavam os estudantes no intuito de realmente fazer com que houvesse uma "perturbação à ordem", usando isso como pretexto para reprimir o movimento estudantil da época. Ao remeter à essa conjuntura, André Cintra e Raisa Marques (2009) apontam que

> Se o regime militar (1964-1985) já era odioso desde seu início, sua "longa noite" começou numa sexta-feira 13, em dezembro de 1968, quando emergiu o Ato Institucional Número 5 (AI-5). "Golpe dentro do golpe", a mais autoritária das medidas da ditadura cassou direitos elementares do povo, massacrou os movimentos estudantil e sindical, desatou a prática da tortura e selou os "anos de chumbo" (CINTRA; MARQUES, 2009, p.144).

Essa perspectiva aponta que o AI-5 foi visto como um golpe dentro do golpe, instrumento pelo qual se cassaram os direitos elementares do povo, além de chancelar o massacre aos movimentos estudantis e sindicais, selando o que viriam a ser chamados de "os anos de chumbo". No interior do ME da década de 1970, algumas mudanças foram perceptíveis, mudanças que refletiam as características especificas destes anos, quando, diferente da década anterior, o movimento assumiu uma postura menos agressiva em relação ao Regime Civil-Militar. Segundo Mirza Pellicciotta (1997) discorre, através de sua dissertação de mestrado intitulada *Uma aventura política*: as movimentações estudantis da década de 70, a questão cultural presente na década de 1970 e no próprio movimento apontava que os estudantes optaram por um novo método de mostrar o descontentamento com a situação que se encontrava o país tanto na questão política como na questão social. Pellicciotta (1997) fala, ainda, que os estudantes começaram a se preocupar mais com as questões como a pauta das mulheres e do preconceito racial do que com a luta armada em si.

A partir de 1971, no entanto, é possível flagrar uma vulnerabilidade das entidades estudantis, além do inicio dos relatos de tortura e morte de estudantes. Quando se fala dos principais aspectos dos estudantes brasileiros daquela época, percebe-se que o movimento sai vulnerável do ano de 1971, quando as entidades estudantis de certo modo deixam de funcionar. Nesse sentido, os autores Cintra e Marques (2009) relatam que:

> [...] Sob todos os aspectos, os estudantes, suas entidades e seu movimento saem vulneráveis de 1971, ficam numa situação-limite. A direção da UBES se dispersa, e a entidade deixa de funcionar. No dia 18 de março, um estudante de Salvador — Teodomiro Romeiro dos Santos, de 19 anos — se torna a primeira pessoa a ser condenada à pena de morte no Brasil. A sentença é comutada para prisão perpétua dois meses depois. Outro estudante, Stuart Edgard Angel Jones, é torturado e morto em maio, pelo regime, no Centro deInformações de Segurança da Aeronáutica (Cisa). Em setembro, um dos menores congressos da história da UNE efetiva Honestino Guimarães na presidência. O movimento estudantil tinha perdido a batalha para os militaresno governo Médici. Mas a luta não estava concluída (CINTRA; MARQUES, 2009, p.161).

Durante os primórdios da década de 1970, o movimento estudantil se viu como se tivesse perdido a batalha, porém a luta não tinha encerrado. Na primeira metade da década de

1970, havia um embate entre a questão da luta geral e das questões da luta especifica, através de uma maneira menos representativa, como é possível verificar no seguinte trecho,

> "Politizar" o movimento estudantil implica alterar a dinâmica dos debates e deliberações coletivas de forma a tornar mais abrangente o seu processo de lutas, sendo que a atuação dos grupos ganha um papel destacado na medida em que procura estabelecer uma unidade política entre as diferenças a partir de uma perspectiva centralizada de ação coletiva (PELLICCIOTTA, 1997 p. 127).

A partir de 1973, os estudantes faziam apenas meras reivindicações pontuais, buscando recuperar seu espaço. Sobre essa nova conjuntura de ação, Daniel Cantinelli Sevillano (2010) discorre que

> O ano de 1973, no entanto marcaria um ponto fundamental no processo de recuperação desse espaço. A morte do estudante Alexandre Vanucchi Leme, aluno do curso de geologia da USP, nos porões do destacamento de operaçõesde informações e centro de operações de defesa interna (DOI-CODI) de São Paulo, no dia 17 de março, traria para cena pública os atos violentos da ditadura militar contra os que lhe faziam oposição, e reabriria canais para queos grupos calados desde o final de 1968 pudessem se expressar contra o regimehá nove anos no poder (SEVILLANO, 2010, p. 27).

Outro fator que fez os estudantes terem a urgência de se reorganizar foi o desaparecimento de Honestino Guimarães, presidente da clandestina UNE desde 1971, no mês de outubro de 1973. Esse fato constitui novo ingrediente para a reorganização dos estudantes (SEVILLANO, 2010, p. 30). Sobre esse evento, Cintra e Marques (2009) o descrevem da seguinte maneira:

> O caso mais emblemático foi o do goiano Honestino Guimarães, que foi preso em 10 de outubro de 1973, quando ocupava a presidência da UNE. Nunca mais foi encontrado. Sobre seu destino, correram várias versões. Uma delas, de um agente secreto do período, atesta que Honestino passou por várias sessões de tortura em São Paulo e foi encaminhado para o Araguaia, junto a uma ordem de execução. A família só foi receber em 1996 uma certidão de óbito, que não expunha as causas da morte (CINTRA; MARQUES, 2009, p.173-174).

Com isso, atesta-se que o regime não facilitava para os estudantes e que ele constituia mecanismos para ocultar as provas contra ele, além de deixar as famílias sem saber o paradeiro de seu ente querido, mas estes desaparecimentos não diminuía a força e a vontade deluta dos movimentos estudantes. O início da reação dos estudantes se deu através do caso do estudante paulista Alexandre Vannucchi Leme, que foi preso e morto, como relatam Cintra e Marques (2009):

> [...] Outro caso dramático foi o do estudante paulista de Geologia Alexandre Vannucchi Leme, preso dentro da USP e morto sob tortura nas dependências do DOI-Codi em 17 de março de 1973, aos 22 anos. Segundo o regime, Alexandre teria morrido num "atropelamento". Tanto a morte quanto a versãofabricada do regime causaram indignação (CINTRA; MARQUES, 2009, p.183).

Cintra e Marques ainda relatam que, como resposta à morte do estudante, 5 mil pessoas se reuniram na Catedral da Sé em busca de explicações das autoridades para o ocorrido. Segundo apontam os autores, as justificativas para a morte de Alexandre Leme foram mal colocadas, como se verifica na citação a seguir:

> As circunstâncias mal explicadas da morte estarreceram os estudantes de Geologia da USP, que, em 23 de março, resolveram desafiar os militares e promover uma missa de 7º dia, além de decretar luto e paralisações simbólicasna universidade. A celebração da missa, no dia 30, levou cerca de 5 mil pessoas à catedral da Sé. Foi a maior e mais comovente manifestação de repúdio à ditadura desde a implantação do AI-5. No ano seguinte, foi criado na USP o Comitê de Defesa dos Presos Políticos (CINTRA; MARQUES, 2009, p.184).

Assim, se inicia uma reação dos estudantes contra os militares. A missa de 7º dia da morte do estudante Alexandre Leme se tornou uma das maiores manifestações contra a ditadura desde o surgimento do AI-5. Outra consequência da repercussão do ocorrido foi o surgimento, no ano seguinte, do Comitê de Defesa dos Presos Políticos, na USP.

Nesse recorte, é possível afirmar que o movimento estudantil estava nos trilhos de sua reorganização, ainda que com um alcance limitado. A realização de uma série de encontros nacionais no período 1973-1975 puseram em evidência o movimento estudantil: mesmo que não fossem discutidas questões políticas de interesse nacional,valia o fato de que os estudantes estavam novamente se reunindo e participando de discussões (CANTINELLI, 2010, p. 57). A partir do ano de 1975, a luta estudantil ganha terreno em favor da reconstrução de seus orgãos representativos.

No ano de 1975 se inicia, de fato, um desgaste no governo militar, resultado da distensão posta pelo presidente Ernesto Geisel (1974-1979), visto pelos estudantes como estímulo para que a luta continuasse. De acordo com Cintra e Marques (2009), que discorrem que,

> Ainda naquele ano, policiais da Rota 66, em São Paulo, matam os estudantes Francisco Nogueira de Noronha, João Augusto Diniz e Carlos Ignácio Rodrigues de Medeiros. A malfada tentativa de forjar a cena do crime se transforma em outro escândalo contra o governo. O regime começou a sofrer nova crise de credibilidade em 19 de janeiro de 1976, quando órgãos da repressão assassinaram o operário

> metalúrgico José Manuel Fiel Filho, em circunstâncias tão misteriosas quanto a morte de Herzog (CINTRA; MARQUES, 2009, p.190).

O episódio posto na citação acima remete para o fato de que os atos dos militares não estavam sendo mais mantidos em sigilo e que estes já estavam sendo expostos para uma considerável parte da sociedade. Conforme citado anteriormente, no caso da morte dos três estudantes na Rota 66, os militares tentaram forjar a cena do crime, porém sem êxito, tornando-se, assim, um escândalo contra o governo. Segundo Cintra e Marques (2009, p. 191), nesse mesmo ano os universitários conseguem, a duras penas, promover o 1º Encontro Nacional de Estudantes (ENE), marco da retomada do movimento estudantil após anos de vigilância. Para os autores,

> Em março de 1977, pipocam pequenas manifestações estudantis, especialmente entre universitários, por mais recursos para o ensino superior e pela redução de mensalidades. Os protestos dão força para a formação da Comissão Pró-UNE, com reúne 4 mil pessoas e promove nova passeata em maio. Os estudantes são apoiados por diversas entidades — como a OAB, setores da Igreja e o Comitê Brasileiro pela Anistia (CINTRA; MARQUES,2009, p.191-192).

Nesta citação ver que os movimentos estudantis começam a emergir da marginalidade e retomar suas lutas na superfície da sociedade, especialmente os universitários, unindo forças para criar a Comissão Pró-UNE, resultado de um movimento que contava com o apoio de entidades como a OAB. Nesse momento, Cintra e Marques (2009) apontam que

> O governo volta a derrapar, porém, em 22 de setembro de 1977, ao dissolver um ato público em frente à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). As autoridades haviam proibido a realização do 3º EncontroNacional de Estudantes, programado para um campus da instituição, mas a ordem não foi em seguida. A polícia reagiu com truculência, invadiu as dependências da PUC e prendeu todos os manifestantes (CINTRA; MARQUES, 2009, p.192).

Na citação, pode ser visto que mesmo o governo querendo parar os atos públicos dos estudantes, estes não retrocederam, buscando a realização de seus atos, mesmo que isso significassse embates com a polícia. Adiante, Cintra e Marques (2009, p. 193) relatam que no ano de 1978 ocorrem, simultaneamente, manifestações pela anistia e contra a carestia, além de greves operárias. A imagem a seguir retrata uma das manifestações encabeçadas pela UNE em favor da Lei da Anistia:



UNE participa dos protestos pela aprovação da Lei da Anistia. Fonte: https://www.une.org.br/fotos/ . Acesso em: 03/12/2021, às 17:33.

Segundo Cintra e Marques (2009, p. 194), o ano de 1979 representa uma guinada nas manifestações estudantis brasileira, pois, além do ascenso do sindicalismo, o movimento estudantil universitário consegue realizar, enfim, mais um Congresso da UNE, o 31º, em Salvador. O último presidente da entidade, Honestino Guimarães, é homenageado e os delegados elegem o baiano Rui César Costa Silva para liderar a primeira diretoria da UNE em quase uma década. Na primeira eleição direta para escolher a nova direção, os cerca de 10 mil delegados puderam votar.

Além dos avanços sentidos na luta dos estudantes do ensino superior, os secundaristas também se faziam presente na construção dos novos sentidos para a existência do ME em todas suas etapas. Sobre isso, os autores Cintra e Marques (2009) colocam que:

> Os secundaristas — que eventualmente participavam das manifestações estudantis — comparecem ao congresso da entidade irmã. É um passo para fortalecer um movimento similar no sentido de reconstruir a UBES, que atravessara a década de 1970 sem estrutura, direção e atividades (CINTRA;MARQUES, 2009, p.194-195).

Sendo assim o movimento estudantil secundarista vê um incentivo de retomar sua entidade, que atravessou a década de 1970 sem estrutura, direção e atividades, o que não impediu que esse setor participasse massivamente de diversas manifestações promovidas pela UNE (CINTRA; MARQUES, 2009, p.195). Durante o Congresso da UBES, em 1981, 13 anos depois do encontro anterior, que ocorreu em 1968, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas estava prestes a renascer. Destarte, nos primeiros anos da década de 1980, o movimento estudantil começa a se fazer presente de forma firme em prol aos interesses dos estudantes e da população, além de reforçar seus atos contra o governo militar que ainda

vigorava no Brasil.

1.3. O contexto das Universidades e o Regime Militar: busca do controle da conjectura estudantil e seus aspectos gerais

Quando se remete à questão da resistência em relação ao regime militar, é possível vislumbrar a conjuntura de atuação posta pelos alunos das universidades, estudantes de atuação aguerrida e que estiveram muitas vezes em confronto direto com as forças de repressão ditatoriais. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta aponta em sua obra intitulada *As Universidades e o Regime Militar* (2014) onde explana o seguinte:

> De qualquer modo, em 1965 ou 1966, era difícil prever o que o regime militariria recrudescer no fim de 1968, e havia razões para esperar alguma redução na vigilância repressiva. Com a aprovação de nova Constituição, em 1967, chancelada pelo congresso, e o começo do governo Costa e Silva, que chegouprometendo dialogo e tolerância, o horizonte parecia realmente menos nebuloso. [...] A nova situação contribuiu para o retorno do movimento estudantil às ruas, assumindo o papel protagonista da oposição. Passada a fase dos grandes expurgos, jovens com ideias de esquerda voltaram a assumir o comando das entidades principais, inclusive da UNE, declarada ilegal pelo governo, mas emfuncionamento na clandestinidade. Protestos e passeatas estudantis começaram em 1965 e ficaram mais intensos depois de 1966, o que colocou os estudantes no foco principal das agências de informação e segurança (MOTTA, 2014, p. 61-62).

Conforme se verifica, a Constituição de 1967 e o advento do governo Costa e Silva requereram o retorno dos estudantes às ruas, surgindo com o papel de oposição. Quando os estudantes de esquerda assumiram a UNE,mesmo com esta na clandestinidade, a intensidade de seus protestos tornaram a instiuição o foco principal das agências de informação e segurança (MOTTA, 2014).

Motta (2014, p. 62) relata que disso decorreu a promulgação da chamada Lei Suplicy, em novembro de 1964, estabelecendo o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE) para substituir a UNE e instituindo o voto obrigatório para os estudantes, na esperança de que a "maioria silenciosa" derrotasse os candidatos de esquerda. A Lei Suplicy assinalava que os órgãos estudantis teriam por finalidade defender os interesses dos estudantes, mas vetava açõesde caráter político-partidário e também paralisações estudantis. A tentativa de viabilizar o DNE (e suas frações estaduais, os Diretórios Estaduais de Estudantes – DEEs) terminou em completo fracasso e o próprio governo extinguiu a entidade em nova lei, editada em 1967, que manteve apenas os diretórios centrais de estudantes e os diretórios acadêmicos como entidades

reconhecidas legalmente.

Iss expõe que o governo queria estabelecer seu controle sobre as organizações estudantis, principalmente aquelas que eram comandadas pelos estudantes de esquerda. Motta (2014) aponta que o regime militar se empenhou em fazer uma "limpeza" nas Universidades dos que eram considerados como inimigos, afirmando que

> Os resultados desses estudos apenas confirmam algo sabido há muito: os estudantes universitários brasileiros passaram por intensa politização e esquerdização nos anos 1960, processo, aliás, paralelo a tendênciassemelhantes verificadas em outros países. No Brasil, esse fenômeno começouno início da década e continuou nos anos seguintes, tornando-se mais agudo em meio à repressão política dos militares, que serviu de combustível para a radicalização dos jovens. O choque com a massa estudantil universitária radicalizada viria a se tornar mais intenso na segunda metade dos anos 1960, levando os chefes militares e seus aliados a adotar novas estratégias para lidar com esse "problema" que os desafiaria até o fim (MOTTA, 2014, p. 63-64).

O autor vai ainda mais além, observando que:

> Como se viu, o regime militar se empenhou em fazer uma "limpeza" das instituições universitárias para eliminar seus inimigos, o que provocou prisões, violência, exílio, demissões de docentes e exclusão de estudantes. No entanto, os impulsos repressivos por vezes foram temperados por ações moderadoras, que, caudatárias da tradição conciliatória da cultura política brasileira, geravam estratégias de suavizar a repressão e inspiravam medidas para fomentar mecanismos de acomodação e integração de alguns agentes situados fora do círculodo poder. Nessa linha, o projeto modernizante teria também o propósitode criar meios para acomodar os descontentes, para além dos objetivospropriamente econômicos. Assim, uma das maneiras imaginadas por certas "cabeças pensantes" do novo regime para lidar com o desafio estudantil e com a indisposição de parte da intelectualidade foi oprograma de modernização universitária (MOTTA, 2014, p. 64).

Isto desvela que o regime militar via os estudantes de esquerda como seus inimigos, perpetrando prisões, violência, exilio e, até mesmo, demissões de docentes, pois nem os professores não escapavam dos olhares truculentos dos militares. Motta (2014, p. 95-96) relata que apesar dos esforços do governo para aquietar os estudantes, fosse pela via repressiva, fosse com ações "integradoras", a rebeldia explodiu em 1967-68. No primeiro ano, o tema principal dos movimentos era a denúncia da desnacionalização da educação implicada nos acordos MEC-Usaid. Desde 1966, ataques contra o imperialismo na educação já estavam na pauta das manifestações estudantis, cujos alvos iniciais foram o Relatório Acton e o Projeto Camelot. Já em 1967, a Usaid tornou-se o principal alvo dos protestos: em várias cidades brasileiras, muitas bandeiras norte-americanas foram queimadas como forma de protesto, atacando a influência da Usaid e aguçando o tom antiamericano das denúncias. À sua maneira, os jovens brasileiros também ecoavam os protestos contra a intervenção no Vietnã, tema que mobilizava a atenção

do mundo. Sobre esse contexto, Motta (2014), expõe que:

> A clandestina UNE convocou para o dia 2 de junho de 1967 uma jornada de lutas contra os acordos MEC-Usaid, e milhares de estudantes responderam aoapelo indo às ruas. Ao mesmo tempo, as manifestações cobravam soluções para os problemas universitários, que naquele momento era principalmente a questão das vagas para os excedentes. Na tentativa de aplacar o descontentamento e atrair simpatia, no início de 1967 o governo Costa e Silvabaixou decreto determinando que as universidades matriculassem todos os excedentes. Isso, porém, não tirou o ímpeto dos estudantes, mesmo porque os resultados foram modestos, em razão da resistência das universidades, que alegavam não possuir meios e recursos orçamentários (MOTTA, 2014, p. 96).

Assim, é possível perceber que a UNE sempre foi ativa no combater ao regime militar e que mesmo na clandestinidade convocava os estudantes para irem as ruas se manifestarem contra medidas que não favoreciam, de acordo com o movimento, os estudantes. O ano de 1968 foi quando os estudantes se manifestaram de forma abrangente, crescendo, também, a repressão. Conforme avalia Motta (2014):

> Em 1968, as manifestações estudantis se intensificaram. Com o aumento dos confrontos, a temática antiamericana foi substituída na pauta principal pela denúncia da violência repressiva, sobretudo depois da morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, em março, no Rio de Janeiro. Novas prisões e o aumento da violência policial alimentaram a radicalização dos estudantes, cujos líderes principais já estavam seduzidos pela ideia de luta armada contra a ditadura, embora divergissem quanto ao timing adequado ao começo das ações (MOTTA, 2014, p. 96).

Promulgado em fevereiro de 1969, o 477 foi concebido para desmantelar o movimento estudantil, considerado perigoso adversário do governo no contexto dos eventos de 1968. A propósito, os textos que acompanharam o processo de elaboração do decreto são muito úteis para perceber os temores dos militares da área de segurança interna. Embora os pesquisadores tenham se habituado a pensar nos efeitos aterrorizadores das leis repressivas sobre seus alvos, esses documentos mostram que algumas autoridades no comando da repressão também tinham temores, principalmente em relação à capacidade de mobilização estudantil, mesmo após a edição do AI-5. Por essa razão, decidiu-se, no âmbito do Conselho de Segurança Nacional, estabelecer uma legislação específica para coibir o ativismo dos estudantes (MOTTA, 2014, p. 154). Rodrigo Motta (2014) traz as questões do decreto 477, sendo que este discorre que,

> O Decreto-Lei n.477 foi um dos instrumentos repressivos mais draconianos produzidos pelo regime militar e, por isso, gerou inúmeros protestos e críticas,inclusive entre os apoiadores do governo. Ele tornou-se um símbolo da ditadura, sempre lembrado em manifestações que reivindicavam o retorno à democracia. O repúdio gerado pelo Decreto 477 devia-se à amplitude e à generalidade das "infrações" nele previstas, bem como ao caráter sumário do processo de inquérito (MOTTA, 2014, p.

156).

Nota-se que este decreto foi um instrumento para silenciar os estudantes, sendo mal recebido e gerando vários protestos e críticas, até mesmo daqueles que apoiavam o regime militar. Em geral, o repúdio se deu por causa de sua amplitude e do formato generalizante das infrações previstas em suas linhas, trazendo, ainda, a questão do sumário processual de inquérito. Acerca disso, Motta (2014) traz o seguinte:

> Funcionários e professores também poderiam ser punidos com base no decreto, mas ele foi concebido em especial para desestruturar as organizações dos estudantes, praticamente os únicos punidos pelo 477. De fato, as infraçõesprevistas remetiam a práticas da militância estudantil, sobretudo nos anos 1967 e 1968. Além de desligados das faculdades, os estudantes punidos ficavam três anos proibidos de se matricular em outra instituição de ensino superior. O decreto era draconiano a ponto de prever apenas um tipo de recurso, que servia para piorar as chances dos acusados: no caso de absolvição,o ministro da Educação deveria ser ouvido para confirmar ou não a decisão (MOTTA, 2014, p. 156).

Este decreto não estava só focado nos estudantes, mesmo tendo sido feito para silenciá-los, focando também em funcionários e professores. Ainda assim, os únicos punidos por esse decreto foram os estudantes: toda a militância estudantil estava à mercê do decreto 477, que não abrandava em nada a punição contra os estudantes, que poderiam ficar até três anos sem se matricular em outra universidade, caso fosse desligado de uma delas. Motta prossegue enfatizando que

> A partir de 1969, os militares deslancharam nova ofensiva para "limpeza" das universidades, aposentando mais de cem professores e criando mecanismos para expurgar os estudantes contestadores, o que levou à expulsão, dos bancosescolares, de aproximadamente mil universitários. Essa foi a fase mais violenta do período militar, em que se viveu maior clima de medo e na qual também aumentaram os riscos de se cair na malha repressiva, o que poderia implicar tortura e até morte, em alguns casos. O AI-5 abriu um novo ciclo repressivo, que atingiu de modo particular a comunidade universitária e os meios intelectuais com outros desdobramentos (MOTTA, 2014, p. 192).

Essa citação demonstra que que os militares, a partir de 1969, fizeram uma nova ofensiva para realizar uma limpeza das universidades, aposentando professores e criando mecanismos para expulsar os estudantes que fossem contra o regime, resultando no desligamento de mil universitários. Essa fase foi considerada pelo autor como a mais violenta, tendo trazido o clima de medo da tortura ou até da morte.

Quando se remete ao movimento estudantil, vê-se que o governo militar quis sempre ter um controle deste, pelo simples fato de que este quando era visto como uma expressão da

esquerda e ligado às questões comunistas. Assim, a documentações dos órgãos de informação traziam consigo uma motivação anticomunista e, frente a qualquer movimento de contestação, já se acionava o MCI (Movimento Comunista Internacional). Motta (2014) discorre que

> No mesmo ano de 1972, os órgãos de informação começaram a divulgar que o MCI estava orientando o Movimento Comunista Brasileiro (outra sigla, o MCB) a reorganizar o movimento estudantil, desestruturado desde 1969. Como os órgãos de informação monitoravam os DCEs e DAs, e proibiam a volta das UEEs e da UNE, a nova estratégia seria burlar a vigilância usando encontros estudantis das diferentes áreas do saber para fazer "subversão" e distribuir publicações proibidas. Os agentes de informação das universidades deveriam estar atentos, sobretudo porque fazia parte da estratégia do MCI usar meios moralmente condenáveis, que "subjugam e condicionam os jovens". Os comunistas disseminariam o uso de entorpecentes, a licenciosidade moral e odesprezo pelos valores tradicionais e pela história, tudo para destruir as estruturas morais da ordem social e conseguir levar os jovens à subversão. Contra inimigo tão torpe, com ações em escala global, recomendava a DSI/MEC, "somos compelidos a aplicar um tratamento total" (MOTTA, 2014,p. 209).

Na citação acima, o autor coloca a questão de que os órgão de informação divulgaram que o MCI estava orientando o MCB na questão de reorganizar o movimento estudantil, dizendo que estava se articulando uma forma de burlar os órgãos de informação, correspondendo, assim, a atitudes subversivas, pois os comunistas, para a visão desses órgãos, traziam consigo a destruição da moral e o desprezo pelos valores tradicionais. O mesmo autor relata, ainda, que o controle da comunidade universitária por meio dos órgãos de informação afetou tanto a vida associativa e política nos *campi* quanto as atividades de natureza universitária como pesquisas, eventos científicos e cerimônias acadêmicas (MATTOS, 2014, p. 217). Motta (2014) discorre o seguinte sobre a continuidade do movimento estudantil:

> Nos anos seguintes, lideranças estudantis continuaram a procurar formas de luta contra a ditadura, que apesar das estratégias de sedução e propaganda continuava bastante impopular entre os jovens universitários, segundo enquetes feitas pela imprensa e pelas agências americanas. Até meados dos anos 1970 essas atividades tiveram escopo modesto, como protestos contra o preço de bandejões e a realização de shows e debates. Porém, a partir de 1976 surgiram movimentos de maior envergadura, e os estudantes voltaram aocupar as ruas, em atividades cuja repercussão pública trouxe dificuldades para o Estado autoritário (MOTTA, 2014, p. 305).

O autor coloca que o movimento estudantil, nos anos seguintes, procurou formas de luta contra o regime militar, mesmo este estando sob vigilância dos órgãos de informação. A partir de 1976, começaram movimentos de maior amplitude que, uma vez nas ruas, acabaram trazendo dificuldades para o governo militar.

Segundo Motta (2014, p. 325), no começo da década de 1970, quando o Estado autoritário atingiu o auge de seu poder, os fundamentos dessas políticas já estavam implantados.

Entretanto, naquele exato momento se iniciou a distensão política que anos depois culminaria com a despedida dos militares do poder. Em 1974, com a ascensão do quarto presidente militar, o general Ernesto Geisel, o autoritarismo começou a planejar a redução do aparato repressivo, ao passo que continuavam a se implantar as mudanças no sistema universitário, a despeito das dificuldades financeiras enfrentadas em seguida. Motta (2014) relata que:

> Os espaços universitários, de certo modo, serviram de laboratório para as experiências redemocratizadoras. Em alguns aspectos, essas instituições estiveram na vanguarda das mudanças políticas, graças ao ativismo de sua comunidade, que questionou o ritmo da distensão controlada pelo Estado (MOTTA, 2014, p. 325).

Desse modo, verifica-se que os espaços universitários foram vistos como lugares de experiências de pensamentos para uma possível redemocratização. A distensão anunciada pelo governo Geisel, que começou no início de1974 e que prometias a diminuição da repressão e o arejamento do ambiente político, foi uma estratégia traçada nos gabinetes do poder e não uma imposição das forças de oposição. Quando o rumo da distensão foi decidido pelo grupo palaciano, em 1973, as forças de oposição encontravam-se bastante frágeis: tanto os grupos armados, que acabavam de ser desbaratados, quanto a oposição institucional, pois o MDB colhera votação tão magra nas eleições gerais de 1970 que se cogitou a autodissolução, encontravam-se em situação delicada (MOTTA, 2014, p. 325-326).

Quando se percorre a década de 1970, vê-se todo um aspecto conjuntural do movimento estudantil, bem como as questões dos governos militares que vão sendo trocados. Assim, ao chegar no governo de Geisel, começou a se planejar uma redução do aparato repressivo, ainda que, para muitos dos apoiadores do golpe, o objetivo imediato fosse derrotar a ameaça da esquerda e restabelecer a ordem (MOTTA, 2014, p. 326). Segundo esse ponto de vista, como a esquerda estava destroçada no início dos anos 1970, não havia mais justificativa para repressão intensa, a ordem já estava garantida. Para Motta (2014), retrata que,

> O fato é que o general Ernesto Geisel, escolhido para o mandato seguinte e também identificado com o governo Castello Branco, concordou com oargumento de que chegara a hora de iniciar mudanças políticas. Suas declarações sobre o assunto nunca foram claras, eram apenas indicações tênues de que o regime seria mais tolerante, porém os contemporâneos sentiram que alguma coisa estava mudando. [...] Outro elemento contribuiu para o projeto distensionista: a preocupação quantoao risco de autonomização dos aparelhos repressivos, com quebra de comando hierárquico e eventuais divisões nas Forças Armadas. Assim, o grupo de Geisel pensava também em preservar a corporação militar, que poderia se fracionar caso permanecesse no comando do Estado durante muito tempo. Além disso, o planejamento para a saída suave do poder talvez gerasse menorimpulso para retaliações de parte das “vítimas”. Efetivamente, mesmo que issonão tenha sido intencional, a lenta transição política brasileira propiciou uma acomodação entre ex-apoiadores do regime militar e a antiga

> oposição, o quedesestimulou iniciativas para punir ou julgar os primeiros (MOTTA, 2014, p. 327).

Através da citação, o autor aponta outro elemento que ajudou o projeto distensionista: a preocupação quanto ao risco de autonomização dos aparelhos repressivos. Porém, a lenta transição política do Brasil proporcionou um relaxamento entre os ex-apoiadores do governo e sua antiga oposição, o que acabou acarretando uma desestimulação nas questões de punir ou de julgar. Motta (2014, p. 329-330) aponta que a vitória de outubro de 1974 serviu para confirmar a nova inclinação dos setores radicais da esquerda, que, ante a derrota da utopia guerrilheira, aceitaram os argumentos dos defensores da "resistência democrática": a melhor maneira de vencer a ditadura militar era investir na organização e na participação popular, inclusive utilizando espaços institucionais propiciados pelo Estado.

Nas universidades, isso implicou na maior participação nos diretórios estudantis, ainda que muitos líderes recusassem por preferirem a luta armada ou por desprezarem essas entidades em virtude do controle oficial. Assim, em 1976, na USP, foi criado o DCE Livre, manifestação dos jovens que se recusavam a aceitar as regras oficiais, mas queriam se organizar e participar dos embates políticos no interior das instituições de ensino superior. O DCE da USP surgiu com o nome de Alexandre Vannucchi Leme, estudante assassinado pelas forças de repressão em 1973. Segundo as normas em vigor do Decreto n. 228, os dirigentes do DCE deveriam ser escolhidos por voto indireto, porém, desafiando as orienteções, os estudantes realizaram eleições diretas. Além da USP, foram criados DA's e DCE's ("livres" ou de acordo com a lei) nas universidades onde eles ainda não existiam, juntando-se aos diretórios já estabelecidos. Em alguns DCE's, que vinham funcionando há mais tempo, as eleições passaram a ser "livres" (ou diretas) também a partir de 1976.

Para Rodrigo Motta (2014), as lideranças estudantis articularam o retorno das entidades excluídas pelo governo militar, marcando a retomada do ativismo político. Em concordância com seus estudos, os estudantes:

> Aproveitando a situação de retomada do ativismo político, as lideranças estudantis articularam o retorno das entidades banidas pelos militares, como as UEEs e a UNE. Para reorganizar a UNE, foi planejado o III Encontro Nacional de Estudantes (ENE), em maio de 1977, na Faculdade de Medicina da UFMG. No comando do governo falava-se em distensão, mas o aparato repressivo não estava disposto a aceitar a reorganização de entidades consideradas "ninhos da subversão". Foi montado verdadeiro aparato deguerra em Belo Horizonte, e, cercados por tropas, os estudantes não conseguiram realizar o evento. Por isso decidiu-se transferir o III ENE para São Paulo, em setembro, nas dependências da PUC, universidade simpática aos grupos de oposição. O encontro foi realizado a contento após operação dedespiste, que consistiu

> em boatos sobre outros locais de realização do conclavee manifestações-relâmpago em vários pontos da cidade. O sucesso das lideranças estudantis em driblar a repressão irritou o comando policial paulista (sob a chefia do coronel Erasmo Dias), que, alegando querer evitar manifestação pública contra o governo, decidiu invadir o prédio da PUC, situado no bairro de Perdizes. Da operação policial de 22 de setembro de 1977,o episódio de maior violência nas universidades desde 1968, participaram centenas de policiais que, além de espancar os estudantes, depredaram as instalações da PUC. Dezenas de pessoas foram presas e algumas se queimaramgravemente por efeito das bombas de gás, sendo internadas em hospitais. No entanto, a liderança nacional dos estudantes foi rearticulada (MOTTA, 2014,p. 331).

Nesta citação, podemos ver que foi articulada a reorganização da UNE e planejamento do Encontro Nacional de Estudantes (ENE), que, no entanto, não ocorreu, pois o evento foi cercado por tropas, tendo que ser transferido para São Paulo, onde também foi alvo de represálias. Em 1979, em Salvador, a UNE foi finalmente reorganizada, acontecimento feito sem grande oposição do aparato repressivo. Significativamente, o governador baiano, Antônio Carlos Magalhães, do ARENA, deu apoio material ao evento. No mesmo ano, os estudantes protagonizaram duas ações carregadas de significados simbólicos: o histórico prédio da UNE, na Praia do Flamengo, Rio de Janeiro, foi retomado pelos estudantes durante algumas horas e em São Paulo, o Crusp foi novamente ocupado pelos jovens – neste caso, além da questão simbólica houve efeito concreto, pois o prédio voltou a ser moradia estudantil (MOTTA, 2014, p. 332). Ainda sobre a esquerda universitária, Motta (2014) relata que:

> A esquerda universitária também apoiou as campanhas de democratização dasreitorias, mas é evidente que o processo interessava a grupos mais amplos, nãoestava sob o controle dos comunistas tradicionais, aliás, bastante desprestigiados nas universidades nesse período, em que atuavam vários tiposde "nova esquerda". Reivindicações de mudança no processo de elaboração das listas sêxtuplas despontaram em meio às assembleias da greve de 1980, eem 1981 e 1982 deram origem a movimentos em várias universidades federaisdo país. De início, talvez como estratégia de experimentar a tolerância do Estado, surgiram iniciativas para democratizar a escolha de diretores de faculdades, naturalmente das que eram mais politizadas (MOTTA, 2014, p. 348).

A citação traz consigo a questão da esquerda universitária enquanto apoiadora das campanhas para que se voltasse a ter uma democratização das reitorias, ação que representaria o termômetro da tolerância do estado para com os estudantes naquele momento.

1.4. Antes da década de 1960: articulação sobre o conservadorismo político e a preocupação com a justiça social

Ao se falar de movimentos de juventude contrários às feições conservadoras da política nacional, vê-se que estes se iniciaram antes de 1964: através de bispos católicos, estruturaram-

se organizações para se questionar o *metier* político há muito alicerçado no país. Acerca desse tema, Paulo César Gomes, em sua obra intitulada *Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira:* a visão da espionagem (2014), traz a seguinte explanação:

> A partir da década de 1950, o pensamento social católico se fortaleceu no seioda Igreja e provocou algumas mudanças, como, por exemplo, o crescimento da ACB, que passou a contar com algumas subdivisões: a Juventude EstudantilCatólica (JEC)[16], a Juventude Operária Católica (JOC)[17] e a Juventude Universitária Católica (JUC)[18], da qual se originaria a Ação Popular (AP), organização revolucionária que participaria da luta armada. Parte do episcopado aproximou-se dos trabalhadores e dos estudantes, obtendo contatocom as questões políticas em que esses grupos estavam envolvidos. Alguns setores da Igreja começaram a questionar o próprio conservadorismo político e acabaram trazendo à tona a preocupação com a justiça social (GOMES, 2014, p. 32).

No que é posto acima, mostra-se que desde a década de 1950, havia um pensamento católico forte, motivador de movimentos como a JEC, o JOC e a JUC, associações que mais tarde viriam a formar a AP. Com isso, nota-se que a igreja se aproximou dos estudantes a partir do envolvimento nas questões políticas com as quais o movimento estudantil estava atrelado. Os bispos atuaram como parte questionadora das políticas feitas pelo regime militar, especialmente na região do Nordeste. Em paralelo, existiam os grupos JEC, JOC e JUC que foram impedidas de continuar sua atuação através do AI-5, conforme aponta Gomes (2014):

> Além dos bispos, houve grupos leigos que exerceram um importante papel na região, ao menos até 1968, quando o AI-5 os impediu de atuar: a Ação Católica Operária (ACO)[19], a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Agrária Católica (JAC)[20]. A Igreja, paulatinamente, passou a servir como um dos únicoscanais por meio do qual aquelas populações podiam protestar contra o governopela opressão política e social a que estavam submetidas, já que o golpe minaraa possibilidade de mobilização popular (GOMES, 2014, p. 47).

---

[16] Associação civil católica reconhecida nacionalmente pela hierarquia eclesiástica em julho de 1950 como setor da Ação Católica Brasileira (ACB) encarregado de difundir os ensinamentos e a doutrina da Igreja junto aos estudantes de nível secundário. Desapareceu em 1966, quando a nova orientação firmada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) levou ao esvaziamento da ACB e de seus ramos especializados.

[17] Associação civil católica reconhecida nacionalmente pela hierarquia eclesiástica em 1948 como setor especializado da Associação Católica Brasileira (ACB) destinado à difusão dos ensinamentos e da doutrina da Igreja no meio operário.

[18] Associação civil católica reconhecida nacionalmente pela hierarquia eclesiástica em julho de 1950 como setor especializado da Ação Católica Brasileira (ACB). Seu objetivo era difundir os ensinamentos da Igreja no meio universitário. Desapareceu entre os anos de 1966 e 1968, quando a nova orientação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em relação aos movimentos leigos da Igreja provocou o esvaziamento da ACB.

[19] A Ação Católica Operária (ACO) nasceu em 1948, por iniciativa de um antigo jocista. O Movimento, no seu princípio, chamou-se Liga Operária Católica (LOC), com dois ramos distintos: LOC masculina e LOC feminina. A finalidade da LOC era agrupar os operários católicos adultos, especialmente os antigos jocistas. A LOC fazia parte da Ação Católica Especializada e firmou-se, sobretudo, nas dioceses do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Belém, apesar de nunca ter encontrado, por parte do clero e do Episcopado, muito apoio.

[20] Associação civil católica reconhecida nacionalmente pela hierarquia eclesiástica em julho de 1950 como setor especializado da Ação Católica Brasileira (ACB). Tinha por objetivo difundir os ensinamentos da Igreja nas zonas rurais. Desapareceu a partir da crise da ACB, iniciada em 1966.

Gomes (2014) ainda aponta que:

> Os soldados prenderam diversos padres e líderes leigos ligados à JOC, no entanto, o seu ato mais infeliz foi a detenção de dom Aloísio Lorscheider, secretário-geral da CNBB. O bispo estava longe de poder ser considerado umradical: na verdade, suas críticas aos militares até aquele momento eram bastante acanhadas [...] O incidente acabou por criar uma súbita unidade na Igreja brasileira no que se refere às denúncias contra a repressão. Ao que tudoindica, o protesto dos cardeais não surtira grandes efeitos. Os religiosos começaram a desconfiar da possibilidade de entendimento com os militares, que pareciam não mais respeitá-los. A partir disso, as relações entre as duasinstituições estiveram à beira de uma ruptura (GOMES, 2014, p. 54-55).

Ao investigar as palavras acima, denota-se a existência de prisões de estudantes e dos padres, vistos como sujeitos com ideias divergentes das do regime militar. Foi, inclusive, através da prisão de um bispo, dom Aloisio Lorscheider, que se deu o surgimento de uma unidade da Igreja católica voltada para a apuração das denúncias contra repressão, sinalizando uma ruptura de posição entre uma parte da Igreja e os militares.

Segundo Gomes (2014, p. 84), a elaboração de uma análise do aparato repressivo durante a ditadura militar conduz a uma série de questões que perpassam por essa temática. É comum relacionar as atividades repressivas do Estado ao período inaugurado pelo AI-5, concluindo-se que o uso violento da força teria sido mera reação às ações dos "subversivos". De fato, houve um grande número de manifestações antigovernamentais no ano de 1968 e também o início de um processo de recrudescimento dos órgãos repressivos, mas associar um acontecimento a outro é uma estratégia interpretativa um tanto apressada. As instâncias de repressão estavam sendo montadas desde a chegada dos militares ao poder.

A estrita atribuição das ações repressivas ao AI-5 está ligada à ênfase no caráter legalista do presidente Castelo Branco e, também, à desconsideração da temporada de punições "revolucionárias" pós-golpe, mais conhecida como "operação limpeza". Castelo Branco temia ser visto como um ditador à moda dos caudillos latino-americanos e chegou a inspirar a invenção de um adjetivo — castelista — que caracterizaria aqueles militares com atitudes mais "moderadas". Contudo não se pode ignorar algumas medidas nitidamente autoritárias de seu governo. Ele não conseguiu, por exemplo, interromper as punições aos "subversivos" (GOMES, 2014, p. 84-85).

Gomes (2014, p. 91) descreve que a existência de órgãos deinformações não é uma peculiaridade de regimes autoritários, tampouco é incompatível com governos democráticos.

No entanto, o que, em uma democracia, funciona como instrumento de auxílio para as tomadas de decisão dos chefes de Estado, nas mãos de ditadores, torna-se uma arma de coação. O caso do Brasil não foi diferente. A ditadura militar contou com um complexo sistema de informações que acabou extrapolando suas funções quando começou a entrar na esfera particular da vida dos cidadãos. Ao se tornar um sistema de espionagem, passou a ser mais uma maneira de "caçar" os inimigos da "revolução", isto é, mais um dos tentáculos do aparato repressivo. Sobre essa discussão, Gomes (2014) vaticina que

> Com o golpe de 1964, surgiu a necessidade de se criar um sistema mais eficaz,que auxiliasse a consolidação do novo regime e que estivesse de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional. Assim, o projeto do SNI, elaborado por Golbery do Couto e Silva, foi apresentado pelo presidente Castelo Branco ao Congresso Nacional no dia 11 de maio de 1964. Alguns políticos ficaram temerosos, pois pensaram que o SNI seria assemelhado ao antigo DIP de Getúlio Vargas. Para convencê-los do contrário, Castelo Branco precisou negociar com os líderes parlamentares. No dia 13 de junho era aprovada a leique criava o novo órgão. À diferença das experiências anteriores, o novo serviço secreto, com o passar do tempo, se transformaria na menina dos olhosda ditadura (GOMES, 2014, p. 93-94).

Conforme expõe o autor, o projeto do SNI (Sistema Nacional de Informação), criado no dia 13 de junho de 1964, representou, com o passar do tempo, o surgimento de uma entidade que ficaria no encalço para o movimento estudantil. Gomes (2014, p. 95) ressalta que quando o general Artur da Costa e Silva chegou à presidência, em 1967, anunciou que o SNI não estava devidamente preparado para combater a "subversão", e menos ainda a luta armada. Contar com um órgão mais forte era um desejo antigo do novo presidente, que já havia feito proposta semelhante quando ministro da Guerra, ao passo que foi rechaçada pelo então governante, o marechal Castelo Branco. Em sua obra, Gomes (2014) acrescenta que

> Logo após a posse de Costa e Silva, Golbery deixou o SNI e foi substituído pelo general Emílio Garrastazu Médici. O novo presidente da República queria um serviço secreto mais agressivo e, para isso, pretendia não apenas reformular o órgão, mas também reforçar o Serviço de Informações do Exército — a 2ª Seção —, para que atuasse com mais vigor na repressão. Emmaio do mesmo ano, seria criado o CIE, tendo sob sua direção o coronel AdyrFiúza de Castro. Em julho de 1967, outro decreto aprovou um novo regulamento para o SNI. As antigas Seções de Segurança Nacional dosMinistérios Civis passariam a se chamar Divisões de Segurança e Informações (DSIs) e seriam instaladas em todos os treze ministérios civis existentes naquele momento. As DSIs, ao lado das Assessorias de Segurança e Informações (ASIs), alojadas nas demais instituições públicas, funcionariam como órgãos complementares ao SNI, que passaria a ter um alto grau de ingerência na administração pública de maneira geral. O Ministério das Relações Exteriores foi o único que, além de uma DSI, recebeu um órgão específico para lidar com os assuntos estrangeiros, o Centro de Informações do Exterior (Ciex). Era o início da construção da comunidade de informações(GOMES, 2014, p. 95).

Através do fragmento acima, percebe-se que o presidente Costa e Silva iniciou seu mandato já com olhar repressivo, ansiando um SNI mais agressivo. Assim, as seções de *Segurança Nacional dos Ministérios Civis* passaram a se chamar *Divisões de Segurança e Informações*, que ficou ao lado das ASIs e a Ciex, representando o início de uma repressão aos movimentos estudantis mais dura. Outro órgão criado foi o Doi-Codi, já em 1970. Acerca desse, Gomes (2014) coloca da seguinte maneira:

> O sistema DOI-Codi, criado em 1970, foi o instrumento de execução da políciapolítica e teve sua estrutura inspirada no modelo da Operação Bandeirantes (Oban). A Oban foi uma organização criada no ano de 1969, em São Paulo, com apoio do Estado, embora não tivesse nenhuma base legal. Seus recursos provinham de verbas públicas e de empresas privadas nacionais e multinacionais. Além do mais, sua ação pressupunha a articulação de diversas instâncias militares e civis, pois, afora os representantes das Forças Armadas,contavam com a colaboração da Polícia Federal e das polícias políticasestaduais (Dops/ Deops). A sua criação foi responsável pela institucionalização da tortura como prática de Estado (GOMES, 2014, p. 101-102).

Para Paulo Gomes (2014, p. 102), os Codi (Centros de Operações de Defesa Interna) tinham a função de planejar e coordenar a execução das medidas de defesa interna, além de articular os participantes envolvidos. Sua direção era exercida pelo chefe do Estado-Maior do Exército da área. Aos DOI (Destacamento de Operações Internas) cabia a execução propriamente dita das medidas e, em geral, os seus membros eram de escalões mais baixos do Exército, já que este era um órgão subordinado ao Codi. Ainda assim, sua voracidade punitiva muitas vezes ultrapassou a capacidade de coordenação deste último, o que lhes conferiu certa autonomia. Os DOI foram responsáveis pelas ações mais violentas da ditadura militar, e talvez se deva a eles a associação que se faz atualmente entre os militares, de maneira geral, e a tortura.

O interessante é que o governo militar buscou evitar noticias atreladas as questões de tortura, conforme evidenciam as palavras de Gomes (2014), simplificando que,

> Os governos militares evitavam, de todo modo, a divulgação de notícias que denunciassem o caráter repressivo do regime, paralelamente ao esforço que faziam para tornar o Brasil uma "grande potência". A possibilidade de o país ficar conhecido pelo autoritarismo de seu sistema político e pela prática rotineira da tortura atormentava seriamente os governantes, sobretudo a partirde 1969, com a implantação do sistema Doi-Codi (GOMES, 2014, p. 120).

Gomes (2014) expõe a ideia de que o regime militar tentava ocultar seu caráter repressivo, buscando mostrar algum tipo de progresso para tornar o país uma "grande potência", mas a imagem do Brasil incomodava os governantes que temiam que este ficasse conhecido pelo autoritarismo e pelas suas práticas de torturas, intensificadas a partir de 1969, quando o Doi-Codi surgiu.

2. AVANTE ESTUDANTES: O movimento estudantil em Teresina (1975-1985)

A partir das discussões levantadas anteriormente, é possível definir a atuação do movimento estudantil como uma luta constante e cheia de meandros contra à opressão do regime militar. Essa conjuntura é patente a muitas experiências do ME durante as décadas de 1960 e 1970, não se restringindo ao eixo Rio-São Paulo, sendo presente em todo o Brasil. A partir disso, essa pesquisa volta seu olhar sobre a cidade de Teresina, capital do Piauí, em busca de analisar os contornos desses movimentos em solo piauiense. A investigação se inicia através dos apontamentos de Rocha (2018), que discorre sobre a Ação Popular em Teresina, nos anos de 1968 e 1969, definindo sua atuação como:

> Em Teresina, o grupo da Ação Popular contava com a participação de jovens estudantes secundaristas e universitários, dentre seus militantes menciona-se, secundaristas, como Odilon Pinto, Geraldo Borges, Benoni Alencar, Marcos Igreja, Samuel Alves, Luiza Alves do Bonfim, João Vasconcelos, José Inácio e universitários, como Nicolau Waquim Neto e Evandro Cunha e Silva, ambos da Faculdade de Direito. Os jovens estudantes buscavam participar das questões do movimento estudantil local e nacional através dos grêmios estudantis e diretórios acadêmicos das instituições educacionais que integravam. Dentre as atividades que participaram, menciona-se um ato em referência ao dia do estudante, em 10 de agosto de 1968. Estava prevista uma passeata, mas a concentração ficou restrita à Faculdade de Filosofia, que se localizava em um prédio no centro da cidade de Teresina; próximo ao Colégio São Francisco de Sales - Diocesano; à Igreja Nossa Senhora das Dores; mas também à Delegacia do Departamento de Ordem Social e Propaganda - DOPS. A possibilidade de repressão foi um dos motivos da passeata não ter sido realizada, contudo, foram feitos discursos e distribuídos panfletos que motivaram a prisão de Geraldo Borges e um Inquérito Policial Militar (ROCHA, 2018, p. 05).

Através de suas palavras, a autora expõe certa cautela do ME em Teresina, que era feito por estudantes secundaristas e universitários através dos grêmios estudantis e diretórios acadêmicos, pela possibilidade de repressão por parte das forças policiais. Ainda assim, durante as celebrações do Dia do Estudante, houve discursos e distribuição de panfletos que resultaram na prisão de uma dos organizadores do evento.

Para Rocha (2018, p. 07-08), a repressão violenta, a prisão e os processos militares foram elementos utilizados para coibir os movimentos de resistência à Ditadura Militar. Esse processo se intensificou em 1968, sobretudo, após a decretação do Ato Institucional n. 5, que aboliu o direito ao “Habeas Corpus”. O panfleto distribuído na concentração do dia 10 de agosto de 1968 na Faculdade de Filosofia resultou em um inquérito que apontou como acusados Odilon Pinto de Mesquita Filho, Geraldo Almeida Borges, Benoni Alencar Pereira e Evandro Setubal de Cunha e Silva (presidente da União Nacional dos Estudantes Piauienses - UNEPI), que teria

fornecido as folhas de papel, para impressão dos “convites” para a manifestação. A autora ainda remete o seguinte fato:

> Em 28 de fevereiro de 1972, o Conselho Permanente de Justiça para o Exército absolveu Evandro Setúbal por insuficiência de provas, Geraldo Borges e Benoni Alencar foram condenados a seis meses de prisão e Odilon Pinto foi condenado a um ano de prisão. Odilon Pinto já se encontrava preso em Salvador em virtude de atividades consideradas subversivas na região de Camacã-BA; Geraldo Borges foi encarcerado para cumprimento da pena em 14 de abril de 1972, em Teresina. Benoni Alencar após ter cumprido pena por outro processo mudou-se para o Rio de Janeiro. Foi expedido mandado de prisão para Benoni Alencar, mas não consta que esse tenha sido cumprido (ROCHA, 2018, p. 08).

Na citação, Rocha (2018) aponta a prisão dos estudantes que foram acusados de subversão contra o governo ditatorial do país, apresentando suas condenações, como por exemplo, a de Geraldo Borges, preso em 14 de Abril de 1972, em Teresina, fazendo com que seja possível mensurar o quanto os estudantes eram vistos como seres subversivos através dos seus atos, mesmo sendo estes menores de idade.

2.1. Teresina: palco do movimento estudantil

Desde a década de 1950, Teresina foi palco do movimento estudantil, que acompanhou o processo de modernização da cidade. Sobre este ponto, Jurandir Lima (2016), em sua obra intitulada *Memórias Afetivas de Teresina:* Tensões entre Tradição e Modernidade no Processo de Modernização da Cidade (1970-2000), relata que:

> A Teresina vista numa perspectiva macro, aérea, parecia resumir-se tão somente a sua geografia, a seu formato urbanístico e arquitetônico. Elementos como economia, política, lazer, trabalho, cultura, violência, amores, paixões, adultérios, etc., só podiam ser visto numa perspectiva microscópica de análise da cidade. Do ponto de vista físico e material, a forma mais expressiva de perceber a cidade estava no conjunto de seu acervo arquitetônico formado por casas, lojas de comércio, prédios públicos, praças, ruas, avenidas, parques, entre outras construções humanas. Considerando o seu aspecto macro, a modernização da cidade apresentava-se como um momento em que Teresina se sintonizava e se conectava, passando a reproduzir, as tendências nacionais e internacionais. O novo ou a ‘moda’ chegava pela velocidade do motor, pela resistência do concreto, pelas ‘ondas’ do rádio ou pelo som e imagem da ‘telinha’(LIMA, 2016, p. 50).

Nas palavras de Lima (2016), vê-se como a cidade de Teresina é interpretada de uma forma macro e não muito de uma forma micro. O autor ainda nos remete sobre o conjunto de transformações e mudanças em relação a Teresina, relatando que,

> O conjunto de transformações e mudanças que se processaram em Teresina ao longo de sua existência compreenderam ações tanto de ordem informal como formal. A informalidade das transformações da cidade compreendeu um movimento quase que 'natural' que lhe impôs movimento, dinâmica, vida própria desde a condição de 'Vila' de pescadores até se tornar capital da província. Já as transformações formais ou planejadas ocorreram buscando dar à cidade formas organizativas e funcionais, condição que inclusive fundamentou sua criação e a acompanhou por toda a sua historicidade (LIMA, 2016, p. 127).

Através de Lima (2016), destaca-se que Teresina, como qualquer outra cidade foi tendo sua evolução. Durante as últimas décadas do século XX, a cidade passou por várias transformações, assim trazendo a questão do moderno para o foco de seu desenvolvimento. Segundo Lima (2016, p. 129), o moderno permeia o momento da implosão de tradições e do surgimento de novos movimentos, de novos ritmos sociais, da constituição de "novas tradições", algumas mais consistentes e duradouras, outras, nem tanto.

No trabalho ou lazer, na saúde ou educação, na segurança ou no cotidiano comum, era na cidade moderna que residiam as eventuais respostas às questões da sociedade na contemporaneidade. Para Lima (2016), Teresina do século XX,

> Embora o século XX tenha sido marcado intensamente por transformações que impôs a Teresina mudanças no seu sitio urbano, a década de 1970 inaugurou um momento de grandes intervenções na cidade, levando a expandir seu sitio urbano consideravelmente nas décadas de 1980 e 90 nos sentidos sul, norte, sudeste e leste – estes três últimos expandindo a geografia urbana da cidade para além dos rios que demarcavam o sitio/quadrante em formato xadrez originário da 'velha cidade' - processo esse que seguiu nos anos que abriram o novo século (XXI) (LIMA, 2016, p. 143-144).

Com isso, percebe-se que durante a década de 1970 iniciaram-se grandes intervenções na cidade. Assim, ao realizar uma paralelo entre a cidade e o ME, nota-se que este, possivelmente, acompanhou esse processo modernizador que se estendeu até a década de 1980.

2.2. Os dossiês reveladores: as entrelinhas do movimento estudantil

Na conjuntura do ME à época do Regime Civil-Militar, em todo o país, alguns dossiês foram elaborados contendo a relação dos que eram consideram subversivos. No Piauí, não foi diferente. Obtidos no site do SIAN, esses documentos encerram a visão dos militares sobre o movimento estudantil em Teresina. Utilizando esse tópico para debater o conteúdo de alguns desses materiais, colaca-se em pauta um primeiro dossiê cujo conteúdo fala sobre um ato

subversivo de uma estudante, cometido no dia 25 de Janeiro de 1971, mas mencionado só no ano de 1985.Os dados do dossiê são: Nº ACE/ANO: 002933/85, total de folhas: 04, com o titulo de *Registro sobre envolvimento em atividades subversivas, referente a Maria da Conceição Sousa de Carvalho*, que expõe o ocorrido da seguinte forma:

> Maria da Conceição Sousa de Carvalho figurou em uma relação de elementos suspeitos de envolvimento em atividades subversivas, elaborada, em 25 JAN 71, pela Guarnição Federal de Teresina/PI. A inclusão da nominada naquela listagem deveu-se ao fato de haver a mesma participação ativamente do movimento estudantil no Piauí, uma vez que fazia parte das reuniões da União Nacional dos Estudantes (UNE) realizadas na Faculdade Católica de Filosofia/PI, onde ocupava o cargo de presidente do Diretório Acadêmico (ARQUIVO NACIONAL, 1985, p. 2).

A partir da citação, nota-se que qualquer movimento suspeito pelos orgãos militares da época era tido como subversivo: Maria da Conceição foi acusada por participar do movimento estudantil aqui em Teresina. Adiante, em um dossiê do Ministerio da Aeronáutica, de Nº 145/A-2/IV COMAR, de 03 de Abril de 1975, com o titulo do assunto chamado *Movimento Estudantil*, encontra-se o seguinte:

> A DSI/MEC vem tendo dificuldades no acompanhamento e no controle do movimento estudantil, pois as ASI das Universidades são constituidas de elementos leigos no assunto de informaçãoes e não cumprem a contento as suas atribuições. A atual atividade estudantil, apresenta a possibilidade de recrudescimento do movimento estudantil em 1975, pela distenção promovida pelo Governo e pela atuação de políticos, com base na vitória do MDB nas últimas eleições. As motivações dos estudantes para as suas atividades estariam fundadas nos seguintes temas: “reforma do ensino”, “melhoria do ensino”, “docentes mais capazes”, “meios auxiliares”, “maior número de vagas”, modificações do sistema de vestibulares”, “alimentação”, etc (MINISTERIO DA ARENAUTICA, 1975, p. 01).

Vermos que o ME trazia em sua conjuntura tanto revidicações básicas para aplicação dentro do muros da universidade, a exemplo da reforma de ensino, como também articulações contra o governo, ainda que de forma sutil.

No repositório do SIAN, não foram achados dossiês do ano de 1976, somente de 1977 em diante, sendo um deles do Serviço Nacional de Informação (SNI) da Agência do Rio de Janeiro, constando a informação de Nº 113/119/77/ARJ/SNI, datada de 13 de Maio de 1977, que discorre como assunto o *ME* e tendo como anexo recortes de jornais, dos quais um desses recortes é do Jornal *O Globo*, de 05 de Maio de 1977, que apresenta em uma de suas matérias aquela intitulada *Dops mostra material que apreendeu com estudantes*, que apresentava o seguinte conteúdo:

> Teresina (O GLOBO) – A Universidade Federal do Piauí amanheceu ontem pixanda, em vários setores, com slogans de protesto contra a vigência do Decreto 477, do Ato Institucional nº 5 e apelos para "o fim da ditadura militar no país". O capitão Astrogildo Sampaio, delegado do DOPS no Piauí disse que "as investigações estão a cargo da Polícia Federal" (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 1976, p. 28).

Isso mostra que não só estudantes, mas outras pessoas se encontravam insatisfeitas com o AI-5 e o Decreto 477, bem como o regime em si. Datado de 1977, outra noticia que se encontra também no informe de Nº 113/119/77/ARJ/SNI, do dia 13 de Maio de 1977, contida em um recorte do jornal *Última Hora*, de 06 de Maio de 1977, versa sobre o *MEC acompanha a inquietação na área estudantil*. Em um um dos seus trechos, a notícia ponta que:

> São Paulo deverá ser a sede do III Encontro Nacional dos Estudantes, já tendo sido aprovados, no Rio, os métodos para a escolha dos representantes cariocas presentes. Em Teresina, Piauí, o reitor da Universidade Federal mandou apagar dos muros dos campus uma série de frases e slogans contra o Governo, mas tanto o delegado do Dops local quanto o secretario de segurança informaram desconhecer o assunto (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 1977, p. 36).

Nesse mesmo documento, são abordados informes sobre o III Encontro Nacional dos Estudantes (ENE), que ocorreu em São Paulo, e também o relato das frases e slogans que foram pinchados contra o governo nos muros da UFPI, gerida à época pelo reitor José Camillo da Silveira Filho[21]. Um detalhe sobre isso é que os que cometeram tal "crime" não eram estudantes. No informe de Nº 113/119/77/ARJ/SNI, datado de 13 de Maio de 1977, apresenta-se, ainda, um recorte do jornal *O Estado de São Paulo*, de 07 de Maio de 1977, com uma matéria de nome *Detenções no Ceará e* Piauí, que discorre que

> Em Teresina, no Piauí, cinco pessoas foram presas pela Polícia Federal, acusadas de terem participado da pichação dos muros da Universidade Federal com slogans contra o governo [...] Os presos de Teresina são o cartunista Azlbert Nunes, o agronomo Pedro Guerra, o sociologo Antonio José Medeiros e sua mulher, a professora Rita Maria Cavalcante, e um homem não identificado, que teria sido levado para Fortaleza (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 1977, p. 47).

Isso permite visualizar que não só os estudantes tinham sua posição contra o governo da época, mas que eles traziam, em suas veias, as lutas primordiais do ME desde a década de 1960.

[21] Também conhecido como Camillão (Teresina, 18 de dezembro de 1927 - 22 de janeiro de 2004), José Camillo da Silveira Filho foi um político, escritor e professor universitário brasileiro.

Ao discorrer sobre o ME, o anexo dos recortes de jornais do Serviço Nacional de Informação (SNI) da Agência do Rio de Janeiro, na informação de Nº 113/119/77/ARJ/SNI, datada de 13 de Maio de 1977, apresenta uma matéria do *Jornal do Brasil*, de 10 de Maio de 1977, com o título *Lucidez e Coragem* que diz

> O processo de agitação estudantil subitamente desencadeado em diversos pontos do território nacional constitui sobretudo um teste. Teste a ingenuidade natural, a ignorancia política e a inexperiência social dos estudantes. Teste ao grau de implantação e a capacidade de mobilização dos organismos atuantes da rede universitaria. Teste a que o comando comunista sujeita suas organizações regionais, após o revés sofrido, meses atrás, precisamente em São Paulo. Teste de inteligência e a firmeza das autoridades acadêmicas ou das que sejam chamadas a suprir suas pusilanimidades ou cumplicidades. Teste, sobretudo, a paciência do país [...] Não nos iludamos, todavia: por melhores que sejam a atitude das familias, como a atuação das autoridades, o problema tem de ser resolvido "por dentro": cada estudante tem de ter coragem de assumir a posição política e a atitude humana coerentes com sua forma de pensar. É hora de cada um ter a noção clara de que tem também o direito de não ser comunista e de não servir ao Partido. É hora de cada universitario fazer frente e de desmarcar as diversas formas de terrorismo intelectual, as coações, os complexos, com que colegas e professores o amedrontam, o violetam, o arrebanham para escravo abúlico de seus designios totalitarios e desnacionalizantes[...] (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 1977, p. 63).

Esse trecho da materia descreve os aspectos das agitações estudantis, onde o ME é posto como um teste de igenuidade, de ignorância política e de inexperiência social, mencionando, ainda, a questão do comunismo. Outro dossiê do SNI, de Nº 360/116, datado de Novembro de 1978 e com classificação confidencial, traz em seu corpo um exemplar do jornal *O Momento* e uma cópia de um panfleto, tendo como assunto o *Movimento Estudantil no Piauí*, onde este discorre que

> I. Dentre os Estados componentes da área de jurisdição desta AR, o Piauí vinha se revelando, até SET 78, como aquele em que o movimento estudantil permanecia totalmente inerte,não levando a efeito quaisquer articulações de carater contestatorio ou mesmo revindicatório.
>
> II. A partir, do inicio do mês de OUT 78, este quadro, de inteira normalidade no meio estuantil, passou a sofrer as primeiras transformações, identificadas a partir da realização da VI Jornada Universitaria Piauiense. Ao referido evento compareceu o estudante Henrique Sampaio Pacheco da PUC/SP (convidado pelos diretórios acadêmicos da Fundação Universidade do Piauí – FUFPI), que veio a Teresina, especificamente para pregar a reativação da extinta UNE.
>
> III. Após o termino da citada jornada, o Diretório do Centro de Ciências Humanas e Letras da FUFPI elabrou e difundiu o jornal *"O Momento"*, com a finalidade declarada de ser o porta-voz das atividades estudantis desenvolvidas no Piauí. Em seu primeiro número, o jornal segue uma linha de atuação moderada, dedicando-se quase exclusivamente em notificar promoções culturais e realizações da própria Administração da Universidade. Vale salientar, entretanto, que seu Editorial faz uma apologia a atuação da UNE quando em funcionamento, posicionando-se em favor da reativação da mencionada entidade, por considerá-la capaz de fazer com que os

> estudantes tenham seus diretorios reconhecidos. Como matéria de cunho político *"O Momento"* divulga um artigo de autoria de Alceu Amoroso Lima, no qual o articulista faz um retrospecto histórico sobre a concessão de Anistia no Brasil, considerando a necessidade de tal medida "como forma de não agravar de modo irremediavel a atual e crescente dissidência entre o Brasil oficial e o Brasil real".
>
> IV. No final do mês de OUT 78, o estudante Francisco de Castro, aluno do curso de Letras da FUFPI, elaborou e dinfundiu, no âmbito daquela Universidade, o panfleto *"Sentimento Coletivo na América Látina ou Trabalho e Justiça para Todos"*. O referido panfleto, escrito em forma de verso e de cunho nitidamente subversivo, caracteriza, de um modo capcioso e distorcido, a atual situação política da América látina. Segundo o panfleto, citado continente "vive em fase política caótica e profundamente sombria, governado por ditaduras militares que prendem, exilam, massacram e torturam, em nome da segurança para um povo que dela não necessita". Afirma, ainda, que na América Látina as estrelas só brilham nos ombros dos generais e que "ser povo por si só, já se constitui um verdadeiro delito".
>
> V. Francisco de Castro é filho de José Sousa Castro e Cândida Mesquita Castro, nascido a 10 DEZ 53, em Teresina/PI. O nominado não registrava, até então, antecedentes negativos nos 01 da área (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 1977, p. 02-03).

O dossiê relata em suas linhas o panfleto que foi distribuido e considerado de caráter subversivo pelas autoridades competentes da época, subordinadas ao governo militar. Em 1979, alguns dossiês também debaterão aspectos do ME em Teresina; um desses é originário do *SNI da Agência de Fortaleza, informação de Nº 068/116/AFZ/79 do dia 20 de Abril de 1979 e referência Infão nº 360/116/AFZ78,* tendo com assunto o descritor *Movimento Estudantil no Piauí, difusão: ST-750*, que discorre:

> I. A partir da realização da "VI Jornada Universitaria Piauiense", no início de OUT 78 (assunto tratado na Infão da referência), as lideranças estudantis do Piauí utilizaram, como estratégia nos seus esforços de reativação do ME/PI, a exploração de promoções culturais como meio de dinfundir ideias contrarias ao governo e ao regime vigentes, e favoráveis a reinvidicações estudantis, sobretudo, as referentes a reestruturação da ex-UNE.
>
> II. Tais promoções, ao contrario das efetuadas nos Estados do Ceará e Maranhão, pouca influência receberam de entidades extra-estudantis.
>
> Até o presente, foram objeto de acompanhamento por esta AR, os seguintes eventos:
>
> a. V Congresso dos Estudantes Piauienses
>
> O referido evento foi promovido, no periodo de 19 a 22 OUT 78, por entidades secundaristas e recebeu subtancial apoio de lideres universitarios.
>
> Durante seu transcorrer, foram realizadas diversas palestras, destacando-se dengtre estas, a proferida pelo estudante de Diretotorio da Fundação Universidade do Piauí (FUFPI), Rubervam Maciel Nascimento, o qual salientou que o sistema atual de ensino é responsavel pela alienação dos estudantes, pois o governo pouco tgem interesses na formação dos mesmos. Afirmou, ainda, que é infima a percentagem de estudantes polítizados e isso se deve ao fato de que "em nossos dias todos aqueles que lutam por seus direitos são tachados de subversivos ou comunistas".
>
> No referido congresso, usou, também, da palavra o ex-deputado Federal do MDB, Celso Barros Coelho, que criticou o modelo econômico brasileiro, que segundo ele, cria condições, para que os ricos fiquem mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

> b. I Encontro com a Cultura Brasileira
>
> O referido "Encontro" foi realizado, no período de 13 a 18 DEZ 78, sob os auspícios da Secretaria da Cultura, FUFPI e Editora Corisco, de propriedade do jornalista Cineas das Chagas Santos, elemento possuidor de registros esquerditas. Apresentou como pontos principais as presenças do escritor Plinio Marcos e do cartunista Henfil, os quais realizaram palestras no Teatro 4 de Setembro, criticando a censura, o ensino e o atual regime político do país. Na ocasião, foram vendidos exemplares dos jornais da chamada imprensa nanica "O Movimento" e "Chapada do Corisco", este último impresso em Teresina/PI, pela editora Corisco. O mencionado evento recebeu ampla cobertura da impresa além de ter sido anunciado por farta panfletagem, principalmente, no meio universitário. Apesar da ampla divulgação, o evento não obteve a repercussão esperada pelos organizadores, pois afora as palestras de Plinio Marcos Henfil, o restante do programa foi pouco prestigiado pelo público.
>
> c. Palestra de Darci Ribeiro
>
> No dia 20 MAR 79, realizou-se na FUFPI uma palestra do ex-Ministro Darcy Ribeiro, promovida pelo Diretório do Centro de Ciências da Educação daquela Universidade. Em seu pronunciamento, o nominado afirmou que a reforma universitária serviu apenas as classes dominantes e que a crise maior das iniversidades do país é a falta de liberdade. Denunciou a existência de um aparato repressivo tomando conta das universidades, como decreto 477 e os atestados de ideologia para os professores (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 1977, p. 01-04).

A partir dessas informações, desvela-se que o movimento estudantil era atuante no que concerne às questão ligadas ao debate, análise e partidarismo em prol de uma democracia que trouxesse o asseguro de direitos básicos à população, como melhorias no setor da educação, conforme se atestam nos tópicos vistos anteriormente acerca do V Congresso dos Estudantes Piauienses, do I Encontro com a Cultura Brasileira e da Palestra de Darcy Ribeiro. A continuação desse dossiê, presente no documento de Nº 068/116/AFZ/79, de 20 de Abril de 1979, referência Infão nº 360/116/AFZ78, traz a continuidade da descrição dos três itens anteriores, aferindo que:

> III. Em termos de públicação, o ME/PI conta somente com o jornal "O Moment", do Diretório Setorial Cromwell de Carvalho, do Centro de Ciências Humanas e Letras da FUFPI. A última edição do referido jornal, referente aos meses de DEZ/78 – JAN/79, divulga o Congresso de reconstrução da UNE, a ser realizado em Salvador/BA, nos dias 27 a 29 MAI 79.
>
> IV. Como principais líderes do ME/PI foram detectados até o momento, os seguintes elementos:
>
> a. Paulo Henrique Couto Machado
> b. Rubervam Maciel Nacimento
> c. Francisco das Chagas Castro
> d. Antônio Carlos Augusto Rezende
> e. Eugênia Vitória e Silva Medeiros
> f. Merlong Solano Nogueira
> g. Marcos Patricio Nogueira
> h. Josemar da Silva Neres

> i. José Inácio da Costa
>
> j. Sebastião Pereira de Sousa
>
> V. As lideranças do ME/PI, embora de foram tímida, vem procurando despertar a classe estudantil piauiense a participar de manifestações de caráter reinvidicatorio e de natureza político-ideológuica. Todavia, os esforços desenvolvidos por essas lideranças não têm alcançado, até o momento, adesões que expressem apoio da classe as suas pretenções (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 1977, p. 01-04).

Estas informações mostram a conjuntura do ME no interior da FUFPI, abordando os aspectos das palestras que ocorreram durante o referido evento, o congresso dos estudantes, a lurta por seus direitos e, em paralelo, a taxação dos estudantes enquanto subversivos e comunistas. Outro dossiê, agora de 1980, sob identificação, Nº 08 4/116/AFz/80 de 30 MAI 1980, tendo como assunto: situação na área educacional - 4.5, trazendo como referência: a) PNI - Campo Interno, b) Infão Nº 216/116/AFZ/79, de 30 NOV, com difusão: AC/SNI, contendo como anexo: Relação de nomes, em relação ao ME em Teresina, traz informações sobre ME, constadas como:

> 1. Atividades estudantis. atuação dos diretórios estudantis. legislação que regula e disciplina os órgãos de representação. tendências politicas; reivindicações e sua legitimidade. interesse da classe estudantil [...]
>
> c. Movimento Estudantil no Piauí
>
> No período, não constatou-se nenhuma atividade do ME/PI (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 1979, p. 01-04).

Nesse dossiê, afirma-se que no ano de 1980 não houve nenhuma manifestação do movimento estudantil em Teresina. Porém, em outro dossiê, do Serviço Nacional de Informações, agência de Fortaleza, informação de Nº 194/116/AFZ/80 de 30 de Novembro de 1980, com assunto: situação na área educacional - 4.5, tendo referência: a) PNI - campo interno, b) infão 084/116/AFZ/80, de 30 MAI 80 - 4.5 (Período ate 30 MAI 80), difusão: AC/SNI, anexo: a) relação de nomes, b) copia de infão 140/116/AFZ/80, são apontadas descrições sobre atividades encabeçadas pelo ME em Teresina, descritas como:

> c. Movimento Estudantil no Piauí no período, o (micro movimento encetado pelo ME/PI) foi a Greve Nacional dos Estudantes Universitários promovida pela UNE nos dias 10, 11 e 12 SET 80. Em consequência, a Fundação da Universidade Federal do Piauí (FUFPI) teve suas atividades paralisadas pelo não comparecimento dos estudantes ao Campus da Universidade, esvaziando as salas de aula, já que não contaram com a adesão do corpo docente no movimento paredista. O DCE/PI com o apoio dos Centros Acadêmicos, coordenou a greve e elaborou uma programação a ser desenvolvida no "campus" daquela Universidade constando de debates, palestras e assemblias, não obtendo a repercussão esperada, dado o pequeno número de

> estudantes que ali compareceu, não representando dez por cento da população universi tária de Teresina. A greve foi encerrada com um ato público na praça Pedro ás 17:00 horas, reunindo mais de 3.000 (três mil) estudantes e pessoas do povo, ocasião em que foi lida uma carta que havia sido distribuída antecipadamente aos participantes da solenidade, em protesto ao sistema de "contratações de professores", "por mais verba para a educação" e "por melhores condições de ensino". No final da mencionada carta foi inserida mensagem de repúdio aos atentados terroristas (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 1980, p. 06).

Com isso, percebe-se a articulação do movimento estudantil em favor de seus interesses em Teresina. Já no ano de 1981, tem-se o dossiê da SNI, agência central, relatório periódico de informação Nº 06/81 de 27 de Julho de 1981, que traz a sintese de vários fatores, entre eles o III Encontro Nacional do Estudantes Secundaristas. Assim, é possível flagrar que o ME, em Tersina, não se dava apenas na esfera universitária, mas também na esfera secundarista, através do Centro Colegial dos Estudantes Piauienses (CCEP), conforme se segue:

> [...] Esse encontro foi convocado por uma comissão executiva, composta por representantes da Confederação Interiorana de Vestibulandos e Universitários da Bahia (CIVUB), Centro Colegial dos Estudantes Piauienses (CCEP), União Paranaense de Estudantes Secundaristas (UPES), União Gaúcha de Estudantes Secundaristas (UGES), União Municipal de Estudantes Secundaristas de Belo Horizonte (UMES/BH) e União Metropolitana de Estudantes Secundaristas de S. Paulo (UMES/SP) [...] As mais estapafúrdias propostas foram apresentadas nesse Encontro, comprovando a infiltração das organizações de esquerda no chamado Movimento Secundarista, que abrenge estudantes de 18 anos em sua quase totalidade. Eis algumas propostas e reinvidicações:
>
> - fim do regime militar;
> - solidariedade a greve dos trabalhadores da Fiat, no Rio;
> - por uma Assembleia Nacional Constituinte;
> - pela prisão do Capitão;
> - pela reforma agrária;
> - contra o facismo [...]
>
> Foi observada a identificação de diversas entidades com palavras-de-ordem e o programa político de organização subversiva clandestina. Como o MR-8 E PCB, as entidades CIVUB (Bahia), UPES (Paraná), UGES (Rio Grande do Sul), CCEP (Piauí) e UMES/GO (Goiás), e com as organizações trostskistas OSI, CS E NCB, a UMES/SP e a UMES/MG (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 1981, p. 44-46).

Observa-se com isto que o ME secundarista também é diagnosticado pelas autoridades com um potencial acentuado de subversão devido às pautas antimilitares pregadas pelo CCEP. Outro dossiê do ano de 1981, do Serviço Nacional de Informações, agência de Fortaleza, de informação Nº 062/116/AFZ/81, de 30 de Maio de 1981, com assunto: situação na área educacional - 4.5, tendo a referência: a) PNI - campo interno, b) infão 194/116/AFZ/80 - 4.5 (período até 30 de Nov 80), difusão: AC/SNI, remete o seguinte sobre ME na capital:

> b. Movimento Estudantil no Piauí
>
> 1) No período, o único movimento encetado pelo ME/PI foi a greve de advertência proposta pela UNE, nos dias 08 e 09 ABR., como forma de pressionar o Ministério da Educação e Cultura (MEC) a atender as reivindicações da entidade. A decisão foi tomada em Assembleia Geral promovida pelo Diretório Central dos Estudantes da Fundação Universidade do Piaui (DCE/FUFPI), que coordenou o movimento paredista, liderado pelo seu presidente, Antonio Fonseca dos Santos Neto. 2) Nos dias 13 e 14 ABR., foram realizadas eleições para o Diretório Acadêmico da FUFPI (DCE/FUFPI), tendo concorrido ao pleito as chapas "Resistência", "Transformação" e "Nossa Voz", consa grando-se esta última como vitoriosa. A chapa eleita foi apresentada pela atual diretoria do DCE e se propõe a defender as mesmas bandeiras de luta da UNE (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 1981, p. 05).

Os apontamentos sobre o ME na capital demonstram que este comunga com a lutas levantas pela UNE, assim defendendo projetos de melhoria comuns, sendo o movimento liderado pelo estudante Antônio Fonseca dos Santos Neto, presidente do DCE/FUFPI à época. Adentrando no ano 1982, o dossiê SNI, agência de Fortaleza, informaçao nº 120/16/AFZ/82, com data 30 de Novembro de 1982, com assunto sobre a situaçao na area educacional - 4.5, snedo a referência : a) PNI • campo interno, b) infão de nº 06/116/AFZ/82, difusao: AC/SNI, revela a seguinte informação sobre as articulações estudantis em Teresina:

> 1. Atividades estudantis. atuação dos diretórios estudantis. legislação que regula e disciplina os orgãos de representação. Tendências politicas; reivindicações e sua legitimidade. Interesse da classe estudantil - 4.5.1.
>
> b. Movimento Estudantil no Piauí: 1) Nos dias 02 e 03 JUN. 82, realizaram-se as eleições para a escolha dos novos dirigentes do Diretório Central dos Estudantes da Fundação Universidade Federal do Piauí (DCE/FUFPI), às quais concorreram as chapas NOSSA VOZ e ESPINHO.
>
> Consagrou-se vitoriosa a chapa Espinho liderada por Wellington de Jesus Soares. Referida chapa está constituida pelos seguintes estudantes: Achylles de Oliveira Jonior, Salania Maria Barbosa Melo, Antonio Jose Gomes, Decio Solano Nogueira, Francisco das Chagas Ferreira, Galba Coelho Carmo, Paulo de Tarso Morais, Honorina Maria de Rosalmeida, Jose Raimundo Nunes Cardoso e Sergio Luis Costa Soares. Durante a campanha eleitoral a chapa Espinho foi apoiada pelo líder estudantil Merlong Solano Nogueira, integrante do Partido dos Trabalhadores (PT), enquanto a chapa perdedora Nossa Voz, era integrada por componentes do esquema responsável pelo jornal Tribuna da Luta Operaria (TLO) no Piauí (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 1982, p. 01-04).

Nesta parte do dossiê, delimitam-se os contornos da atuação da movimentação estudantil dentro da universidade por intermédio das eleições do DCE. Assim dando continuidade à discussão sobre o Diretório Central dos Estudantes da FUFPI, o mesmo dossiê denota que:

> 2) Em 19 JUL. 82, os integrantes do DCE/FUFPI, promoveram um julgamento simulado sobre a expulsão do presidente da UNE, JAVIER ALFAYA, com a presença de aproximadamente 80 (oitenta) participantes. Durante o julgamento, a defesa pediu a absolvição do réu, alegando que os dirigentes do país julgavam a UNE e não a pessoa de JAVIER ALFAYA. A exemplo de SÃO LUIS/MA, o movimento de apoio e solidariedade ao presidente da UNE, não teve repercussão no meio estudantil resumindo-se apenas a um abaixo assinado, no qual solicitavam o arquivamento do processo de expulsão da JAVIER ALFAYA.
>
> 3) No periodo de 11 a 13 AGO 82, foi realizada no Campus do Bacanga a "CALOURADA UNIVERSITARIA", promovida pelo DCE/FUFPI. A abertura ocorreu com a exposição de cartazes mostrando desemprego, fome e miséria, favelas, além de fotografias “flashs” da greve geral dos estudantes, ocorrida em 1981 (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 1982, p. 04).

O dossiê continua relatando a oposição dos estudantes ao julgamento da expulsão do presidente da UNE, Javier Alfaya, mas que, como ocorreu em São Luis, não obteve o êxito esperado pelo meio estudantil. A continuidade do documento traz, ainda, que em agosto de 1982 ocorreu uma calourada realizada pelo DCE da UFPI onde tomara lugar uma exposição de cartazes que denunciavam a fome e a miséria. Neste evento aconteceram palestras, explicitadas pelo dossiê da seguinte maneira:

> Durante o evento foram realizadas palestras proferidas por:
>
> - HELIO DOYLE, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Brasilia/DF, que falou sobre o “papel da Imprensa na transformação da Sociedade”. Lamentou a falta de um curso de Jornalismo no Piauí, criticando a Lei Federal que limitou a aplicação do curso em algumas universidades do país. Afirmou que no Brasil não hã liberdade de imprensa e os jornalistas, principalmente os da imprensa alternativa, vivem acossados pela Lei de Segurança Nacional (LSN).
>
> -LUIS PINTO D'ALBUQUERQUE BELLO, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Piaui, falou aos estudantes seguindo a mesma linha de pensamento de Helio Doyle, ou seja, o questionamento da liberdade de imprensa no pais, salientou que “enquanto existir o Trinômio Governo x Imprensa x Dinheiro não se terã no Brasil um verdadeiro meio de comunicação popular, pois a imprensa sempre estarã sendo manipu lada pelo poder” (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 1982, p. 04-05).

Durante as palestras, Helio Doyle e Luis Pinto falaram sobre as questões do papel da imprensa no asseguro de uma sociedade renovada, bem como a ausência de um curso de Jornalismo na UFPI. A calourada foi encerrada com a palestra da Cleusa Turra, uma estudante de São Paulo, com o tema *A crise do ensino superior e a tarefa do movimento estudantil*. A fal de Turra foi descrita pelas autoridades como:

> Cleusa enfatizou de forma vaga, que “a atual crise vivida por diversos setores da nossa sociedade é o resultado da realidade hã muito superada, pregada pelo regime militar”.

> Falou da necessidade de censcientização da classe estudantil sobre os problemas que afetam, frizando que os estudantes deveriam adotar posições mais radicais na defesa de seus interesses. Finalizou dizendo que havia participado recentemente de uma conferencia internacional de estudantes na França, onde fora criada a Confederação Internacional dos Estudantes (CIE), que darão apoio as lutas estudantis em todos os países (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 1982, p. 05).

Em outro trecho do dossiê, é possível vislumbrar a truculência das repressões realizadas contra ações e membros do ME em Teresina. A nota descreve as reações dos estudantes contra a prisão de um aluno do curso de Música da FUFPI:

> 4) No dia 08 OUT. 82, o DCE/FUFPI distribuiu "NOTA DE REPUDIO" pela detenção do estudante do Curso de Música da FUFPI, LUIS CORDEIRO SOUSA FILHO –"PEINHA", efetuada pelo DOPS/PI. PEINHA na ocasião de sua detenção, cantava uma música cuja letra feria moralmente a pessoa de HUGO NAPOLEÃO, candidato ao Governo do Piauí, pelo PDS. O DCE/FUFPI, considerou a atitude policial como "mais um ato de violência e prepotência práticado pelo terrorista do KARNAC (PALACIO DO GOVERNO/PI), acobertado pelo regime militar, contra estudantes universitãrios. A nota é encerrada com as frases: "Abaixo a Ditadura Militar" e "Abaixo o Terrorismo Pedessista".
>
> 5) Cerca de 500 (quinhentos) universitarios estiveram presentes ao "SHOW DA PALMATÓRIA", promovido pelo DCE/FUFPI, no dia 20 OUT 82, no Campus daquela Universidade, em protesto pelas supostas torturas praticadas em dependências do DOPS/SSP/PI, contra universitãrios e candidatos a cargos eletivos pelo PMDB, flagrados colando propaganda politica na via pública.
>
> Na ocasião, Kleber Montezuma Fagundes dos Santos, atacou veementemente o Governo e os Militares, tachando-os, respectivamente, de "fascistas" e "Terroristas" e culpou o regime pela morte e tortura de vários companheiros (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 1982, p. 05-06).

O documento permite visualizar o tratamento do regime militar e do governo do Piauí para com os estudantes teresinenses, passíveis de priões consideradas arbitrárias pelos alunos, a exemplo do caso de detenção do estudante Peinha. Tais ações tinham como intuito sufocar as manifestações estudantis que tomavam lugar na capital piauiense. Já no ano de 1983, outro dossiês, pertecente à agência de Fortaleza sob informe de nº 123/16/AFZ/83, com data de 08 de Julho de 1983, traz como assunto as eleições para o Diretório Central dos Estudantes da Fundação Universidade Federal do Piauí (DCE/FUFPI), dando enfoque às pautas promovidas pelas chapas que participaram do pleito:

> 2. Bandeiras de Lutas:
> - Suplementação de verbas;
> - Democratização das Universidades;
> - Legalização da UNE, DCE e Cas;

> - Pelo ensino público e gratuito, etc (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 1983, p. 02-03).

Desse modo, nota-se que o DCE/UFPI tinha suas bandeiras voltadas para a democratização do ambiente universitário, bem como reinvidicações de âmbito nacional como o pedido da legalização da UNE. Outro item exposto são os antecedentes da diretoria do DCE, postos no tópico três, verificados a seguir

> 3. Antecedentes da Diretoria:
>
> Marcos Antônio Lopes de Vasconcelos, Itajaí Ferreira Cavalcante, Modesto Paulino de Oliveira Neto e José Carvalho Rufino são ativistas do ME/PI, com presença em vários movimentos reinvidicatórios e/ou grevistas na FUFPI e ex-integrantes de Centros Acadêmicos e Diretórios Setoriais, com participação em congresos da UNE. Demais componentes da atual Diretoria estão se iniciando no ME, não possuindo registros nesta AR, até a presente data (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 1983, p. 03).

A partir do fragmento, assevera-se que alguns dos componenente do movimento estudantil teresinense já possuiam antecedentes incriminatórios depositados nos arquivos das autarquias policiais. Tendo isso em vista, a partir do dossiê de nº 120/16/AFZ/83, com data 30 de Novembro de 1983, é possível destacar que:

> 1. Atividades estudantis. atuação dos diretórios estudantis. legislação que regula e disciplina os órgãos de representação. tendências políticas; reivindicações e sua legitimidade. interesse da classe estudantil - 4.5.1.
>
> b. Movimento Estudantil no Piauí
>
> 1) Nos dias 30 e 31 MAI 83, foram realizadas eleições para o Diretório Central dos Estudantes da Fundação Unversidade Federal do Piauí (DCE/FUFPI), cujo pleito foi disputado pelas chopas "VIRAÇÃO", "ESPINHO" e "FORCA VERDE". O saldo das apurações registrou a vitória do grupo VIRAÇÃO, orientada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) e encabeçada pelo estudante Marcos Antônio Lopes de Vasconcelos, que obteve 1636 votos, contra 1259 votos da chapa Espinho e 610 da chapa Força Verde. O atual DCE/FUFPI foi empossado no dia 09 JUN. em solenidade realizada no Auditório Herbert Parente Fortes, com a presença de universitários e dos vereadores do PMDB/PI, Carlos Alberto de Melo Lobo, Osmar Ribeiro de Almeida Júnior (militante do PC do B), Nilo Carvalho Neto – "SAMBAÍBA", vice-presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), região nordeste, Joselito Ferreira Alves, presidente do Centro Colegial dos Estudantes do Piauí (CCEP), Elias Ximenes do Prado Júnior, Suplente Deputado Federal PMDB/PI e militante do PC do B, e Felipe Mendes Pró-Reitor de Planejamento (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 1983, p. 01-03).

Podemos ver através deste trecho em que o dossiê destaca as eleições do ano de 1983 do DCE/UFPI, quando a chapa Viração saiu vitoriosa, tendo como cabeça o estudante Marcos

Antônio. Na solenidade de empossamento da nova gestão, figuras ilustres como veredores, além do vice-presidente da UBES e do presidente da CCEP se fizeram presentes. Em outro trecho é posto o item dois, que discorre:

> 2) O DCE/FUFPI realizou no Auditório da Universidade, nos dias 21 e 23 JUN. 83, um Seminário versando sobre a "Crise da Universidade Brasileira". Estiveram presentes ao evento cerca de 200 (duzentos) universitários e foram abordados os seguintes temas:
>
> - "A Função Social da Universidade e a Realidade das Universidade Brasileiras" (Conferencista: Prof. Laurindo Leal Filho - PUC/SP).
>
> – "A Universidade que Queremos" (Conferencista: Olivan Freire - UFBA).
>
> - "Luta em favor de uma nova Universidade" (Conferencista: RENAN OLIVEIRA ARAÚJO - UNE).
>
> Os expositores, em suas palestras, abordaram as dificuldades enfrentadas pelas Universidades e o seu agravamen to face a crise economica do BRASIL, o baixo nível do ensino supe ror, a implantação do ensino pago, a autonomia e democracia nas universidades (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 1983, p. 04).

A citação acima do dossiê discorre sobre o seminário que o DCE/FUFPI realizou, no qual foram abordado três temas tidos como importantes para que houvesse um debate em prol das melhorias reinvidicadas pelos estudantes. O item três aborda que

> 3) Nos dias 27 e 28 AGO, realizou-se no Auditório do Liceu Piauiense, o 1º Seminário Estadual da Juventude Viração. Na abertura dos trabalhos estiveram presentes cerca de 100 (cem) estudantes, destacando-se as presenças de: Marcos Antonio Lopes de Vasconcelos (Pres. DCE/FUFI), Joselito Ferreira Alves (Pres. do CCEP), Francisco Javier Ulpiano Alfaya Rodrigues (ex-Presidente na UNE) e Manoel Rodrigues Neto (militante do PC do B). Marcos Vasconcelos, Javier Alfaya e Manoel Domingos em seus pronunciamentos seguiram uma linha crítica quanto à política educacional adotada pelo Governo Federal, referindo-se em tom depreciativo a Revolução de 1964, ao afirmarem que a implantação do "regime militar" levou o Pais a enfrentar uma das piores crises da sua história. Os palestrantes foram unânimes na defesa das seguintes bandeiras de luta: "Pelo Ensino Público e Gratuito", "Eleições Diretas para Presidente da República", "Constituinte Livre e Soberana" e "Contra o Acordo Brasil x FMI". Referido Seminário não teve a repercussão almejada junto aos estudantes, em razão do número insignificante dos presentes, principalmente no dia 28, o que impediu que a programação fosse cumprida integralmente (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 1983, p. 04-05).

Isso mostra que os estudantes secundaristas e universitários estavam juntos no que diz respeito às reinvidicações em favor da classe estudantil, buscando colocar como pautas aquilo que viesse a ser importante para a para o seu desenvolvimento, ainda que algumas manifestações organizadas pelo ME não alcançassem o número de estudantes almejados. No item quatro do dossiê, retrata-se que

> 4) No dia 10 OUT, os estudantes de Medicina Veterinária, da Fundação Universidaae Federal do Piauí, sob a alegação de falta de condições de ensino, principalmente àquelas vinculadas a atividades laboratoriais, iniciaram um movimento grevista, condicionando o retorno às aulas ao atendimento dessas reivindicações. De principio, os lideres estudantis que integram o DCE limitaram-se a emprestar seu apoio ao movimento sem maiores pressões junto à Administração da universidade, entretanto, no dia 18 OUT realizaram uma Assembleia Geral e acharam por bem assumir um posicionamento radical estendendo o movimento a toda a Universidade. O DCE aproveitou a oportunidade para denunciar a existencia de "funcionários fantasmas", e exigir do Reitor/ FUFPI a imediata demissão dos aludidos servidores. O movimento prolongou-se até o dia 10 NOV, quando o DCE negociou com o Reitor a reposição das aulas e o fim da greve (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 1983, p. 05-06).

Destarte, destaca-se a liderança dos estudantes do curso Medicina Veterinaria na convoção de uma greve que buscava melhores condições de ensino, representando o início de um movimento que se alastraria por toda a universidade. A greve fora apaziaguada pela negociação do DCE com a Reitoria, reestabelecendo-se o fluxo costumeiro de aulas no dia 10 de Novembro de 1983.

O ano de 1984 simboliza o ano em que se inicia o lento processo de redemocratização do país. De modo geral, uma considerável parcela da população povo se exaurira com o regime militar. Sendo um dos principais opositores do militarismo, o ME uniu-se com outros movimentos em busca da restauração do Estado democrático. Acerca dessa colaboração, ao dossiê do SNI, agência de Fortaleza, tendo como informe nº 195/16/AFZ/84, com data de 29 de junho de 1984, onde o assunto consta como *"Principais entidades e movimentos feministas, do negro, direitos humanos, ecológicos e do menor abandonado da área desta AR"*, traz a presença do movimento feminista no Piauí, especificamente em Teresina, mas que abrangia todo Estado, aliado do ME na peleja por melhorias sociais e políticas:

> 2. Piauí
>
> A. Feministas
>
> Centro Popular da Mulher do Piauí (CPM/PI)
>
> a) Data e Local de Criação
>
> Em meados de 1983, após a realização de várias reuniões na sucursal do jornal "Tribuna da Luta Operária" – (TCL), em Teresina/PI.
>
> b) Componentes
>
> - Maria de Lourdes Carvalho Rufino
> - Eugênia Vitória e Silva de Medeiros
> - Marta Socorro Vascoelos
> - Fernanda Márcia Carvalho de Freitas

> - Teresinha de Jesus Alves Aguiar
>
> c) Objetivos
>
> - Unificar e organizar as mulheres pela plena igualdade social;
>
> - Pugnar pela elevação do nivel de consciência e participação da mulher na defesa de seus direitos e na luta contra os preconceitos que discriminam;
>
> - Lutar pelo fim de toda legislação discriminativa da mulher.
>
> d) Vinculações com organizações subversivas
>
> O CMP/PI, como organização de frente, mantem vinculações com o PC do B.
>
> e) Áreas de maior atuação
>
> Público feminino, sobretudo junto as camadas mais carentes.
>
> f) Gestão da Diretoria
>
> Registra-se apenas o fato de o CPM/PI, em 14 MAR 84, haver promovido um solenidade, no plenário da câmara municipal de Teresina, em comemoração ao *"Dia Internacional da Mulher"*.
>
> g) Antecedentes dos Líderes
>
> Desponta como principal líder do CPM/PI Eugênia Viatória e Silva de Medeiros (8), cuja qualificação e antecedentes estão contidos na relação anexa.
>
> h) Outros Dados
>
> O CPM/PI originou-se do que se convencionou denominar *"Movimento de Mulheres de Teresina"*, promotor do I Encontro de classe, realizado naquela cidade em 07 MAR 82. Lideravam, então, o movimento em tela, Maria Francisca de Carvalho e Maria do Rosário Bezerra, ambas vinculadas, na época, ao Partido Trabalhista (PT) (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 1984, p. 11-12).

Desse modo, atesta-se que capital havia outros movimentos de militância que somavam esfroços com o ME, como exemplo o CPM, que tinha no seu cerne as lutas das mulheres em busca da efetivação de suas reivindicações. Além da CPM, outro movimento que reforçaria os clamores democráticos é o grupo de Direitos Humanos citado no dossiê de nº 195/16/AFZ/84, na subseção B, da seguinte maneira:

> B. Direitos Humanos
>
> Comitê de Defesa dos Direitos Humanos do Piauí (CDDH/PI).
>
> a) Data e Local de Criação
>
> - 01 ABR 80, em Tersina/PI
>
> b) Componentes
>
> - Francisco Ramos de Araújo
>
> - Mário Rogério Costa Soares
>
> - Luzia Teles Veras
>
> - Rosa Maria Meireles do Nascimento
>
> - Danilo Guimarães Rocha
>
> c) Objetivos
>
> - Defender e lutar pelos direitos e reinvidicações populares;
>
> - Promover e organizar reuniões, encontros, palestras, conferências ou qualquer ato

> público congênere que venha atender aos interesses do povo;
>
> - Manter intercâmbio e colaboração com entidades congêneres nacionais e estrangeiras;
>
> - Participar de atividades culturais, políticas e sociais com os demais segmentos da sociedade, visando a melhoria das condições de vida da população.
>
> d) Vinculações com organizações subversivas
>
> É vinculado ao PC do B.
>
> e) Área de maior atuação
>
> Por motivos de natureza estrutural, concentra mais suas atividades em Teresina/PI.
>
> f) Gestão da Diretoria
>
> Rearticulado no inicio de 1984, com a criação de uma Comissão Central Coordenadora Provisória (CCCP), em 11 FEV 84, o CDDH/PI, através de sua direção, lançou a primeira edição do Jornal *"Voz da Resistência"*, tendo, simultaneamente, aberto a um concurso literario, visando despertar o interesse pela leitura de públicações mundialmente conhercidas, com especial enfase para obras de cunho marxista.
>
> g) Antecedentes dos Líderes
>
> Inexistem líderes a destacar.
>
> h) Outros Dados
>
> Desde o inicio de sua rearticulação, o CDDH/PI se tem limitado a emprestar solidariedade a movimentos contestatorios surgidos eventualmenter e de exitência efêmera (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 1984, p. 12-13).

O trecho acima constitui outro exemplo de organização democrática que buscava defender os direitos populares e lutar por melhorias sociais. Este dossiê ainda tem um anexo que relata os nomes daqueles que tinham antecedentes incriminatórios. Um exemplo de uma pessoa vista com atitudes suspeitas, era Eugênia Vitória e Silva de Medeiros, participante do ME. Sobre ela, no número 8 deste anexo relata que

> 8. Eugênia Vitória e Silva de Medeiros
>
> - Solteira, de profissão ainda ignorada, nascida a 09 NOV 56, em Teresina/PI, filha de Raimundo Nonato de Medeiros e Maria de Nazareth Vitória e Silva de Medeiros. Reside em Teresina a Rua Arêa Leão, nº 352;
>
> - membro do Pc do B, no Piauí;
>
> - É um dos principais líderes do Movimento Estudantil, no Piauí;
>
> - Um dos responsaveis pela articulação, no Piauí, do Jornal *"Tribuna da Luta Operária"*, do PC do B;
>
> - Participou do I Encontro Estadual das Classes Trabalhadoras/PI – I ENCLAT/PI, na condição de membro da Mesa Diretoria (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 1984, p.24).

A ficha de Eugênia Medeiros expõe que o regime militar realizava sua triagem em relação aqueles que eram considerados um perigo para os interesses deste governo. Em outro dossiê do ano de 1984, do SNI, da agência de Fortaleza, de informe Nº 049/40/AFZ/84, com a

datada de 15 fevereiro de 84, tendo como assunto: Influência Kadafista na Fundação da Universidade Federal do Piauí (FUFPI), aborda que:

> 1. O Grupo Denominado KADAFISTA/PI, organizado no movimento Estudantil da FUFPI, visando disputar em MAI/84, as eleições do Diretório Central dos Estudantes "DCE", e coordenado pelo vereador Acilino José Ribeiro de Almeida, PMDB/TERESINA/PI, membro MR 8, que desde algum tempo vem manifestando-se em defesa da causa Árabe e do Coronel Kadaf.
>
> 2. Acilino vem mantendo contatos com Mohamed Matri, membro do Bureau Popular da Líbia no Brasil.
>
> 3. No impasse havido em 1983, com os aviões Líbios retidosro Brasil, Acilino manifestou-se em defesa da pronta liberação das Aeronaves.
>
> 4. Acilino mantem um esquema de liderança dentro do movimento Estudantil do Piauí, e está tentando assumir com seus seguidores, o DCE, que atualmente esta sobre a influencia do PcdoB (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 1984, p. 01)

Desse modo, denota-se que que havia influências ideológicas externas no ME da universidade, dando sentido à criação de grupos de repúdio, dos quais o grupo Kadafista foi um dos exempols mais célebres. Prosseguindo a descrição do grupo, o segundo momento o dossiê relata que

> 1. Um novo grupo denominado kadafista. Estar sendo organizado no movimento estudantil da FUFPI. Visando disputar em maio próximo as eleicões do Diretorio Central dos Estudantes.
>
> 2. o grupo já vem desenvolvendo um amplo trabalho de arregimentação, e através do "livro verde" de Kadaf, procura desenvolver fatos politicos, através da organização de comites, atingindo setores proletarios da sociedade.
>
> 3. buscas prosseguem (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 1984, p. 01).

Nesse trecho, as autoridade avaliam que os kadafistas buscavam expandir o alcance do movimento para outros setores sociedade, especialmente para a parcela proletária, sendo necessária vigilância continua até ser possível descobrir o maior número de envolvidos, conforme se atesta no comunicado "buscas prosseguem" (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 1984, p. 01).

2.3. Memória de um movimento estudantil em Teresina: depoimentos de ex-participantes do ME teresinense

Ao trabalhar a memória do movimento estudantil teresinense a partir das fontes orais, esse trabalho foram colhidos relatos de duas personalidades atuantes no ME da capital piauiense

nas últimas décadas do século XX. Um deles é o atual professor do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí, Dr. Antônio Fonseca dos Santo Neto, que cedeu uma entrevista ao Núcleo de História Oral da UFPI (NHO), e o outro é Marcos Igreja, que concedeu uma entrevista para o Núcleo de História Oral do Instituto Dom Barreto (NHOIDB). Os relatos servirão como base para se analisar como os membros do movimento estudantil avaliam a trajetória desse fenômeno em Teresina. O depoimento de Marcos Igreja foi colhido pelo professor Dr. Alcides Nascimeto, do DH da UFPI, e pela professora Drª. Marylu Alves de Oliveira, atualmente lotada no DH da UFPI, no ano de 2005. Já a entrevista do Dr. Fonseca Neto, por sua vez, que foi realizada no Núcleo de História Oral (NHO), colhida também pelo professor Alcides Nascimento.

No que concerne à atuação do ME em Teresina, Marcos Igreja (2005) afirma que integrou o movimento estudantil no fim da década de 1960 até o inicio da década de 1970. Sobre a influência dos mecanismos repressores da ditadura em Teresina, Marylu Oliveira pergunta como se deu a repercussão do AI-5 aqui em Teresina, ao passo que Igreja responde que:

> A maioria das pessoas ficou calada não tinha o que dizer. Veja só, cassaram o Chagas Rodrigues, que era uma das grandes lideranças políticas. Chagas Rodrigues se elegeu ao mesmo tempo senador e deputado federal, parece na época, não senador ele perdeu, mas se elegeu deputado federal e a votação dele ainda levou outro, viu? E tinha sido governador, foi cassado só porque era do lado do Jango, nunca foi comunista, viu? (IGREJA, 2005, p. 28).

Desse modo, Igreja avalia que, em suma, a maior parte das pessoas ficaram caladas, pois "não tinha o que dizer" (IGREJA, 2005, p.28). A fala do entrevistado revela a forma de ação do militarismo, pautada na cassação dos direitos políticos de indivíduos que, embora não fossem, de fato, comunistas, tinham simpatia por algumas personalidades do governo deposto. Outra pergunta por Oliveira foi acerca do período de concentração dessas atitudes. Acerca desta questão, Igreja responde que:

> De 68 a 70. É porque em 68 foi, como diz o Zuenir Ventura, o ano que não acabou, foi o golpe dentro do golpe, quando a ditadura se instalou os brasileiros todos, ficamos com medo, medo de morrer, medo de tudo, e aí quatro anos depois, em 68, depois de já expostas certas feridas do regime, que todo regime têm as suas, o brasileiro começou a melhorar assim o entendimento das coisas e querer reagir, foi quando houve a passeata dos cem mil, liderada pelo Vladimir Palmeira e pelo o Luís Travassos, eram as duas maiores expressões da liderança estudantil no país, tá? E aí os militares com medo de perder o controle das coisas editaram o AI-5, que foi um golpe dentro do golpe, e em seguida o 477 que era o AI-5 para os estudantes, acabou com grêmio, acabou com diretório estudantil, acabou, proibia reunião, proibia estudante de ter

> participação política, foram dois instrumentos legais, dois diplomas legais que sufocaram o movimento, o movimento que tava nascendo, o 477, o AI-5 e o decreto 477 (IGREJA, 2005, p. 27-28).

Igreja traz para o debate questões que orbitam ao redor do AI-5 e do decreto 477, apontando que esse foi um golpe dentro de golpe, explicando que o auge da opressão se iniciou no ano de 1968 e se estendeu pela década de 1970, palco de prisões e de movimentos contra o governo militar. O professor Nascimento questiona o entrevistado sobre sua prisão em Teresina, avaliada por Igreja da seguinte maneira:

> Sim. Como foi que eu recebi? Eu recebi alegre. Eu tava na CODESE lá fazendo uma pesquisa, o Wiliames Cavalcante de Oliveira, eu e ele éramos os mais novos em idade no movimento, o Benoni já tinha sido preso, tava a maioria das pessoas presas, tá? E aí ele chegou lá, chegou um rapaz chamado Carlos do DOPS, que a gente já conhecia, e perguntou: quem é Wiliames Cavalcante de Oliveira aqui? Aí ele disse assim, o Pedro Silva esse que teve enrolado nesse caso do, esse delegado que teve enrolado nesse caso do Correia Lima, nesse tempo ele já tinha vocação pra profissão que ele assumiu, ele de brincadeira disse: se for assunto de comunismo é aquele bem ali; aí pegaram o Wiliames e levaram preso, não é só pra tu ir lá, foi preso. O Wiliames tinha uma brincadeira comigo, que hoje nós somos compadre de filho, dizia assim, rapaz, se eu for preso eu não ficar sozinho no meio daqueles velhos não, porque havia uma diferença assim de 05 anos entre eles e nós, eu vou te entregar, de brincadeira, pois não é que ele fez mesmo, com meia hora depois, o rapaz chega lá: quem é Marcos Igreja? É aquele ali, o Pedro apontou de novo, aí foi preso, sem saber por que, sem culpa formada, só porque nessa lista do Benoni tinha o nome da gente como comunista, eu passei 23 dias presos. Nós para refrescar aquele ambiente, assim refrescar as idéias, tivemos uma idéia, de Evandro Cunha e Silva, de fazer jurado lá dentro, então o professor Alcides, Deus o livre, matou alguém, ele vai ser julgado, aí tinha a defesa e tal, a gente inventava brincadeira lá dentro, até luta de boxe, pra matar o tempo, a polícia era dirigida por um cara até liberal, Duarte Rosa, do Mato Grosso, ele permitia que uma vez por semana a gente fosse jogar bola na quadra, e aí quando meu irmão veio aí com o advogado e falou com o Sebastião Leal, que era o secretário de segurança, que eu era de menor e provou, aí eu fui solto, passei só 23 dias lá, por isso é que eu estou lhe dizendo, eu recebi com tanta alegria que eu fiquei com raiva quando eu fui solto, viu? É uma ingenuidade, porque eu era útil era fora fazendo o movimento social e não recluso (IGREJA, 2005, p. 32).

Na citação, Marcos Igreja remete aos aspectos da sua prisão, bem como era dentro da instituição carcerária. Segundo Igreja, seu amigo o entregou, pois não queria ser preso sozinho. Assim, Igreja passou 23 dias preso, utilizando brincadeiras e "lutas" para passar o tempo na prisão.

Para o outro entrevistado, Antônio Fonseca dos Santos Neto, cuja a atuação se deu entre 1960 e 1970, fora perguntado quais outros alunos do curso de História, frequentado pelo depoente, que enveredaram pelo movimento estudantil. Sobre isso, relatou-se que "aí tem o Merlong, o Alcebíades, e tinha o seguinte, o movimento estudantil naquele momento, ele tinha,

digamos assim, uns dois níveis de interesse, o movimento estudantil até 1979/80 (SANTOS NETO, 2004, p 24). O entrevistado ainda complementa sua resposta falando sobre a influência da obra de Milton Nascimento, que despertou um encantamento pela militância. Assim, ele diz que:

> [...] Então, como eu tava dizendo, o Emanuelzinho, com a história das travessia somente nas estradas e nós fomos fazer toda uma campanha, baseado no sentido dessa obra, desse poema musicado do Milton, não é, porque o conjunto da obra do próprio Milton Nascimento, naquele contexto, é, ele era recusado, digamos assim, pelo coração, né, pelo sentimento, pelo sentido do Regime Militar, e por isso mesmo, ele servia para a tarefa do nosso próprio encantamento, como militantes, e tal, sei lá, como idealistas, por volta do fim da Ditadura, né, que era uma coisa que já estava muito claro na nossa cabeça, essa luta, então, travessias vem né, exatamente com esse sentido, é bom salientar que a travessia com essa chapa, "travessia" ela se tornaria no ano seguinte, como eu disse, não é, no momento que vai ter a primeira eleição do DCE, que eu me referi ainda pouco, após a morte de Emanuel, a primeira, a nossa chapa também terá o nome de travessia, quer dizer, aquilo que foi a chapa do CCHL, eu digo, do próprio CCHL, 77/78, ela vai se tornar comigo na cabeça, como candidato a presidente, como uma chapa para a Universidade inteira, aí, a travessia, de nome de uma chapa, ela, digamos, ela se converte, num movimento, ela começa a parecer um movimento, não é, dentro da Universidade Federal do Piauí, chamado travessia, e ainda no ano de 78, logo que nós perdemos a eleição para o Antônio de Pádua, que era a figura mais visível naquele contexto, como apoiado, como mais ajustado aos sentidos da Arena, como se dizia, da Arena Jovem etc, né, naquele momento, nós criamos logo depois da eleição, da derrota da chapa para o DCE, nós criamos o GEG, Grupos de Estudos Gerais, e esse grupo de estudos gerais, nós criamos logo após a eleição, por volta de Junho ou Julho, de 1978, esse movimento, esse grupo GEG para além do movimento travessia, que estava vivo na cabeça dos estudantes, esse grupo, ele deveria ser um grupo para refletir de maneira mais profunda, algumas questões, e esse Grupo de Estudos Gerais é que vai, é dele que sairão algumas elaborações, digamos assim, é, interessante, que nós consideramos alguns estudos, e vão ajudar dali para frente, as tarefas, digamos assim, político eleitorais da Travessia, quer dizer, agente cria uma espécie de grupo, não é, que é o GEG, e é uma espécie de grupo pensante, e é interessante, e bom lembrar, que esse grupo, a gente fazia questão de que ele fosse meio restrito, a gente queria que a travessia explodisse, ampliasse, mas esse grupo, a gente tinha um certo sentido, e aí é que eu gostaria, como o próprio professor sugeriu, que eu poderia citar o nome de algumas pessoas, que vão se engajar no GEG e essas pessoas vão, depois ter, bem na vida cultural do estado, política e etc, vão se tornar militantes e dirigentes, etc (SANTOS NETO, 2004, p 24-25).

Na sua resposta, Santos Neto relata, para além de como as obras de Milton Nascimento afloraram sentimento idealistas em si, sobre a chapa *Travessia*, da qual fazia parte na Universidade. Nesse sentido, a chapa vem com os anseios pelo fim da Ditadura, concorrendo à primeira eleição do DCE, na UFPI, nos anos de 1977 e 1978. Segundo o entrevistado, a chapa converte-se em um movimento dentro da Universidade, pois, mesmo perdendo as eleições em 1978, os componentes da chapa criaram um coletivo chamado Grupo de Estudos Gerais (GEG), que teve cunho de ideais políticos dentro da academia. Sobre essa experiência, Santos Neto (2004) aponta que:

> É, então veja, esse, o GEG, tem a sua atuação, claramente direcionada, o sentido dele, para municiar, para nos colocar em contato, num lugar de maior fermentação, de nós mesmos para crescermos politicamente. Na periferia do Brasil, qual a sensação que nós tínhamos? Que o movimento estudantil na Universidade Federal do Piauí, ele não tinha, uma anterior, uma fase anterior para recuperar, no Brasil todo, ou quase todo, o movimento estudantil estava sendo recuperado, restaurado, as entidades sendo restauradas, ressignificadas, reconstruídas, e nós não, nós estávamos, digamos, tínhamos a sensação que estávamos fundando uma experiência de movimento estudantil, nem era exatamente assim, porque antes houve mesmo a FAFI e tal e Faculdade de Direito, então, todos esses lugares, no Liceu, os estudantes sempre tiveram protagonismo muito interessante, mas nós, como a Universidade era nova, criada em 1971, nós estamos realmente criando o movimento estudantil e assim nos comportamos, e assim nós levamos adiante, a atuação do GEG até o ano de 79 (SANTOS NETO, 2004, p 26-27).

Neste trecho do seu depoimento, Santos Neto (2004) traz a questão da atuação do grupo GEG, bem como diz que a o movimento estudantil, na UFPI, não tinha uma fase anterior para recuperar, despertando um sentimento fundacional de uma experiência de movimento estudantil. No entanto, ainda que a militância estudantil na recém-criada UFPI realmente fosse pioneira, existiram atuações do ME na FAFI, na Faculdade de Direito, além de escolas, como exemplo, o Liceu Piauiense, anteriores aos eventos destacados pelo depoente. Santos Neto (2004) continua destacando características da atuação do GEG:

> Então o GEG, ele tinha essa pretensão de ser uma coisa mais política e tal, mas da questão mais, da vinculação partidária, política partidária desse movimento, ela não muito intensa, sobretudo com o que existia já no Brasil, dos partidos na clandestinidade, das correntes né, nós estávamos vivendo, digamos assim, um pouco o momento, que nós estávamos, digamos assim nos preparando, nos encaminhando para dar esse passo, que aconteceria de verdade em 79, um contato mais sistemático com essas correntes em nível nacional, mais político, emergiu com um certo nome dentro do Movimento Estudantil, mas a gente sabia já, fomos entender quais as vinculações com o mundo, digamos assim, das organizações políticas de esquerda que estavam na clandestinidade, nesse momento, do própria ano de 78, do GEG, nós discutíamos muito a questão do MDB, da ARENA, que eram os dois Partidos que levavam essa possibilidade, e como todos nós tínhamos simpatia pelo MDB não é, tínhamos mais simpatia ainda, pelo que dentro do MDB se chamava Pendência Popular, não é, 78/79, e sobretudo em 79, tem a chamada, Tendência Popular do MDB, e esse grupo nos encanta, eu me lembro que o GEG fez uma discussão, mas uma discussão quase quebra-pau, lá dentro, na própria eleição de 78 [...] (SANTOS NETO, 2004, p. 27).

Ao tratar do ME, o depoimento afirma que os estudantes tinham interesse nas questões políticas da capital e do próprio estado do Piauí. Acerca disso, o Santos Neto (2004) aponta que:

> [...] O GEG, nós, não temos ainda uma ligação maior, estamos começando entender

> esse processo, nós vamos entender efetivamente esse processo na saída do final do ano de 78, quando nós empurramos, digamos assim, a então diretoria do DCE, a promover, o que nós chamávamos na época, Jornadas Universitárias, essas Jornadas Universitárias aconteceram no final do ano de 78, outubro e novembro, e esteve aqui, o presidente, um representante do Diretório Central dos Estudantes da PUC de São Paulo. Esse estudante que esteve conosco e depois nós saímos, e tal, e ele ajuda a situar agente em algumas coisas e dá uma palestra no auditório e tal, mas somente no começo do ano de 79, final do ano de 78, começo de 79, recebemos a visita de um estudante chamado Vandilson, que veio tratar conosco, que nos procurou, procurou a oposição ao DCE, e eu estava nesse papel de dirigente, eu, nesse grupo que eu acabei de dizer, esse povo do GEG, não é, nos procurou para fundarmos um Comitê, pro-UNE, pró-União Nacional dos Estudantes no Piauí, e que esse comitê, pró-UNE, caberia a tarefa da mobilização dentro do Piauí, para o congresso de reconstrução da UNE que haveria em Salvador em maio daquele ano, e o Vandílson foi o nosso contato, então o Vandilson foi um instrumento, tanto que, o Movimento Estudantil do Piauí, o DCE, aqui nascente, ele vai se estruturar impactado num primeiro momento, pelo grupo do DCE da Bahia na época que era um grupo ligado ao PCdoB na clandestinidade, Vandílson era uma figura já, um quadro, digamos assim, e a Bahia toda, o Movimento Estudantil da Bahia, muito mais mobilizado que o nosso, em termo de mobilização e tudo mais, era o diretório que estava, que ia, estava já, organizando o Congresso da UNE, e estava enviando emissários para o Brasil, e esses emissários não são somente para, digamos assim, para induzir, para orientar, ou para coordenar essa coisa, mas aí, existia uma sentido política maior, de arrebanhar, digamos assim, de trazer para a fileira do Partido do Partido, não é, ou da corrente, a discussão que se dá no Brasil [...] (SANTOS NETO, 2004, p. 28-29).

Destarte, o GEG vai ter uma atuação significativa nos processos políticos no final do ano de 1978, especialmente durante a execução das Jornadas Universitárias, que ocorreram no fim de 78, especificamente nos meses de outubro e novembro. Santos Neto (2004) dá continuidade ao seu depoimento, demonstrando que:

> [...] e nós fomos lendo o Memorex também, quer dizer, isso faz com que nos aproximemos, até que chega uma nova eleição do DCE, do ano de 79, e a Travessia mais uma vez vai concorrer e vai concorrer comigo de novo, como candidato a presidente, aí sim, aí já é um movimento que já está pujante, já está muito alargado, já temos um grupos de mais de 50 pessoas na Universidade, com um sentido mais diferente, o Brasil já está governado pelo Figueiredo, quer dizer, ele já está com aquela história, eu vou democratizar esse país, nem que vai no peito, na marra, não sei como, que ele dizia lá, aquela coisa autoritária até, e então nós, antes mesmo do Congresso da UNE, que seria em maio de 1979, não é, antes mesmo do dia do Congresso que foi 29 e 30, nós fazemos a eleição em maio aqui da Universidade, e eu sou o candidato favorito desse grupo, tinha perdido no ano anterior, sou o candidato favorito, através, se você consegue, só que, a eleição ainda é, como eu disse, a eleição é uma eleição oficial, quem faz a eleição é a Universidade, é a estrutura burocrática da Universidade Federal do Piauí e 48 horas antes da eleição, eram também três chapas, a travessia e mais duas, um representante de uma chapa chamada Manifesto, Chapa essa, encabeçada pelo estudante Ezequiel Miranda Dias e que tinha como vice presidente, candidato a vice, um outro estudante de Direito, chamado Inácio Ludson, o vice-presidente da chapa Manifesto que era a chapa mais visível de oposição à nossa, que era a chapa apoiada pela Reitoria, claramente apoiada, pela simpatia de dentro e de fora da ARENA e tudo mais, essa chapa entra com um pedido de impugnação do meu nome, na regra eleitoral, tinha lá dizendo que estudante reprovado não poderia ser candidato, uma regra então, e essa chapa entra com uma impugnação contra o meu nome [...] (SANTOS NETO, 2004, p. 29).

Em 1979, Antônio Fonseca dos Santos Neto concorre mais uma vez para o DCE, tendo como rival uma chapa de oposição que estava sendo apoiada pela reitoria, além de ter simpatia de dentro e fora da ARENA. A chapa adversária acaba pedindo a impugnação de Santos Neto, pois, pela regra eleitoral, um estudante reprovado em qualquer disciplina não poderia concorrer ou assumir cargo no DCE. Desse modo, é possível avaliar alguns aspectos dos embates do ME dentro do espaço universitários.

As palavras trazidas pelas memórias dos entrevistados podem ser enfatizadas ainda mais no artigo escrito por Santos Neto (1994) na revista *Cadernos de Teresina*, intitulado *Movimento Estudantil no Piauí anos 70*. No texto, Santos Neto (1994, p. 50) discorre que o ME "é uma expressão que traduz em tempos mais recentes a organização e ação dos estudantes enquanto parcela do povo coletivamente atuante. É um movimento social com caráter de massa, com forte presença na cena brasileira desde os meados do século XX". Segundo ele, "a organização do ME fora duramente golpeada já desde fevereiro de 1967, com a outorga do Decreto-Lei 228, que impôs um novo formato para a organização dos estudantes, inclusive eleições indiretas para os Diretórios Centrais de Estudantes (DCE'S)" (SANTOS NETO, 1994, p. 51).

O autor relata como o Decreto-Lei 228 afetou os DCE'S, fazendo com que estes começassem a ter eleições indiretas. Segundo Santos Neto (1994, 51), no Piauí,

> A organização estudantil, a seu modo, se enquadra nos marcos mais gerais da evolução conhecida a nível nacional. Até os anos 30, tem uma atuação tópica, grandemente influenciada pelas levas de jovens que estudavam noutras províncias/estados [...] na década de 30, porém dois fatos são marcantes na organização estudantil local: a criação do Centro estudantil Piauiense (CEP) em 1935 e do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito (SANTOS NETO, 1994, p. 51).

Ainda sobre os em meados dessa década, o autor enfatiza que:

> Anos depois, primeira metade dos 60, cria-se a União Estadual dos Estudantes (UEE-PI), representação das Escolas Superiores do Piauí, na verdade das Faculdades de Direito e Filosofia. Essa entidade, no entanto, parece não ter vingado, tendo sucumbido logo na primeira tempestade golpista de 1964 (SANTOS NETO, 1994, p. 51)

Podemos perceber que o autor vai explanando sobre uma entidade representativa dos níveis superiores, órgão que se desfaz com a primeira tempestade feita pelo regime militar. Continuando sua análise, Santos Neto (1994) assevera que:

> Quanto ao CEP, seria em 1969 unificado a União Piauiense dos Estudantes Secundaristas (UPES), dando vida ao Centro Colegial dos Estudantes Piauienses (CCEP), cuja infância como entidade dos estudantes secundaristas é marcada pelo signo da intervenção (um dos primeiros presidentes será um professor-interventor em nome do governo) (SANTOS NETO, 1994, p. 51).

Santos Neto (1994) destaca que o Piauí chega aos anos 70 com escassa tradição de organização e de lutas estudantis politizadas. A instalação da Universidade Federal do Piauí (UFPI) no início dessa década constituirá elemento impulsionador do ME local a médio prazo (FONSECA, 1994, p. 51). A universidade como um todo teve sua atuação limitada por causa do regime e isto ocorreu também na CCEP, que,

> Por seu turno, a parte secundarista do ME local também tinha sua organização violentada e sua atuação limitada, vez que sua entidade máxima, o CCEP, encontrava-se sob intervenção, situação que perduraria até meados da década. Essa intervenção no CCEP, aliás a segunda, vez que a primeira fora levantada em 1970, decorreu do fato de ter a Direção daquela entidade assumido uma ação de caráter mais contestatório, mesmo sem ultrapassar os limites impostos aos movimentos de toda ordem (SANTOS NETO, 1994, p. 52).

Percebe-se que o regime militar acabava impondo censuras nas entidades estudantis em Teresina, bem como no Piauí inteiro e no próprio país. Aliás, no segmento universitário os DS's, organizados nos moldes do Decreto-Lei 228, nada mais eram que Centros Cívicos de estudantes universitário. Assim, sob absoluto controle, aberto ou dissimulado, das autoridades do ensino em todos os níveis, existia um arremedo de organização estudantil do Piauí, como de resto em todo o Brasil (FONSECA, 1994, p. 53). O autor ainda relata algo significante,

> Diga-se que nessa primeira metade dos anos 70, dois elementos tiveram muita influência no esvaziamento da atuação estudantil no âmbito local: a quase completa destruição da organização escolar do Estado, a pretexto de uma falaciosa "reforma do ensino", que levou de roldão os grêmios, tidos pelos "reformadores" como figuras anacrônicas e, de outra parte, condicionando a cena política mais geral, estava em curso o movimento conhecido como "Guerrilha do Araguaia", sobre o qual desabou a ira fascista do regime, num processo que espalhou verdadeiro terror, sobretudo entre a juventude dos Estados mais geograficamente próximos do Sul do Pará, recrudescendo assim a vigilância sobre as incipientes organizações estudantis locais (SANTOS NETO, 1994, p. 53).

Na citação, o autor levanta alguns aspectos que fazem com que se tenha um esvaziamento da atuação do ME em âmbito local, a exemplo da "reforma do ensino". Santos

Neto (1994, p. 53) destaca que, na UFPI, a partir de 76, os DS's vão ganhando uma maior dinâmica, mas nada que se possa ainda chamar de atuação politizada. O autor ainda enfatiza que,

> Em 1977, o Setorial do CCHL, na prática a principal referência da organização estudantil universitária local, tem eleita uma diretoria com claras intenções de integrar o ME local aos acontecimentos nacionais. Essa diretoria conseguirá muito pouco além das outras. Haverá a tentativa de lançar um jornal estudantil, o "Travessia", mas seus originais serão confiscados por agentes da Acessória de Segurança e Informações (ASI), braço universitário do SNI (SANTOS NETO, 1994, p. 53).

A citação acima prova que o regime militar oprimia o ME, trazendo o exemplo da tentativa malograda de se lançar o jornal estudantil *Travessia*, confiscado pelo ASI, mostrando, assim, a intervenção do governo militar nas universidades. Para Santos Neto (1994, p. 55), além de terem os universitários realizado a primeira passeata de protestos do pós-68, o candidato a vice-presidente da *Travessia* seria eleito com quase 80% dos votos no pleito de 1979. Todos esses fatos, que revelam um claro crescimento da organização e das lutas estudantis, levaram à conquista do DCE-livre da UFPI e a partir deste, a criação das representações estudantis por curso (CA's), exaurindo deliberadamente os "legais" DS's. O autor ainda diz o seguinte:

> Como parte dessas mobilizações de 1979 no plano local, merece especial registro aquela que pôs milhares de estudantes nas ruas, liderados pelo CCEP, mas com forte presença de universitários e que teve como alvo impedir que a Câmara Municipal instituísse o chamado "passe estudantil", instrumento do direito a meia passagem nos ônibus coletivos urbanos. Essas manifestações contra "passe" reintroduziram os estudantes em luta nas ruas de Teresina, pondo em polvorosa e perplexidade o centro da cidade, notadamente pelo aparato policial mobilizado na ocasião, numa evocação dos idos de 68. Era impressionante o dispositivo da repressão posta em uso (SANTOS NETO, 1994, p. 56).

Destarte, a citação assinala que o evento posto serviu de impulso para que se operacionalizasse a reintrodução dos estudantes para lutar em prol de seus interesses nas ruas de capital, ainda que sob a mira do aparato militar remanescente

2.4. As percepções sobre o movimento estudantil em Teresina através de dois olhares

O autor e vanguardista Antônio José Medeiros em sua obra intitulada *1968:* uma geração contra ditadura (2014), explana a sua trajetória e a de companheiros em relação ao combate contra a ditadura militar em Teresina a partir de 1964. Medeiros aponta que:

> [...] Começou a se articular, a partir de 1966, um forte movimento de resistência a ditadura, com a participação, sobretudo, de estudantes, intelectuais, artistas e do clero. O ano de 1968 foi o ápice desse movimento, com a famosa passeata dos 100 mil no Rio de Janeiro. E foi o ano de grandes manifestações estudantis no mundo todo, cujo símbolo maior é o "maio francês", que queria a imaginação no poder e as flores contra os canhões na ocupação soviética da Tchecoslováquia (MEDEIROS, 2014, p. 53-54).

Assim, percebe-se que o movimento estudantil teve impulsos externos em sua estrutura contra o regime militar, mesmo com os contratempos existentes em sua trajetória. Medeiros (2014) continua asseverando que:

> Em março de 1969, um grupo da AP, liderado pelo Benoni Alencar, convidou um grupo da FAFI para uma grande pichação na cidade. Era preciso fazer alguma coisa! Não participamos, mas a pichação foi feita: Abaixo a Ditadura, Fora o Imperialismo, Reforma Agraria já, contra o Acordo MEC-USAD e outras palavras de ordem (MEDEIROS, 2014, p. 72).

Nesta citação, percebe-se que o movimento estudantil era ativo em Teresina. Medeiros (2014, p.75) relata, ainda, as detenções que sofreu: em uma delas, ele ficou preso no quartel da Polícia Militar, situado na Praça Pedro II, centro da capital, junto com outros companheiros. O autor expõe que:

> Nos interrogatórios, houve tortura contra o Cesar (do Maranhão), com golpes de palmatoria nas mãos e nos pés, que ficaram bastantes inchados. Nós outros fomos interrogados, ouvindo insinuações e com um chicote de fios e uma palmatoria permanentemente em cima da mesa do interrogador, inclusive quando estavam presentes o delegado do Dops, Capitão Astrogildo, ou o secretário de Segurança, Sebastião Leal (MEDEIROS, 2014, p. 75).

Ao falar da década de 1970, Medeiros (2014) coloca em sua fala que:

> Outro setor que começou ainda na década de 1970 foi o movimento estudantil, sobretudo o universitário. Começou por uma ação diferenciada de alguns Diretórios Acadêmicos e chegou ao DCE – Diretório Central dos Estudantes [...] Com a reorganização da UNE, o movimento estudantil no Piauí entrou em dinâmica do movimento nacional, seus debates e suas lutas (MEDEIROS, 2014, p. 196-197).

O fragmento atesta que, ainda na década de 1970, o ME estava buscando se reorganizar, destacando o papel do novo ordenamento da UNE nesse processo, acontecimento que

repercutiu no movimento estudantil piauiense. Medeiros (2014) prossegue, afirmando que:

> O movimento estudantil, na sua reorganização, viveu aquele momento de insegurança entre a anistia e a eleição de Tancredo. Nunca se sabia qual seria a reação do governo diante as manifestações. Algumas foram dissolvidas pela polícia, megafones foram apreendidos e estudantes chegaram a ser detidos. Dentro do campus universitário, o espaço era mais livre. Nessa época foram feitas também as primeiras greves de alunos da UFPI, em torno de suas reivindicações de melhorias da universidade (MEDEIROS, 2014, p. 197).

Medeiros (2014) aponta que mesmo com o recrudescimento do regime militar, os estudantes, ainda assim, vivenciavam momentos de insegurança, pois eles não sabiam como o governo iria se posicionar diante das manifestações organizadas pelo ME. Foi também nesta época que surgiram as primeiras greves de alunos na UFPI.

Santos Neto (1995) também analisa os recortes cronológicos privilegiados por Medeiros (2014), ao passo que avalia os contornos da ditadura enfraquecida em seus anos finais:

> Não havia caído a ditadura é verdade (ela apenas manhosamente se abria), mas o AI-5, e os decretos 228 e 477 já tinham entrado para história; anistiados, até os que foram banidos já estavam de volta, além dos demônios Brizola e Prestes; o DCE oficial que até o presidente nomeado pelo reitor tivera, já havia se tornado uma página virada: tínhamos o DCE livre, filiado a uma UNE também livre. E não somente livre a UNE estava. Era de quebra dirigida pelo "único presidente na república diretamente eleito em todo território nacional (SANTOS NETO, 1995, p. 66).

O autor discute que na década de 1980, especificamente em seu início, já era possível sentir a abertura política lenta, gradual e segura, mas que isso não significava que a ditadura havia caído de fato. Essa conjuntura, no entanto, permitiu iniciar a campanha em favor da construção DCE livre e de uma UNE livre, dando início à reorganização do ME. Santos Neto (1995) rememora que a chapa *Travessia* trouxe uma postura mais política ao ME, colocando da seguinte forma:

> Atestando a constância e de algum modo a irreversibilidade das novas posturas vitoriosas, em maio de 1980, "Travessia" dá ao DCE sua primeira direção eleita a revelia das autoridades universitárias. Isto é, sem as pelas do 228, em pleito livremente organizado segundo a dinâmica do ME e na forma dos estatutos de 7 de novembro de 1979. Mais que isso: uma direção amplamente reconhecida pela nosso discente e sem exagero pelos mais variados segmentos da sociedade local (SANTOS NETO, 1995, p. 66).

Nesse fragmento, o autor discute que a chapa vitoriosa para assumir o DCE da UFPI à época, foi livremente organizada sem sofrer censuras da reitoria, sendo reconhecida por toda universidade e fora dela, mostrando que o ME estava se reorganizando dentro do espaço universitário piauiense. Santos Neto (1995) relata sobre a presidência da Travessia em relação ao ME, enfatizando que,

> [...] Não há dúvidas de que essa candidatura fosse capaz de assegurar a permanência da Travessia a frente do ME, agora protagonizando uma fase de crescente radicalização do processo de agitação estudantil, garantindo-se a necessária interação com os outros movimentos que potenciavam naquela conjuntura a mobilização popular no âmbito local e nacional (SANTOS NETO, 1995, p. 67).

Deste modo, o autor destaca que a presidência da *Travessia* no DCE, conseguiu capitanear a frente do ME, estabelecendo uma "agitação estudantil", havendo, ainda, interação com outros movimentos. Santos Neto (1995) descreve ainda que "no plano das ações e lutas concretas, essa nova diretoria elegerá como central a organização do ME, por cursos; para isso intensifica o debate nesse nível com vistas a criação doa CA´s, a exemplo do primeiro legado aos estudantes de economia" (FONSECA, 1995, p. 67). Com isso, destaca-se que o autor interliga a diretoria do DCE da UFPI com a questão da organização do ME, que vai se dará através da criação dos CA´s. Santos Neto (1995, p. 67) discorre que "a verdade é que o conjunto da atuação dessa gestão "Travessia" (80/81) resulta um tipo de ME no Piauí de qualidade mais consistente no sentido de lutar, confrontar, discutir politicamente, não aceitar a acomodação alienada como natural e normal".

3. O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM TERESINA NAS LINHAS E NAS ENTRELINHAS DOS JORNAIS *O DIA* E *O ESTADO* (1979-1980)

Este capitulo se voltará para a explanação sobre o modo como o movimento estudantil teresinense era visto através de matérias jornalísticas presentes no jornal *O Dia* e no jornal *O Estado*. As matérias são diversificadas, alternando de questões cotidianas do ME até às articulações gerais do movimento estudantil. Os anos escolhidos foram 1979 e 1980, pois é nesse período que as instituições estudantis se reorganizam após anos na ilegalidade e por marcar a reativação da UNE, maior instituição representativa estudantil brasileira à época.

3.1. As considerações sobre o ME no jornal "O Dia"

Ao se remeter ao jornal "O Dia" de 1979, uma das materias que se foi chamda a atenção foi a como o titulo *"Estudantes querem reativar a UNE no Piauí"*, trazendo assim o anceio dos estudantes de terem de volta um anexo da UNE em nosso Estado, com isso a materia trás o seguinte relato:

> Uma comissão oara organizar os trabalhos de assembleia gerais de diversos centros, foi o resultado prático dos debates feitos as 20 horas da última terça-feira, no auditorio da Universidade Federal do Piauí, sobre o IV congresso nacional e a reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE). Essas assembleias elegerão os representantes do Piauí, com direito a veto no IV congresso. O enviado ao Piauí para falar com os universitarios da Fufpi foi o academico Vandilson, vice-presidente do diretório central dos estudantes da Universidade Federal da Bahia. Para ele, a reconstrução da UNE hoje "é um fato público e notório, poruqe a nossa gloriosa UNE vem marcando sua força na História do Brasil desde sua criação, no Governo Getúlio Vargas, sendo declarada ilegal em 1969". – Durante todo esse periodo, a UNE marcou presença nos principais acontecimentos históricos do Brasil, desde a encampação da luta pela nacionalização do petróleo – a celebre campanha do "Petróleo é nosso" – até os triste dias de 1969, quando foi jogada na clandestinidade pelo governo militar" (JORNAL O DIA, 1979 p. 4)

Na citação, podemos ver toda a articulação deste movimento no que concerne à reativação da UNE, descrevendo os anseios para reorganizar o movimento estudantil. Nesse sentido, o jornal possui um tópico intitulado *O IV CONGRESSO,* que destaca que:

> O representante do DCE da Bahia foi criticado por alguns companheiros, no auditório da Fufpi, por não dominar bem a lingua do seu próprio povo, o portugues. Mas todos os que lotaram o auditório entenderam perfeitamente quais as coordenadas que regerão o IV Congresso Nacional, que será feito em Salvador, Bahia, nos dias 29 e 30 de maio próximo. A delegação do Piauí será eleita através de assembleia geral, por cada área, ou então pelo voto secreto. Somente assim os representantes terão direito a voto. Ao uso da voz, todos os estudantes interessados terão no IV Encontro Nacional do

> Estudantes, a reconstrução da sua entidade maior. Neste congresso, serão criadas as normas de regimento interno e o estatuto da UNE (JORNAL O DIA, 1979, p. 04).

Assim, é possível inferir que o ME se articulava em prol dos seus interesses de forma democratica, tendo sempre a questão de trazer de volta sua estrutura de luta que se tinha antes da entidade maior ter sido posta na ilegalidade. Os estudantes participavam, também, de manifestações junto a outras classes na cidade de Teresina, conforme afirma a matéria intitulada *Mais de 1.500 pedem liberdade e direito do cidadão no Parque*, que afirma que

> [...] Vários universitários estiveram presentes, com a bandeira da União Nacional dos Estudantes (UNE) cujo congresso de reconstrução será feito nos dias 29 e 30 próximo, em Salvador-BA. O ex-governador Chagas Rodrigues também fez uso da palavra. A manifestação transcorreu num clima de harmonia, sem maiores incidentes (JORNAL O DIA, 1979, p. 9).

Nesta mesma materia, em outro tópico chamado *CLIMA POLÍTICO*, é mostrado que os estudantes, em geral, possuem em seus movimentos caráter político. Assim, a matéria discorre que,

> O clima da manifestação, como não poderia deixar de ser, foi totalmente político, apesar de político ter o ex-governador Chagas Rodrigues. Usaram da palavra várias donas-de-casa, vários operarios e dois estuadantes universitários, entre outros, todos engajados com as lutas do povo e pedindo em nome deste melhores condições de vida para a maioria do conjunto da sociedade brasileira (JORNAL O DIA, 1979, p. 9).

Percebe-se que os estudantes estavam semrpe envolvidos em manifestações mesmo não sendo deles, mas naquelas que tinha cunho político e social, pois estes tinham em sua conjuntura a questão do social, de lutar pela melhoria da sociedade como um todo. O jornal O Dia como um todo sempre trouxe materias relacionadas aos estudantes em todas as décadas que duraram o regime militar, sendo assim, mais uma foi a chamada *"Piauiense fala sobre a nova UNE"*, colocando a visão de forma geral dos estudantes, discorrendo o seguinte:

> Afim de poderem participar do Congresso Nacional de Recosntrução da União Nacional do Estudantes (UNE), que será feito no dia 30, em Salvador, os estudantes da Universidade Federal do Piauí estão se mobilizando através de um abaixo-assinado, pedindo a toda classe que vote a favor da antecipação das eleições do dia 30, para o dia 28. Essas eleições escolherão, através do voto direto, os novos diretórios setoriais e o diretório central. Dentro dessa campanha, o universitário piauiense, que estuda em Brasilia, Acelino Ribeiro de Almeida, falou durante duas horas para mais de 50 estudantes, sobre o historico da UNE, seus problemas, suas perspectivas e sobre a

> participação do estudante no processo de desenvolvimento e histórico do país. O "bate-papo", como Avelino preferiu chamr, foi feito na capela da Fufpi, as 20 horas da última quinta-feira (JORNAL O DIA, 1979, p. 9).

Na mesma materia, encontram-se ainda se três tópicos, dos quais o terceiro, intitulado *CARATER DEMOCRÁTICO*, apresenta referência a um abaixo-assinado que circulava na FUFPI, denotando que o movimento estudantil utilizava táticas democráticas para alcançar seus objetivos. Sobre esse episódio, o periódico expõe que

> No abaixo-assinado que esta circulando entre a comunidade da Fufpi, os estudantes elogiam o caráter democrático das eleições do dia 30, com o voto direto para presidente de todos os diretorios setoriais e do central, ao mesmo tempo em que chamam a atenção do estudanyte para a necessidade de antecipa-las, para que do Piauí possa ir uma delegacia participar do congresso de Salvador, nos dias 29 e 30. Os estudantes estão otimistas. O que eles não querem é perderem um semestre inteiro, porque a não participação nas eleições implica em 30 dias de suspensão, o que, traduzindo, quer dizer: perdeu-se todo semestre, por falta. A comissão Pró-une do Piauí esta articulando pela criação de "uma UNE democrática, sem servir de massa de manobras sa esquerda ou da direita, mas sim verbas para educação, pelo ensino gratuito para todos, pelo fim dos atestados ideológicos para os professores, enfim, pelas liberdades democráticas e pelo Estado de direito" (JORNAL O DIA, 1979, p. 9).

Infere-se, portanto, que a visão da reativação da UNE é diferente no que concerne ao partidarismo, pois agora esta não terá um caráter de esquerda ou de direita, focando na priorização da luta por uma democracia libertária na qual os estudantes tenham voz expressiva e representativa no país, além de buscar o asseguro do ensino gratuito para todos. Dentro deste movimento existiam também outras reinvidicações, como se atesta por outra materia que tem por título *Universitários condenam a reforma e pedem anistia*, que relata que:

> Foi através da refoma universitária, transformando em demagogia uma reinvindicação legitima das forças progressivas do país, que o regime forçou a universidade a se adapatar aos seus interesses. Sua ampliação coincidiu, não por acaso, com a época da edição da legislação excepcional, quando dezenas dos mais brilhantes professores fe pesquisadores foram casssados e afastados do nosso meio". São estas as primeiras palavras do "Carta-aberta ao universitário", que o grupo manifesto está distribuindo aos estudantes que deverão participar das próximas eleições da Fufpi. Segundo a carta, a universidade brasileira assistiu, "num clima de terror" e represão, a implantação da reforma universitária. E diz que paralelamente assistimos a queda brutal dos niveis de ensino no primeiro e segundo graus com a ampliação de rede privada e da elitização crescente, que torna não só a universidade um privilégio restrito a minoria, como também faz com que a seleção no ensino primário e médio seja maior do que no ensino superior". Para os estudantes da chapa "Grupo Manifesto" ao implantar a reforma universitária, dentro deste quadro geral, o regime visava transformar o ensino em mercadoria a ser vendida, de modo a institucionalizar o ensino pago, ampliar a rede privada do ensino, até diminuir do orçamento da União a verba destinada a educação, como de fato ocorreu. Assim – garantem – como toda estrutura produtiva da sociedade

> brasileira foi submetida aos designos do capital estrangeiro. A luta por uma universidade democrática voltada para os interesses do povo e da nação, é parte integrante da luta por uma verdadeira democracia no páis. A necessidade de anistia geral é praticamente importante (JORNAL O DIA, 1979, p. 3).

Nesta citação, desvela-se que este grupo discute a questão da reforma universitária ocorrida e como esta não favoreceu de modo algum o ensino de nível superior. Além disso, também traz a questão da anistia para que, assim, se tenha uma democracia verdadeira e sólida em todo o país. Dando continuidade às materias do jornal *O Dia*, mais uma delas fala sobre a UNE, que viria a ser digida por oito entidades. Acerca disso, o periódico assevera que:

> Salvador – Um colegiado de oito entidades estudantis dirigirá provisioramente a União Nacional dos Estudantes até setembro, quando haverá eleições diretas em todas as faculdades brasileiras para escolha da primeira diretoria regula da UNE, reorganizada no Congresso de Salvador. A proposta de entrega a direção da UNE a um colegiado foi inicialmente repudiada pela quase totalidade dos 2.34 delegados com direito a voto, presentes, na madrugada de ontem ao Centro de Convenções da Bahia. Uma manobra de um grupo liderado por representantes da União de Estudantes de São Paulo entretanto, acabou reformando a decisão inicial contraria do plenário e impedindo a escolha de uma diretoria provisoria com nomes e cargos definidos. O colegiado que dirigirá a UNE provisóriamente é formadfo pela União Estadual doas Estudantes de São Paulo e pelos diretorios centrais de estudantes da Universidade Federal da Bahia, da Universidade Federal de Pernambuco, da Universidade Federal de Minas Gerais, da PUC, do Rio de Janeiro, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Universidade de Brasilia e da Universidade Federal do Pará. (JORNAL O DIA, 1979, p. 5).

Nota-se, portanto, a reorganização da UNE através de uma diretoria provisória que foi escolhida e posta como resultado do congresso realizado em Salvador, mostrando, assim, que o movimento estudantil estava disposto a dar continuidade a toda uma história de lutas através UNE. Na universidade, os estudantes faziam ciclos de debates, trazendo como temas o histórico das lutas feitas por eles, além de debater as questões sociais populares. Sobre a atuação do ME, o *O Dia* comenta que

> [...] A comissão Pró-Acadêmica de Serviço Social da Fundação Universidade Federal do Piauí, como parte da promoção, “calourada 80”, fará, no periodo de 17 a 21 do corrente, um ciclo de debates sobre Serviço Social, lutas estudantis, com a finalidade de proporcionar aos novos estudantes do curso, um clima de companherismo e também uma tomada de consciencia sobre a profissão que abraçam [...] (JORNAL O DIA, 1980, p. 10).

Isto mostra que os estudantes demonstravam interesses em expor suas lutas através de debates que incentivavam os novo estudantes a conhecerem e se interessarem pela construção

de um movimento estudantil atuante em busca de direitos sociais. Além dos estudantes universitários, os estudantes secundaristas tinham também participação no movimento estudantil, destacando entre as principais reivindicações a questão do preço da passagem de ônibus, conforme se verifica na matéria a seguir:

> [...] Muito consciente da posição tomada pelo Centro Colegial Piauuiense, “em não abrir mão de um direito sagrado do estudante, que é o abatimento nas passagens”, Nilo Neto afirma que os “Moisés”, dono de empresas, põem, ao caso, mil mechas ligadas na dinamite, desde quando, assinando as carteiras de trabalho dos profissionais com um salário “xis”, só pagam a metade – do escrito – oferecendo, como consolo uma, comissão fajunta sobre a venda de passagens inteiras. De principio uns fora da lei – diz Sambaibas, esses empregadores são responsaveis diretos pelas ações violentas contra os estudantes e, vice-versa. Afirmando ser o transporte coletivo no Piauí, um dos mais caros do país como relação ao percurso e gasto de combustivel Nilo Neto, explica que não vai – nem seus associados – abrir mão de seus direitos – nem admitir a implantação do uso de passes (JORNAL O DIA, 1980, p. 8).

A citação descreve que os estudantes secundaristas não abriam mão do seu direito de abatimento nas passagens, além de denunciar os excessos cometidos pelos empresarios do setor de transporte. Outra materia que se complemetna à anterior explana que os estudantes ameaçaram quebrar ônibus como forma de protesto. Desse modo,

> Centenas de carteiras de estudantes foram tomadas nos últimos dias em Teresina por cobradores de empresas de trnsportes coletivos, o que levou muitos jovens a comparecer na sede do Centro Colegial dos Etudantes Piauienses, onde reclamaram condenando a ação dos empregados dos ônibus e pediram solução para o problema que está provocando confrontos dentro dos veiculos. Ontem, visivelmente revoltado, um grupo de estudantes se organizou no Parque da Bandeira e ameaçou marchar para promover quebra quebra, somente não conseguindo o in tento, diante da interferencia de diretores do CCEP [...] Para Sambaiba, um confronto entre funcionarios de empresas e estudantes deve ser evitado e isto o CCEP vem procurando. O dirigente estudantil acha que os proprietarios de empresas de transportes coletivos não podem continuar a dispensar o atual tratamento aos estudntes (JORNAL O DIA, 1980, p. 8).

Isto mostra que uma parcela dos estudantes lutava contra o desrespeito de seus direitos. Assim, se manifestando contra qualquer ato que fosse prejudicar esta classe, mostrando a força que esta tinha e tem até hoje, percebe-se que o movimento estudantil era atuante mesmo cercado por um aparato repressor. Sobre a presença de vigilância ditatorial, em 1980, o jornal *O Dia* trouxe uma materia colocando em pauta uma passeata de protesto de universitários, citando a presença de agentes federais e do Dops no meio dos estudantes:

> A qualidade do ensino, com a denuncia de falta de preparo das bibliótecas defasadas,

> falta de aulas práticas entre outras coisas, foram questionadas ontem a tarde, em passeata, no Campus Universitário, da Ininga, em Teresina, após a posse de cinco diretórios acadêmicos. Eles se concetraram para protestar contra a poeira proveniente de uma estrada em construção que esta sendo feita pela prefeitura de Teresina [...] Discretamente, durante o movimento, vários agentes federais e do Dops se infiltraram no meio dos estudantes, mantendo a vigilancia. Na ante sala da reitoria, uma funcionaria, surpresa dizia: "Parece que a coisa aqui vai ficar preta, pois nunca se viu um só movimento desse tipo aqui no Campus". O grupo de protesto gritava, entre outro refrões, os que geralmente são usados no sul do país (JORNAL O DIA, 1980, p. 11).

Denota-se, portanto, que os órgãos de repressão do regime militar estavam à espreita para reprimir atos que, possivelmente, fossem considerados subversivos, tanto fora e quanto dentro dos muros da universidade. Ainda assim, os estudantes universitarios não se rendem e, mais uma vez, tomam a frente das decisões em assembleias criadas para solucionar os problemas da vida estudantil piauiense. Sobre a constituição de assembleias

> Os estudantes da Universidade Federal do Piauí decidiram, em Assembléia Geral, que se os oraãos responsaveis pela estrada que da acesso ao planalto Ininga e Cerâmica Livramento não tomarem as providencias com vistas a acabar com a poluição provocada pela poeira da estrada, até as 16 horas de hoje, vão interditá-la e só sairão dali quando o serviço for iniciado [...] A reitoria alega que não pode prejudicar o trafego, mas aquela estrada não tem tanta movimentação depois das 17 horas, e bem que os trabalhos poderiam ser iniciados naquele horário e concluidos no dia seguinte, pela manhão, sem prejuizos para ninguém, declarou o vice-presidente da UNE, Luis Falcão, que se encontra em Teresna participando do Seminário Estadual, promovido pelo DCE e diretórios setoriais da FUFPI (JORNAL O DIA, 1980, p. 11).

O trecho demonstra a organização do ME no combate a políticas públicas – ou à falta delas – que prejudicassem os alunos da FUFPI. Ainda que os métodos democráticos fossem privilegiados, foi possível catalogar momentos nos quais os estudantes utilizaram a força física para comunicar sua indignação e requerer melhorias, a exemplo da destruição de um ônibus da frota de transporte público de Teresina. O evento foi registrado pelo jornal *O Dia* da seguinte maneira:

> A concentração dos estudantes na unica praça existente no conjunto Sacy começou logo cedo. As 7:30 os preparativos para a destruição do ônibus já estavam em andamento, obedecendo planos previamente estabelecidos por dirigentes do Centro Colegial dos Estudantes Piauienses (CCEP). De inicio o veiculo visado era o de número 24 que terminou não aparecendo na hora esperada. As 10h10 o ônibus de placa AB2817 parou de maneira forçada em frente a praça e o morotistas foi jogado fora, juntamente com a cobradora, que não pode se identificada. Dentro do veiculo estava pelo menos 20 estudantes que embarcaram no terminal da Praça da Bandeira. Os que estavam no local receberam o sinal dos colegas e armaram-se de pau e pedra, destruindo o ônibus o mais rápido possível (JORNAL O DIA, 1980, p. 8).

Esta citação nos mostra que os estudantes realmente usavam a força em alguns momentos, chamando a atenção do governo Municipal, Estadual e até mesmo Federal. Como consequência deste acontecimento, houve também um levante em frente à porta do CCEP, conforme se verifica pelo trecho a seguir:

> Após a depredação do ônibus 26 da empresa Dois Irmãos, no conjunto Sacy, outra concentração seguida de tumultos e ameaças aconteceu em frente ao Centro Colegial dos Estudantes Piauienses – CCEP. Ali funcionarios da empresa dois irmãos, armados de revólveres se postaram de maneira ameaçadora, o que motivou uma chamada da policia local, a fim de conte-los. Isso aconteceu por volta das 12 horas, quando o presidente do CCEP, Nilo Carvalho Sambaiba, em companhia de dois estudantes conversavam com o secretário da segurança João Climaco d'Almeida e o chefe de gabinete Macario Oliveira (JORNAL O DIA, 1980, p. 9, Teresina).

O ato feito por estes estudantes recebeu apoio da APEP (Associação dos Professores do Estado do Piauí) e da UNE:

> A Associação dos Professores enviou uma monção de apoio. O Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Piauí. Os Diretórios Setoriais também. A União dos Estudantes, deu uma nota assinada pelo seu presidente Rui Cesar, que aqui esteve justamente no dia da confusão. Ele veio para uma palestra aos universitários e coincidiu com o movimento (JORNAL O DIA, 1980, p. 9).

Desse modo, detaca-se que estudantes secundaristas tinham apoio de entidades consideradas fortes e que não necessariamente estavam ligadas ao movimento estudantil. Em 1980, os estudantes não pararavam de fazer manifestações, destcando-se entre elas uma passeata que denunciava os problemas vividos por eles. Acerca dela, destaca-se que

> Em face aos problemas reinantes na classe estudantil, o presidente do Centro Colegial dos Estudantes Piauienses – CCEP – Nilo Carvalho Neto, anunciou ontem que vai reunir no próximo dia 11, as 15 horas, na sede da entidade um grupo de estudantes, e inclusive contará com a presença de universitários da pastoral da juventude. Nilo Carvalho, espera que pelo menos cinco mil estudantes, compareçam com faixas para fazer uma passeata pelas ruas da cidade, sem no entanto usar a violencia. A medida visa reinvindicar os direitos da classe que estão sendo ameaçados, principalmente no que diz respeito a validade da identidade estudantil (JORNAL O DIA, 1980, p. 9, 1980).

Isso demonstra a força do movimento estudantil, revelando que este não abria mão de seus direitos, ainda que isso significasse uma possível repressão por parte da policia. Os

universitários, contudo, além de apoiar as reinvidicações dos secundaristas, faziam também seus atos, tendo como exemplo uma greve iniciada por eles no ano de 1980 e destacada pelos meios de comunicação teresinenses:

> A partir de hoje os estudantes universitários de Teresina, assim como de outras universidades do Brasil estão em greve, reinvindicando a elevação para 12%, como previsto na Lei de Diretrizes Básicas, da verba para educação, e protestando contra o terrorismo. A greve é pacifica e o reitor Camilo Filho, considerando-a legal e justa, prometendo não decretar recesso na universidade, deixando que os estudantes promovam o movimento [...] O ambiente na Universidade Federal do Piauí até ontem era de tranquilidade, com os membros do comando de greve se mobilizando no sentido de conseguir o apoio dos universitários, que ainda pareciam meio relutantes em aderir ao movimento (JORNAL O DIA, 1980, p. 7).

Os estudantes, desse modo, lutavam em prol de sistema de educação melhor do que se tinha, reinvindicando mais verbas para a melhoria na educação. Ainda sobre a greve nacional e suas repercussões na UFPI, esta deixou a universidade deserta, situação atestada pelos redatores do jornal *O Dia*:

> Na manhã de ontem, a Universidade Federal do Piauí econtrava-se praticamente vazia em dias da greve promovida pelos estudantes, embora em alguns setores os trabalhos estivessem sendo desenvolvidos normalmente. Talvez apenas cinco por cento dos universitários de Teresina tenham comparecido ao campus do ininga, ontem pela manhã para participar dos debates que estavam sendo realizados a nível decentro acadêmicos e diretórios setoriais. A grande maioria preferiu protestar contra a atual situação de ensino, simplesmente deixando de ir a sala de aula [...] Um fato curioso: a segurança da Universidade foi reforçada, em havia grandes contigentes de policiais, como é comum durante manifestação dessa natureza. Contudo, alguns agentes federais eram vistos disfarçados pelo campus universitário, clima era de completa normalidade (JORNAL O DIA, 1980, p. 7).

Na matéria acima, destaca-se que havia uma vigilancia da polícia em relação aos estudantes, buscando perceber se teria alguma ato subversivo dos estudantes, desse modo, a máquina policial estava ali para buscar evitar alguma manifestação contra o governo militar da época. Mesmo com a grande repressão, a greve foi um sucesso, tanto que o próprio presidente da UNE relatou a apreciação dos resultados. Acerca dessa recepção, o *O Dia* expõe que:

> SÃO PAULO – O presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE – Rui Cesar Costa Silva, disse em São Paulo que a greve nacional decretada pela entidade superou as expectativas com a adesão de aproximadamente 900 mil estudantes, em todo o país na sua opinião esse movimento demonstra maturidade e cosnciência estudantil na luta por melhores condições de ensino e representa um importante passo na consolidação da UNE como orgão de representação universitária, pois aé a primeira paralisação

> nacional que realizamos nos últuimos 10 anos (JORNAL O DIA, 1980, p. 12, Teresina).

Isso mostra que nos anos de 1979 e 1980 os movimentos estudantis estavam voltando a todo vapor, após um longo percurso de repressão e ilegalidade. Destaca-se, portanto, a articulação desses sujeitos em prol da viabilização de suas pautas que abrangiam não somente os participantes do movimento estudantil, mas o maior número possível de estudantes.

3.2. O ME e o jornal "O Estado"

Neste tópico serão analisadas algumas noticias sobre ME em Teresina veiculadas por outro periódico local, o jornal *O Estado*, mostrando a representação dos estudantes dentro esse espaço literário, além investigar as notícias sobre atividades promovidas por eles como, por exemplo, a criação de jornais alternativos para divulgar os acontecimentos do movimento estudantil.

Acerca do jornal produzido por estudantes, uma das matéria principais tem como título *Universitários lançam um jornal com vários pedidos*, que apresenta o seguinte conteúdo:

> Os universitarios tem agora um meio legal de fazer suas reinvindicções. Foi lançado ontem no campus da Ininga, durante mais uma etapa da VI Jornada Universitária, o jornal "O momento" através do qual os estudantes passarão a criticar, incentivar e trabalhar em vistas a melhoria do ensino. O presidente do diretório "Cromwell de Carvalho", do Centro de Ciencias Humanas e Letras, Ezequiel Miranda Dias, disse que o jornal não será utilizado como meio somente para criticar, pois foi criado também com o objetivo de sugerir e ajudar o conselho diretor da Universidade em suas decisões (JORNAL O ESTADO, 1978, p. 7).

Com isso, destaca-se que, a partir desse momento, os estudantes teriam um jornal que serviria como palco para que eles pudessem reinvindicar aquilo que achavam necessário para a melhoria da educação, do transporte público, dentre outras coisas. Buscando fugir das amarras da censura, os estudantes denunciaram, em uma materia chamada *"Jornal dos universitários sem censura"*, o seguinte:

> O jornal "O momento", editado pelo diretório do Centro de Ciencias Humanas e Letras, não será censurado. A decisão foi tomada após a reunião do presidente do CCHL, Ezequiel Miranda Dias, com o reitor Camilo Filho e o assessor de Segurança e Informações da Universidade. Ao festejar a abertura Miranda conclamou seus colegas universitários para que "percam o medo e participem do nosso jornal". O lema do jornal é "Reinvindicar não é apenas um direito, é um dever" (JORNAL O

> ESTADO, 1978, p. 5).

Nesta parte da matéria, o jornal convida os estudantes receiosos para que abandonem o medo de reivindicar e participassem da elaboração do jornal, pois os redatores acreditavam que iriam sofrer nenhuma censura, como admitido pelo presidente do CCHL, Ezequiel Miranda Dias. Porém, no mês de Dezembro o jornal não circulou, conforme se atesta no fragmento a seguir:

> O jornal "O momento" deixará de circular este mês, devido as férias regulares dos alunos da Fundação Universidade Federal do Piauí. Somente em janeiro, o informativo coltará a ser editado pelo diretótio "Cromweel Carvalho" do Centro de Ciencias Humanas e Letras. A informação é do presidente do Diretório e editor do jornal, acadêmico de direito Ezequiel Miranda Dias, acescentando que "O momento" sairá com uma edição "gigante", que inclusive, já está sendo preparada, no inicio do periodo letivo especial, isto é, nas primeiras semanas do mês de janeiro. Explicou Ezequiel Dias que "a nossa edição de janeiro englobará os principais assuntos do mês de dezembro, aonde iremos reinvindicar para o próximo semestre melhoria dos transportes, funcionamento da biblioteca aos domingos e feriados, compra de mais livros especificos de cada área de estudo, como também daremos ênfase ao restaurante (JORNAL O ESTADO, 1978, p. 7).

Além da circulação do jornal, é possível perceber o teor das reinvindicações, que giravam em torno da melhorias das condições de permanência e de estudo dentro da universidade para os alunos, bem como o incremento do transporte público da época, considerado deficiente e que não supria as necessidades desta classe, e o funcionamento da biblioteca de forma integral, ou seja, todos os dias. Já em 1979, foi posta uma matéria chamada *Estudantes querem recriar a UNE,* que reafirmava que:

> Com a tentativa de criar no Piauí um movimento pró União Nacional dos Estudantes (pró-UNE), será realizada na próxima semana uma reunião com todos os diretórios setoriais da Fundação Universidade Federal do Piauí, onde serão definidas as bases do movimento. A informação foi prestada pelo presidente do diretório setorial Cromwell de Carvalho, Ezequiel Miranda Dias, que apesar de ser considerado um lider estudantil favorável ao sistema que considera a UNE uma entidade ilegal, se propõe a encabeçar o movimento no Piauí (JORNAL O ESTADO, 1979, p. 1).

Em outra matéria, datada de 1979, é realizada uma interligação com a citação acima, respondendo aos anseios da classe estudantil em relação à representação do movimento a nível nacional:

> Numa tentativa de criar uma movimento pró União Nacional dos Estudantes (pró-UNE), o presidente do Diretório Setorial Cromwell de Carvalho, Ezequiel Miranda Dias, está anunciando a reunião de todos os diretórios setoriais da Universidade para a próxima semana. A reunião, segundo revelou Ezequiel, tem o objetivo de determinar as bases do movimento a ser criado em Teresna No momento em que há uma aclamação nacional em torno da volta da UNE, faz-se necessário que todos os estudantes brasileiros, inclusive os piauienses, dêem os braços no sentido de fortalecer a união nacional. Na reunião, a ser realizada na próxima semana, além das determinações da base do movimento, será analizada a possibilidade de um engajamento regional dos estudantes piauienses aos trabalhos que vêm sendo feitos nos Estados Nordestinos com vistas a criação da entidade nacional dos estudantes (JORNAL O ESTADO, 1979, p. 7).

Conforme se discute, o presidente do diretório setorial desembargador Cromwell de Cravalho, mesmo sendo ligado a aqueles que querem a UNE na ilegalidade, convocava todos os diretórios e estudantes de universidades a se fazerem presentes em uma reunião para apoiar a volta da UNE. Nessa mesma materia, relata-se o seguinte:

> Mesmo sendo considerado um lider estudantil situacionista, identificado com a estrutura política que considera a UNE uma entidade ilegal, Ezequiel Miranda se propõe a articular o movimento pró-UNE no Piauí, o que está sendo objeto de criticas de outros lideres estudantis universitários mais autenticos, que consideram o atual presidente do Cromwell de Cravalho um dos "pe”egos" da politica estudantil. Um desses lideres, Merlonge Solano Nogueira, estudante de Economia da FUFPI, acredita que com, essa atitude, Ezequiel Miranda está procurando somente auto-promoção, mesmo porque, ainda não há uma estrutura que possibilite a criação do movimento pró-UNE no Piauí. Antes do laçamento do movimento, na próxima semana, é preciso que se faça um movimento de base, o que não foi deito. “Ezequiel vai candidatar-se ao diretório central nas próximas eleições, em vista disso, ele precisa aparecer no meio estudantil. E, no momento em que há uma aclamação nacional em torno da volta da UNE, no Piauí deveria haver algum movimento nesse sentido, e Ezequiel está aproveitando a oportunidade”. Merlonge expica ainda “que a prova disso é que é um individuo que durante um ano de mandato a frente do diretório e nunca teve um contato direto com os estudantes; criou um jornal sem combatividade, muito fraco, completamente “pelego”. Dele não se pode esperar uma UNE combativa (JORNAL O ESTADO, 1979, p. 7).

Na continuação da materia podemos percebe-se que há um divergência entre Ezequiel Miranda Dias e um dos lideres estudantis, Merlong Solano, que acusa o rival de estar se aproveitando da situação pensando já na sua eleição para o diretório central, sendo este do lado daqueles que tem a UNE como uma entidade ilegal. Além disso, pelo fato de ainda não ter uma estrutura que possibilite a criação deste movimento aqui no Piauí, por isso para Merlonge acredita que Ezequiel só que se promover, acusando-o de elaborar um jornal fraco e sem combatividade (JORNAL O ESTADO, 1979, p. 7).

Em outra matéria, é possível visualizar os estudantes fazendo manifestação e pedindo o direito de greve:

> Direito de greve para operários e estudantes e anistia política para os alunos do crédito educativo, são alguns dos temas abrangidos em um manifesto distribuido na Universidade Federal pelas chapas que concorrem as eleições do dia 23 próximo quando serão escolhidos os novos lideres estudantis piauienses. O manifesto contém diretrizes e plataforma dos grupos estudantis, conhecidos como esquerda oposicionista, liderada por Antonio Cacá, de centro-direita, por Ezequiel Miranda Dias e de direita, por José Fonseca. Pela primeira vez depos de implantada a Universidade Federal do Piauí, que só conheceu o regime estabelecido pelo decreto 477, os estudantes começaram a fazer política que vem alcançando repercussão junto a classe universitária utilizando-se, inclusive, de movimentos que se instalam por todo o país, como o direito de reinvindicar em grupos. A reestruturação da União Nacional dos Estudantes (UNE) é o primeiro objetivo dos lideres estudantis piauienses que irão participar de um encontro em Salvador, no próximo dia 30, quando o assunto será discutido. Outras plantaformas dos grupos são o ensino oficial gratuito em todos os niveis, extinção discriminatória (regime de excecão), além do diretorio de greve para o operarios e estudantes e anistia para presos políticos e para alunos do crédito educativo (JORNAL O ESTADO, 1979, p. 7).

Desse modo, detaca-se que os estudantes eram ativos na questão de fazer manifestações em prol aos seus interesses e que batiam de frente contra o sistema de governo que prejudicava não somente sua classe, mas outras, a exemplo dos operário., além de apoiar as reinvindicações de outras classes, isso tudo é demonstrado na ciração acima que vimos. Em outra materia de 1979, expõe-se o seguinte:

> A posição do Ministro Eduardo Portella, da educação, no "caso UNE" não significa qualquer restrição a efetiva participação do estudantado brasileiro, em especial do universitario, na vida política do país. O governo de forma nenhuma teme essa particcipação, ao contrário: estimula-a hoje mais do que ontem, pois os jovens serão os futuros dirigentes da nação. O que o governo não deseja é o envolvimento dos universitários e dos estudantes em geral pelos profissionais das articulações teleguiadas, atás das quais estão quase sempre elementos vivenciados nas lutas clandestinas, aquela conhecida "entourage" que vive as 24 horas do dia e da noite a serviço de entidades pu grupos interessados nos altos dividendos da baderna e dos dramas sociais. O comando da nossa Universidade vem demonstrando concretamente essa disposição de estimular a participação universitaria, ao invés de freiá-la nessa fasse de aberturas institucionais. No próprio campus da Ininga reitor e jovens se unem para abrir as comportas do espírito participativo, o que significa tomar a dianteira do processo e não entrega-lo a lideranças nem sempre bem intencionadas e democráticas. Niguém de bom juizo subestima o valor da participação estudantil, que é em última análise o treino para a verdadeira democracia. O chamado "estudante profissional" é uma das distorções que devem ser evitadas e anuladas durante o desabrochar de movimentos estudantis em torno de reinvidicações da classe, inclusive as de ordem política. É facilmente detectável a manipulação ideologica articulada por esse tipo de "universitário", encontradiço mais nos grandes centros, como Rio, São Paulo e Brasília. Saliente-se que no Piauí é bem mais fácil o controle desse processo de participação. Todo mundo se conhece e convive como uma grande familia, tendo portanto poucas chances os elementos estranhos, os "estudantes profissionais" típicos dos grandes centros (JORNAL O ESTADO, 1979, p.3).

Nesta citação, é discorrido a questão de como o ministro da educação vê a atuação dos

jovens da UNE, delimitando que o governo não quer o envolvimento de universitários e dos estudantes de modo geral nas "lutas clandestinas" que a entidade propunha. Na mesma notícia, relata, ainda, que reitor e os jovens da FUFPI se unem para abrir as comportas do espiríto participativo em relação aos anseios da classe. Em outra materia chamada *Os jovens e a UNE* (1979), é realizada a análise da relação entre a juventude e a instituição estudantil:

> Porque merecem a compreensão e benemerência dos mais experientes, mesmo quando se rebelam contra o estabelecido e os sistemas vigorantes, os jovens estudantes devem igalmente ser advertidos e orientados nesta fase singular da nova lua-de-mel dos brasileiros com fina e sutil dama democrática. Informa-se que panfletos foram distgribuidos entre seis mil universitarios piauienses, no campus da Ininga, em clima dos mais liberais que marca, como sabemos, o atual processo de abertura política do país. Os panfletos inserem os chamados "sete pontos básicos da UNE", ora se reorganizando nacionalmente. Eis alguns dos "pontos básicos": 1) pela formação central única dos trabalhadores e pela atuação conjunta com sindicatos; 2) contra o cerceamento da livre organização dos trabalhadores; 3) pela atuação conjunta com os sindicatos rurais, ligas e demais entidades dos trabalhadores do campo; 4) e contra o arrocho salarial e por melhores condições dos trabalhadores. Em "sete pontos básicos", pelo visto, algumas dezenas de reinvindicações ligadas aos operarios e aos camposenes, e nem uma palavra sequer sobre a melhoria do ensino brasileiro, a formação de melhores professores bem remunerados, a criação de mais restaurantes para os estudantes, mais bibliotecas, em suma: a problemática estudantil não mereceu uma linha se quer. Comcluimos, então, que não é estudante quem organizou os "sete pontos básicos da UNE", nem é de boa origem esse tipo de documento reinvindicador. Não acreditamos que os lideres mais esclarecidos do campus da Ininga se deixem envolver por campanhas que não dizem respeito as aspirações dos jovens universitários. Dai essa advertencia para que se façam impor as verdadeiras lideranças do nosso mundo universitário (JORNAL O ESTADO, 1979, p. 03).

Além de Teresina, havia também movimentos estudantis em outras cidades do Piauí, a exemplo de Parnaiba, onde se noticiou um "quebra-quebra" em uma praça no centro parnaibano. O evento ganhou repercussão nos jornais locais. A notícia do jornal *O Estado* narra que "um grupo de estudantes promoveu quebra-quebra no centro de Parnaiba, incendiando todo o tapume de proteção da praça da Graça, que está em reformas, a casa da firma empreiteira e ainda saqueou grande parte do material do canteiro de obras" (JORNAL O ESTADO, 1979, p. 7). Essa manifestação simbolizava uma reinvindicação para melhorias da educação, apesar do prefeito da cidade à época dizer que isto ocorreu a mando do seu rival político, o deputado Moraes Souza, que reuniu os estudantes nesta praça. Em outra notícia do jornal, agora a nível nacional, se destaca os anseios de reformulação partidária da UNE:

> Repudiamos completamente a reformulação partidária do jeito como está sendo dirigida, fracionando as oposições e dando mais firmeza e segurança a situação, disse ontem, nesta capital, o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Rui Cesar Costa e Silva, ao desembarcar no aeroporto com uma hora de atraso, para encerrar a VI Jornada Universitaria Piauiense. Rui Cesar defendeu uma maior participação

> estudantil na vida política do país, principalmente agora, segundo ele, quando o Governo adota atos e posições que garantem a abertura na marcha de redemocratização [...] Sobre o Piauí, Rui Cesar, reclamou a ausencia dos estudantes em todos os setores, mas disse que o Esatodo reflete uma situação das mais realistas que vive atualmente o povo brasileiro, "sofrido e insatisfeito, consideravelmente os camponeses, os homens do campo" [...] – Os estudantes não focaram calados a partir de agora, eles vão lutar por aquilo que tem direito e que acham certo para vida do país, para a vida do povo. Esperamos contar com o apoio dos estudantes do Piauí, que já são muitos, para atingimos os nossos objetivos (JORNAL O ESTADO, 1979, p. 4).

Nesta reportagem, destaca-se o anseio do presidente da UNE em relação a participação dos estudantes na política do país e, durante a sua estadia aqui em Teresina, pediu para os estudantes piauienses uma maior participação destes nas lutas do movimento para que esta classe atingesse seus objetivos de forma integral. Em uma outra reportagem, os estudantes denunciam a interferência de alguns orgãos da UFPI nos assuntos estudantis. Segundo a informação:

> O Diretorio Central dos Estudantil divulgou nota contestando a interferência de alguns órgãos da Universidade Federal do Piauí nos assuntos dos estudantes e pedindo desculpas pelos acontecimentos verificados no primeiro dia de matricula para o primeiro período deste ano. Na última terça-feira, os estudantes já se encontravam na fila para matricular, quando forma surpreendidos com a notícia de que teriam de pagar uma taxa do Diretório de seus Centros Acadêmicos. Houve o maior rebu e algumas estudantes que estavam grávidas chegaram a passar mal [...] A nota divulgada pelo DCE é do seguinte teor: "O Diretório Central dos Estudantes da Unioversidade do Piauí, vem de público explicar a todos os colegas da comunidade universitária que não se responsabiliza pela cobrança da taxa diretorial exigida no ato da matricula (JORNAL O ESTADO, 1980, p. 07).

Essa notícia remete ao fato de que os estudantes também tinham seus contrapontos, onde alguns interesses se divergiam, insturando uma discussão sobre o que realmente cada orgão estudantil devera fazer, a exemplo do fragmento acima, onde a taxa de matrícula não partiu do DCE, mas, sim, dos Diretórios dos Centros Acadêmicos. Outra notícia que atesta essa conjuntura é a seguinte:

> Pelo menos 100 estudantes secumdários se aquartelaram, de 11 as 14 horas de ontem, na sede do Centro Colegial dos Estudantes do Piauí – CCEP, na rua 24 de janeiro com desembargador Freitas, alguns deles armados de cacetes, quando dois carros de placas frias, transportando seis homens armados, tentaram invadir a sede da entidade para sequestrar três colegiais, responsaveis pelo depredamento de um ônibus da empresa "Dois Irmãos", horas antes, a caminho do conjunto saci. Os três estudantes procurados tinham sido presos (JORNAL O ESTADO, 1980, p. 8)

Nisso, percebe-se que os estudantes lutavam para que sua voz fosse escutada, nem que para isso tivessem que danificar algo material, como exemplo o ônibus que foi quebrado por estes, mesmo sabendo dos possíveis riscos: como resposta a esse episodio, homens armados

foram até a sede da CCEP atrás de integrantes do movimento estudantil para sequestrá-los. Ainda assim, o panorama geral da atuação dos estudantes consistia na luta democrática para alcançar os seus objetivos. Conforme exposto ao longo dessa pesquisa, os estudantes, de modo geral, não queriam usar de violência, recorrendo a ela em caso de necessidade extrema.

Grosso modo, neste capítulo buscou-se investigara as narrativas constituídas sobre o movimento estudantil a partir de fontes hemerográficas que apontassem os aspectos do ME, seus anseios e suas reivindicações, mostrando, assim, que este movimento era atuante na luta pelos direitos estudantis e responsáveis pela conquista de muitas melhorias no que concerne à vida enquanto aluno em um Brasil cercado pela repressão e pela violência.

Considerações Finais

O movimento estudantil explanado neste trabalho é visto como uma entidade que lutou durante o período da ditadura militar em busca dos seus interesses, notadamente a melhoria do sistema de educação e o reestabelecimento da democracia brasileira. Segundo Habert (1996, p. 53), no decorrer da segunda metade de 70 foram se multiplicando os atos de contestação e de protesto, passeatas e manifestações amplas de oposição; as ruas foram tomadas pelo movimento estudantil, popular, operário e de mulheres, alargando o espaço de abertura e revelando que havia não somente que havia uma crescente opinião pública contrária ao regime em geral, como, também, uma diversidade de interesses e reinvindicações especificas, denotando uma forma de expressão e de organização dos vários setores da sociedade. Desse modo, tanto o ME se valeu das agitações dos movimentos sociais contemporâneos quanto inaugurou um modelo específico de luta que incorporava tanto a influência de orgãos nacionais, como a UNE, como as cojunturas da Teresina das últimas décadas do século XX.

Ao tratar dessa temática, foi de fundamental importância investigar as vivências dos estudantes teresinenses em busca dos trâmites cotidianos da militância, dos repressores e dos apoiadores, personagens que permitiram situar o ME do Piauí em seu devido tempo e espaço. Organizações como o DCE permitiram aos estudantes renascerem “um antigo lugar de “articulação” de perspectivas “alternativas de vivência acadêmica a partir da qual o desempenho do papel de “representação”, propriamente dito, se junstifica pela necessidade de enfrentar a estrutura burocrática e autoritária de gestão acadêmica” (PELLICCIOTTA, 1997, p. 61). Mais que demonstrar a importância dessa entidade para a luta estudantil, a atuação do DCE representa os modos de embate e de conformação dos alunos ligados ao ME com a própria época a qual estavam inseridos.

Atavés do estudo do ME, foi possível vislumbrar que em todo o país existiam experiências de militância que mesmo separadas por grandes distâncias se articulavam, levando suas delegações a congressos para discutirem o futuro da luta e do ensino no Brasil. A existência da UNE, bem como trambém as entidades de cada Estado como um todo, forneceram a logística necessária reorganizar um ME mais forte para combater a repressão que minava as esperanças de dias melhores.

De modo geral, a pesquisa contribui para explanar a natureza complexa e, algumas vezes, contraditória destes agentes sociais, mostrando as questões vividas pelo ME em relação a ditadura militar e seus aparatos de coerção e de vigilância. Sendo assim, Foracchi (1977, p. 230) discorre que não se pode compreender sociologicamente o movimento estudantil apenas em função das posições defendidas pela sua vanguarda. É necessário investigar sob que

condições se estabelece a comunicação entre a cúpula e a base e de que forma as decisões desta traduzem as reivindicações daquela.

Em relação às entidades estudantis, a pesquisa destaca a importância do papel da UNE para a consolidação de movimentos estudantis nacionas e regionais, pois esta, mesmo na ilegalidade, funcionava como o combustível moral da classe estudantil do Brasil. Sobre ela, discorre Araujo (2007, p.21) que "a UNE foi uma entidade de caráter social e político que reunia um grande número de estudantes, pertencentes a diferentes grupos com diversas tendências políticas e ideológicas. E cada um desses grupos possui uma versão ímpar da trajetória da entidade". Isso permite visualizar que essa entidade se fez presente na vida dos estudantes em todo o país, demonstrando sua força quando era para lutar pelos interesses não só da classe estudantil, mas de muitos outros setores de uma sociedade que gritava pela volta da democracia.

Com isso, esta dissertação buscou analisa e retratar o ME em Teresina durante as década de 1970 e 1980, mostrando que este passa por constantes mudanças ideológicas em sua trajetória e veemente repressão do militarismo governamental. A resposta do movimento estudantil às conjunturas políticas de sua época entra em conformidade com os apontamentos de Engels (1997) que afirma que em

> [...] todas as lutas históricas, quer se processem no domínio político, religioso, filosófico ou qualquer outro campo ideológico, são na realidade apenas a expressão mais ou menos clara da luta de classes entre classes sociais, e que a existência, e portanto também os conflitos entre essas classes são, por seu turno, condicionados pelo desenvolvimento de sua situação econômica, pelo seu modo de produção e pelo seu modo de troca, este determinado pelo precedente [...] (ENGELS, 1997, p. 18).

Assim, a classe estudantil mostrava sua garra, forçando os limites impostos pela ditadura brasileira como uma forma de capitanear os rumos do próprio destino, fazendo escolhas para um futuro melhor, transpondo obstáculos que visassem cercear sua voz. Desse modo, a utilização dos jornais *O Dia* e *O Estado* foram de grande auxílio para trazer à luz da História as ações de contestação que, pelo olhar dos generais, deveriam se perder no passado e não serem rememoradas senão como relatos de uma violência bem sucedida.

Situar o percurso do Movimento Estudantil Secundarista e do Movimento Estudantil Universitário como práticas de uma cultura que ressignificava os espaços urbanos como palco de resistência significaria, portanto, trazer à mente "o conjunto das imagens de tudo aquilo que foi tornado fixo no imaginário coletivo da sociabilidade a partir das experiências estudantis de 1968 nas ruas de grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo" (CAVALCANTE JÚNIOR, 2013, p. 16-17). É nesta Teresina, portanto, que se constitui um espaço aberto onde

existiam múltiplas singularidades, subjetividades, conflitos e suas lutas em prol de ideais múltiplos.

Referências

1. Fontes

Jornal O Dia (1979 – 1980)

Jornal O Estado (1978 – 1980)

2. Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. Fontes Orais – História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. P. 155-202.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968- 1978):** o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

ARAUJO. Maria Paula. Memórias Estudantis da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Editora Ediouro, 2007.

ARQUIVO NACIONAL. **Os Presidentes e a Ditadura Militar**. Editado e organizadopelo Arquivo Nacional. 1. Ed. Rio de Janeiro - RJ, 2001.

BARCELLAR, Carlos. Fontes Documentais-Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY,Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 23-79.

BARROS, Jesualdo Cavalcanti. **Tempo de Contar:** o que vi e sofri nos idos de 1964.Teresina: Gráfica do Povo, 2006.

BEZERRA, Paulo César Gomes. **Os bispos Católicos e a ditadura Militar Brasileira:** a visão da espionagem (1971-1980). Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2008.

CERTEAU, Michel. **História e Psicanálise:** entre ciência e ficção. Belo Horizonte: autêntica, 2011

CINTRA, André. MARQUES, Raisa. **UBES uma Rebeldia Consequente** – ahistória do movimento estudantil secundarista do Brasil. São Paulo: W30L Comunicação Ltda. 2009.

ENGELS, Friedrich. Prefácio de Engels para a terceira edição alemã. In: MARX, Karl. **O dezoito brumário e cartas a Kugelmann**. 6. ed. [Trad. de Leandro Konder e Renato Guimarães]. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FAÇANHA, Antonio Cardoso. A evolução urbana de Teresina: passado, presente e ....

Publicado na **Carta CEPRO**, Teresina, v.22, n.1, p.59-69, jan./jun. 2003. Disponivel em:

FORACCHI, Marialice M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Editora Nacional. 1977.

HABERT, Nadine. **A década de 70**: apogeu e crise da ditadura militar brasileira. – São Paulo: 3ª Ed.: Editora Ática, 1996.

https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/search/index?query=A+REPRESS%C3%83O+AO+MOVIMENTO+ESTUDANTIL+NA+DITADURA+MILITAR&dateFromYear=&dateFromMonth=&dateFromDay=&dateToYear=&dateToMonth=&dateToDay=&authors=https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:j1sj8LMrS9UJ:https://sipac.ufpi.br/sigaa/verProducao%3FidProducao%3D877156%26key%3D9fcac448d38db120e1f951238806e74d&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br

JUNIOR, Antônio Mendes. **Movimento estudantil no Brasil**. 2. Ed. Editora brasiliense. São Paulo, 1982.

JÚNIOR, Idelmar Gomes Cavalcante. **Juventude em Movimento**: um estudo sobre a constituição do movimento estudantil como uma categoria histórica. 2007. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Mestrado em História. Universidade Federal do Piauí. Teresina. 2007.

LIMA, Jurandir Gonçalves de. **Memórias Afetivas de Teresina**: Tensões entre Tradição e Modernidade no Processo de Modernização da Cidade (1970-2000). Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2016.

LUCA, Tania Regina. **História dos, nos e por meio dos Periódicos**. In: PINSKY, CarlaBassanezi (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005. P. 111-153.

MEDEIROS, Antonio José. **1968:** uma geração contra a ditadura. Teresina: Quimera Editora. Instituto Presente, 2014.

MEDEIROS, Antônio José. **Movimentos Sociais e Participação Política**.Teresina:CEPAC, 1996.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

OLIVEIRA, Marylu. **Contra Foice e o Martelo**: Considerações sobre o discurso anticomunista piauiense no período de 1959-1969: Uma analise a partir do jornal "ODia". Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.

PELLICCIOTA, Mirza Maria Baffi. **Uma aventura politica: as movimentações estudantis nos anos de 1970**. 1997. Dissertação (mestrado em História) – Instituto deFilosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.

REMOND, René. **Por uma nova história Política**. Tradução: Dora Rocha. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RICOEUR, Paul**. Tempo e narrativa**. Campinas SP. Papirus, 1994.

ROCHA, Olívia Candeia Lima. **O engajamento político de estudantes secundaristas na Ação Popular Marxista Leninista - APML, na cidade de Teresina no final da década de 1960.** 2018. p. 01-13.

SANTOS, Jordana de Souza. A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar. **Revista Aurora**, São Paulo, V. 03, Nº 1, p. 101-108, Dezembro, 2009. Disponivel em:

SEVILLANO, Daniel Cantinelli. **Somos Filhos da Revolução:** estudantes, movimentos sociais, juventude e o fim do regime militar (1977-1985). 2010. Dissertação (mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

SUDÁRIO, Ana Rosa. **Falas, imagens, escritos e risos:** Uma História e Memoria do Movimento Estudantil Universitário em Teresina (1979-1984). 2008. 158 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Mestrado em História.Universidade Federal do Piauí. Teresina. 2008.

VALE JUNIOR, João Batista. **Longe Demais das Capitais?** Cultura politica, distinção e Movimento Estudantil no Piauí (1935-1984). 2010. 311 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2010.

VENTURA, Zuenir. **1968**: O ano que não terminou – a aventura de uma geração. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.